



Estruturação de Manuais de Visita no âmbito das Rotas dos Jardins Históricos

Estudo de caso: Rota Turística do Litoral Centro de Portugal

Filipa Marques dos Santos

Dissertação para a obtenção do grau de mestre em
Arquitetura Paisagista

Orientadores: Professora Doutora Sónia Maria Loução Martins Talhé Azambuja
Professora Doutora Maria Teresa Lencastre Melo Breiner Andresen

Júri:

Presidente: Doutora Maria Cabral Matos Silva Aires Pereira, Professora auxiliar do(a)
Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa

Vogais:

Doutora Ana Luísa Brito dos Santos de Sousa Soares, Professora auxiliar do(a) Instituto
Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa

Doutora Sónia Maria Loução Martins Talhé Azambuja, Professora auxiliar convidada
do(a) Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa, orientadora

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradecer às minhas orientadoras, Professora Doutora Sónia Talhé Azambuja e Professora Doutora Teresa Andresen (Presidente da Associação Portuguesa dos Jardins Históricos), por todas as oportunidades que me deram, pela partilha do saber, pela disponibilidade e ajuda, e acima de tudo, pela amabilidade com que me trataram ao longo de todo o processo de elaboração da dissertação.

Agradecer à Doutora Inês Cordeiro, Dra. Isabel Évora e Dra. Mercedes Guerreiro, que tão bem me receberam na Biblioteca Nacional de Portugal, onde tive o privilégio de trabalhar durante a Exposição "Jardins Históricos de Portugal - Memória e Futuro" organizada pela Associação Portuguesa dos Jardins Históricos com o apoio do Município de Lisboa (CML).

Aos meus pais e irmão, pelo apoio incondicional.

Aos meus avós, que tanto orgulho têm.

Ao meu namorado e aos meus amigos, que tanto me ajudam.

Obrigada.

"Something beats nothing by an infinite amount." – Angela Duckworth

RESUMO

Esta dissertação consiste na estruturação de manuais de visita de Jardins Históricos segundo as cinco categorias de Jardins Históricos estabelecidas pela AJH – Associação Portuguesa dos Jardins Históricos.

Tem como objetivo demonstrar a importância da compreensão dos vários tipos de jardins históricos enquanto produtos turísticos de valor em Portugal, considerando as suas características intrínsecas. Os jardins históricos distribuídos segundo cinco categorias – Cercas Conventuais, Santuários, Quintas de recreio, Jardins Botânicos e Jardins e Parques Públicos – possuem características distintas, que podem ser sistematizadas de modo a realizar uma visita adequada e, acima de tudo, informada. A visita de jardins históricos deve ter em atenção não só a adequada formação do guia-intérprete, providenciando conhecimento técnico específico de jardins, como também o perfil do turista e as informações providenciadas ao mesmo, no caso de a visita ser feita em regime de visita-livre.

Com vista a comunicar as principais características de cada categoria de Jardim Histórico, direccionado especialmente para a visita turística realizada por guias-intérpretes, foram estruturados cinco manuais de visita para cada uma das categorias de jardins históricos da Rota Turística do Litoral Centro de Portugal. Estes manuais ilustram os elementos necessários a uma visita adequada: informações técnicas sobre o jardim histórico em estudo, a sua história, os elementos estruturantes de cada categoria, os elementos complementares e os usos e funções associados ao jardim histórico.

Palavras-chave: Jardins Históricos; Turismo; Manuais de Visita; Rota Turística do Litoral Centro de Portugal..

ABSTRACT

This work consists in structuring Historic gardens visiting manuals by the five categories of Historic gardens made by AJH – Associação Portuguesa dos Jardins Históricos.

The goal of this work is to demonstrate the importance of understanding the different types of Historic gardens as tourist products of value in Portugal, while taking advantage of their unique characteristics. The Historic gardens, which are divided into five different categories – Monastic enclosures, Sanctuaries, Recreational Estates, Botanical gardens, Parks and Public Gardens – have different characteristics, which can be systematized in order to do a proper tour and, above all, an informed tour. The historic garden's visit has to have into account not only the proper tourist guide training, providing technical knowledge specific to gardens, but also taking into account the tourist's profile and the informations given to the tourist if he chooses to do the tour by himself.

In order to communicate the various characteristics of each historic garden's category, specially targeted to the tourist guides, five visiting manuals were made to the each category of historic garden. The visiting manuals show the necessary elements to an adequate tour: technical informations about the specific garden that is being showed to the tourist, it's history, the structural elements of each category, the complementary elements and the usages and functions associated with the historic garden.

Keywords: Hictoric Gardens; Tourism; Visiting manuals; Portugal's Central Coast Route.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	2
RESUMO	3
ABSTRACT	4
ÍNDICE	5
LISTA DE FIGURAS	8
INTRODUÇÃO	11
Âmbito	11
Objetivos	12
Metodologia e Estrutura	13
Inventário da Rota dos Jardins Históricos do Litoral Centro de Portugal	15
1.1. Conceito de jardim histórico	16
1.2. Conceito de Turismo Sustentável	19
1.3. A Rota dos Jardins Históricos de Portugal, um projeto da AJH	21
1.3.1. Antecedentes do Projeto	21
1.3.2. Rotas turísticas dos jardins históricos	22
1.3.3. Breve análise dos resultados do projeto	24
Turismo de Jardins Históricos	26
2.1. Contributos do turismo para os jardins históricos	27
2.2. O perfil do visitante de jardins	31
2.3. Os fatores a considerar na visita de jardins	32
2.3.1. A autenticidade e integridade do jardim	32
2.3.2. Comunicação	33
2.3.3. Condições para uma adequada visita	35
2.3.4. Guias de visita	35
Manuais para guias profissionais de jardins históricos	40
3.1. Cercas Conventuais	41
3.1.1. Definição	41

3.1.2. Componente espacial (elementos estruturantes)	46
3.1.2.1. Campo do mosteiro	46
3.1.2.2. Cerca	46
3.1.2.2. Edifícios monásticos	47
3.1.2.3. Claustro	48
3.1.2.4. Área de cultivo	50
3.1.2.5. Mata	52
3.2. Santuários	52
3.2.1. Definição	52
3.2.2. Componente espacial (elementos estruturantes)	54
3.2.2.1. Igreja, capela ou ermida	54
3.2.2.2. Arraial	56
3.2.2.3. Quartel dos peregrinos	56
3.2.3. Elementos complementares	57
3.2.3.1. Escadórios	57
3.2.3.2. Via Sacra	57
3.3. Quintas de recreio	58
3.3.1. Definição	58
3.3.2. Componente espacial (elementos estruturantes)	61
3.3.2.1. Terreiro ou Pátio de recebimento	61
3.3.2.2. Casa senhorial ou Casa nobre	63
3.3.2.3. Horto de recreio ou Jardim formal	65
3.3.2.4. Área agrícola	71
3.3.2.5. Mata	73
3.4. Jardins Botânicos	74
3.4.1. Definição	74
3.4.2. Componente espacial (elementos estruturantes)	78
3.4.2.1. Sistematização de coleções botânicas	78
3.4.2.2. Estruturas associadas ao estudo botânico	81
3.5. Jardins e Parques Públicos	82

3.5.1. Definição	82
3.5.2. Componente espacial (elementos estruturantes)	86
3.5.2.1. Espaços de recreio passivo	86
3.5.2.2. Caminhos e percursos estabelecidos	87
3.5.2.3. Equipamentos de apoio	88
CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	92
ANEXOS	99
Anexo I - Tabela de Jardins Históricos incluídos em Inventário e Rota Turística do Litoral Centro	100
Anexo II - Manual de visita de Cercas Conventuais	103
Anexo III - Manual de visita de Santuários	109
Anexo IV -Manual de visita de Quintas de Recreio	115
Anexo V - Manual de visita de Jardins Botânicos	121
Anexo VI - Manual de visita de Jardins e Parques Públicos	127

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** - Exposição Jardins Históricos de Portugal - Memória e Futuro, Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, 2021. Fonte: Autora. 23
- Figura 2** - *Stowe: a description of the house and gardens of the most noble and puissant prince, George Grenville Nugent Temple, Marquis of Buckingham, Earl Temple, Viscount and Baron Cobham ..* (1788). Fonte: Internet Archive [em linha]. Disponível em: <https://archive.org/details/stowedescription00seel/page/n5/mode/2up?q=tour&view=theater> 28
- Figura 3** - Desdobrável do Jardim da Quinta das Lágrimas, Coimbra. Fonte: Fundação Inês de Castro [em linha]. Disponível em: <https://fundacaoinedescastro.com/jardim/#visitas> 34
- Figura 4 - Visita guiada virtual Jardim Botânico de Birmingham. Fonte: Birmingham Botanical Gardens [em linha]. Disponível em: <https://www.birminghambotanicalgardens.org.uk/venue/virtual-tour/>. 39
- Figura 5** - Visita guiada virtual Jardim Botânico do Porto com descrição dos vários espaços e espécies. Fonte: Jardim Botânico do Porto [em linha]. Disponível em: <https://mpembed.com/show/?m=hCP9S9Z-6GzP&mpu=908>. 39
- Figura 6** - Fonte pública no Campo do Mosteiro de Santo António do Varatojo, Torres Vedras. Fonte: Adaptado de Google Maps. 46
- Figura 7** - Campo do Mosteiro de Santo António do Varatojo, Torres Vedras. Fonte: Adaptado de Google Maps. 46
- Figura 8** - Portas de Sula, Cerca do Convento de Santa Cruz do Bussaco, Mealhada. Fonte: Adaptado de Google Maps. 47
- Figura 9** - Cerca do Mosteiro de Santo António do Varatojo, Torres Vedras. Fonte: Adaptado de Google Maps. 47
- Figura 10** - Galeria dos Abades Gerais do Mosteiro de Tibães, Braga. Fonte: Mosteiro de Tibães [em linha]. Disponível em: <https://www.mosteirodetibaes.gov.pt/conjunto-monastico/o-mosteiro-e-os-seus-espacos/#galeria-abades-gerais>. 47
- Figura 11** - Edifícios monásticos do Mosteiro de Santo António do Varatojo, Torres Vedras. Fonte: Hugo Ascenção [em linha]. Disponível em: <https://olhares.com/convento-em-varatojo-1-foto2673484.html> 47
- Figura 12** - Claustro do Convento de Cristo de Tomar., Tomar Fonte: Património da Humanidade Centro de Portugal [em linha]. Disponível em: <https://www.patrimoniomundialdocentro.pt/pt/patrimonio/convento-de-cristo-de-tomar/> 49

- Figura 13** - Claustro do Mosteiro de Santo António do Varatojo, Torres Vedras. Fonte: Portuguese Experience [em linha]. Disponível em: <https://portugueseexperience.pt/loais/convento-do-varatojo-ou-mosteiro-de-sto-antonio/>. 50
- Figura 14** - Escadório do Mosteiro de Tibães, Braga. Fonte: Mosteiro de Tibães [em linha]. Disponível em: <https://www.mosteirodetibaes.gov.pt/conjunto-monastico/a-cerca/construcoes/> 51
- Figura 15** - Área de horta do Mosteiro de Santo António do Varatojo. Fonte: Estúdios Mário Novais [em linha]. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/biblarte/2677697682> 51
- Figura 16** - Capela da Nossa Senhora do Sobreiro, Mosteiro de Santo António do Varatojo, Torres Vedras. Fonte: Associação para a Defesa e Divulgação do Património Cultural de Torres Vedras. [em linha]. Disponível em: <https://patrimoniodeortorresvedras.blogspot.com/> 52
- Figura 17** - Santuário da Nossa Senhora da Encarnação, Leiria. Fonte: Pedro Cunha [em linha]. Disponível em: <https://mapio.net/pic/p-40853313/> 55
- Figura 18** - Arraial do Santuário da Nossa Senhora da Encarnação, Leiria. Fonte: Adaptado de Google Maps. 56
- Figura 19** - Quartel dos peregrinos do Santuário de Nossa Senhora de Aires, Viana do Alentejo. Fonte: Associação Portuguesa dos Jardins Históricos [em linha]. Disponível em: <https://jardinhistoricos.pt/ad/540> 56
- Figura 20** - Escadório dos Cinco Sentidos, Santuário Bom Jesus do Monte, Braga. Fonte: Confraria do Bom Jesus. [em linha]. Disponível em: <https://bomjesus.pt/bom-jesus/cinco-sentidos/>. 57
- Figura 21** - Capela pertencente à Via Sacra do Santuário de Nossa Senhora da Abadia, Amares. Fonte: Associação Portuguesa dos Jardins Históricos [em linha]. Disponível em: <https://jardinhistoricos.pt/ad/450> 58
- Figura 22** - Terreiro do Palácio Nacional de Queluz, Queluz. Fonte: Adaptado do Google Maps 62
- Figura 23** - Rossio da Quinta da Bacalhoa, Azeitão. Fonte: Adaptado do Google Maps. 62
- Figura 24** - Casa senhorial da Quinta da Nossa Senhora das Dores, Aveiro. Fonte: ALMEIDA, Patrícia, VOLK, Dorotea, SANTOS, Filipa, PEREIRA, Rafael – Proposta de Restauro da Quinta da Nossa Senhora das Dores. Trabalho realizado no âmbito da unidade curricular de Recuperação e Gestão da Paisagem Cultural, sob orientação das professoras Cristina Castel-Branco e Sónia Talhé Azambuja, do Mestrado em Arquitetura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 2019. 64
- Figura 25**- Jardins do Palácio Nacional de Queluz. Fonte: Parques de Sintra [em linha]. Disponível em: <https://www.parquesdesintra.pt/pt/parques-monumentos/palacio-nacional-e-jardins-de-queluz/recan->

Figura 26 - Lago dos SS, Casa de Fresco e os bancos de azulejos, Palácio dos Marquês de Fronteira, Lisboa. Fonte: Extraído de: CASTEL-BRANCO, Cristina [ed.] – A água nos jardins portugueses. Lisboa: Scribe, 2010 70

Figura 27 - Parte do pomar, Quinta da Nossa Senhora das Dores, Aveiro. Fonte: ALMEIDA, Patrícia, VOLK, Dorotea, SANTOS, Filipa, PEREIRA, Rafael – Proposta de Restauro da Quinta da Nossa Senhora das Dores. Trabalho realizado no âmbito da unidade curricular de Recuperação e Gestão da Paisagem Cultural, sob orientação das professoras Cristina Castel-Branco e Sónia Talhé Azambuja, do Mestrado em Arquitetura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 2019. 72

Figura 28 - Fontanário na área de mata da Quinta da Nossa Senhora das Dores, Aveiro. Fonte: ALMEIDA, Patrícia, VOLK, Dorotea, SANTOS, Filipa, PEREIRA, Rafael – Proposta de Restauro da Quinta da Nossa Senhora das Dores. Trabalho realizado no âmbito da unidade curricular de Recuperação e Gestão da Paisagem Cultural, sob orientação das professoras Cristina Castel-Branco e Sónia Talhé Azambuja, do Mestrado em Arquitetura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 2019. 73

Figura 29 - Coleção botânica em sebes no Jardim Botânico de Coimbra, Coimbra. Fonte: Autora. 79

Figura 30 - Lago no Jardim Botânico de Coimbra, Coimbra. Fonte: Autora. 79

Figura 31 - Estufa Grande, Jardim Botânico de Coimbra, Coimbra. Fonte: Autora. 80

Figura 32 - Museu de História Natural, Jardim Botânico de Coimbra, Coimbra. Fonte: Adaptado de Google Maps. 81

Figura 33 - Relvado e mobiliário urbano como espaço de permanência, Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. Fonte: Associação Portuguesa dos Jardins Históricos [em linha]. Disponível em: <https://www.jardinshistoricos.pt/ad/687> 86

Figura 34 - Caminhos estabelecidos entre bordaduras de buxo, Jardim do Morgado, Arruda dos Vinhos. Fonte: Guia da Cidade [em linha]. Disponível em: <https://www.guiadacidade.pt/en/destino/poigf/21196> 87

Figura 35 - Quiosque em ferro, Jardim da Estrela, Lisboa. Fonte: Lisboa Cool [em linha]. Disponível em: <https://lisboacool.com/visitar/jardim-estrela-convite-brilhante-para-relaxar> 88

Figura 36 - Fonte termal, Termas dos Cucos, Torres Vedras. Fonte: Autora. 89

Âmbito

O jardim sempre foi uma expressão do período da história a decorrer, sendo este influenciado tanto por fatores ambientais, como também por fatores socioeconómicos e artísticos, que se podem manifestar à escala familiar, regional ou nacional. Estes fatores, não sendo estáticos, fazem com que exista uma sobreposição de períodos que se refletem no jardim. Os jardins históricos evocam em nós um sentimento de serenidade, transportam-nos a outra época, seja ela qual for, e lembram o visitante da importância que estes locais sempre tiveram na História, Arte e na Cultura de um determinado país, lugar ou comunidade.

O interesse por estes elementos tão distintos da paisagem, tem vindo a crescer ao longo do curso de Arquitetura Paisagista, pelo que foi facilmente feita a escolha de um tema relacionado com estes para a dissertação de mestrado. Neste sentido, surgiu a oportunidade de realizar um estágio na AJH – Associação Portuguesa dos Jardins Históricos. A AJH “tem como objetivo contribuir para o estudo, defesa, preservação e divulgação do património paisagístico com destaque para os jardins históricos” (Associação Portuguesa dos Jardins Históricos, 2017). Foi no decorrer deste estágio, no âmbito do Projeto “Inventário dos Jardins Históricos de Portugal” que contou com o apoio do Turismo de Portugal e do Município de Lisboa, que se tornou clara a discussão da distinção na forma como os jardins históricos são visitados e apresentados ao público geral: definir um guião de visita próprio que contemple não só a apresentação e experienciação dos valores culturais e naturais presentes, como a organização espacial, os usos e funções, a dimensão sociocultural e económica, a paisagem envolvente, etc. No referido estágio houve a possibilidade de ser integrada na equipa responsável pela elaboração da Rota do Litoral Centro: inventariação dos jardins históricos com interesse para integração na rota, seleção dos jardins que cumpriam os requisitos para essa mesma integração e elaboração de quatro fichas de inventário disponibilizadas no site da AJH (www.jardinshistoricos.pt). Estas fichas de inventário correspondem ao Asilo Militar de Runa, Cerca e Mosteiro de Santo António do Varatojo, Quinta da Nossa Senhora das Dores e Palácio e Jardim do Morgado, sendo estes últimos três casos de estudo da presente dissertação.

A AJH com o apoio do Município de Lisboa realizou a Exposição “Jardins Históricos de Portugal – Memória e Futuro” na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), na qual estive integrada como responsável do serviço educativo da mesma. Esta exposição contou com a apresentação de vários momentos informativos, a nível bibliográfico e gráfico, que permitiam ao visitante adquirir conhecimentos para, mais tarde, poder ter uma visita mais informada aos próprios jardins. Foram também apresentadas as 12 Rotas Turísticas dos Jardins Históricos de Portugal, que serão discutidas no Capítulo I da presente dissertação.

As questões de investigação colocadas no âmbito da presente dissertação são as seguintes: Como visitar um Jardim Histórico? Quais os atributos que distinguem, por exemplo, uma cerca conventual de um parque público? Quais os elementos estruturantes do mesmo? Quais as funções do espaço? O que é mais adequado e apelativo de dar a conhecer ao visitante? Quais as competências que um guia-intérprete deve ter para fazer da visita uma troca de conhecimento com o visitante? Quais as motivações do visitante? Quando estas questões são colocadas entende-se que as respostas obtidas não são universais e dependem de vários fatores, como a área de conhecimento. No âmbito da Arquitetura Paisagista, onde se inclui a presente dissertação, é importante tentar perceber como se deve proceder à visita de um lugar que funde elementos construídos e elementos naturais, e que é simultaneamente arte, natureza e ciência e técnica.

Os jardins históricos são elementos histórico-paisagísticos que devem ser preservados devido ao seu elevado valor cultural e paisagístico, de transmissão de saberes e cultura a eles associados. Os jardins históricos, que por si só compreendem uma complexidade imensa devido às suas características específicas, irão ser estudados segundo cinco categorias estabelecidas pela AJH, de modo a ser possível estabelecer um padrão de comunicação para cada uma destas, sem nunca perder informação útil.

Objetivos

Com base na investigação e nos objetivos de preservação dos jardins históricos estabelecidos na Carta de Florença de 1981 (ICOMOS - IFLA), na Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural de 1972, e no conhecimento dos diferentes jardins históricos incluídos no inventário dos Jardins Históricos da AJH, é proposto a estruturação de manuais de visita da Rota dos Jardins Históricos de Portugal que até à data inclui 12 Rotas Turísticas de Jardins Históricos de Portugal, tendo como caso de estudo a Rota Turística do Litoral Centro de Portugal. As rotas podem ser consultadas no site da AJH (<https://www.jardinshistoricos.pt/>), no catálogo da referida exposição Jardins Históricos de Portugal – Memória e Futuro, da autoria da AJH e ainda na Revista *Jardins*, nas edições disponibilizadas entre novembro 2020 (nº 203) e outubro 2021 (nº 213).

Os manuais de visita são estruturados segundo as cinco categorias estabelecidas pela AJH: Cercas conventuais, Santuários, Quintas de recreio, Jardins Botânicos e Jardins e Parques Públicos. Ao ser realizada a categorização dos diferentes jardins históricos, está-se a simplificar a forma como os compreendemos, ou seja, para cada categoria vão ser identificados os elementos estruturantes do espaço, que diferenciam uma categoria de outra. Assim, conhecendo os elementos estruturantes ou caracterís-

ticos de cada categoria pode ser estruturado cada manual de visita de forma adequada.

A estruturação de manuais de visita propõe a diferenciação das cinco categorias de jardins históricos a nível da visita turística, tendo em conta as suas especificidades, isto é, compreendendo a sua componente artística e técnico-científica. Esta é inerente aos profissionais das mais variadas áreas que a eles se dedicam, como Arquitetos Paisagistas, Arquitetos, Geógrafos, Historiadores da Arte, Biólogos, entre outros. Por outro lado, é necessário entender a componente turística e os seus intervenientes (guia-intérprete e visitante) enquanto pessoas singulares com determinadas características e motivações, que interagem entre si. Ao entender estas duas componentes, técnica e turística, é necessário fazer a ligação entre aqueles que possuem conhecimento técnico sobre os jardins e o público visitante, através do guia-intérprete, de modo que seja feita uma visita clara e estruturada, e acima de tudo, bem informada.

Tendo em conta as cinco categorias de jardins históricos, é necessário considerar o que têm em comum e em que diferem. Com isto, tem-se como objetivo identificar uma estrutura de leitura e comunicação comum a todas as categorias, que acolha simultaneamente as singularidades de cada uma delas.

É importante que exista uma comunicação clara e bem informada relativamente às diferentes categorias de Jardim Histórico, no entanto, isto não é possível se não existirem os meios de comunicação em si. Deste modo, é de salientar a importância de um meio comunicativo eficaz e profissional, tendo em conta as suas várias vertentes. Com isto pretende-se dar relevância ao papel do guia-intérprete e da sua formação profissional, diretamente canalizada para a temática dos jardins históricos. É também necessário salientar as formas alternativas de visitação de um Jardim Histórico, através do recurso a tecnologias que permitem as visitas "auto-guiadas", quer sejam estas *in loco* ou virtualmente.

De modo a fazer uma correta análise e estruturação da visita dos jardins históricos, é necessário também entender como essa mesma visita é estruturada. O produto turístico dos jardins históricos tem uma base territorial, associada a bacias hidrográficas, áreas metropolitanas e regiões autónomas, sobre a qual foram criadas rotas no Projeto Rota dos Jardins Históricos de Portugal (RJHP), como é o caso da Rota do Litoral Centro. Dentro dessa macroestrutura (a nível nacional) encontram-se então os vários jardins, dentro dos quais são também estruturados roteiros e visitas, que podem ser organizados e restritos ao perímetro do jardim ou podem incluir um percurso exterior interligado a este.

Metodologia e Estrutura

Com base nos objetivos propostos, é feita numa primeira fase, uma abordagem que permite o conhecimento do âmbito e dos antecedentes do projeto da AJH que deram origem à temática que é abordada ao longo da presente dissertação. Assim, no primeiro capítulo, são abordados dois conceitos que

dão o mote para o restante trabalho: jardim histórico e turismo sustentável. Estes dois conceitos permitem entender não só o principal objeto de estudo, mas também como encontrar um equilíbrio entre a preservação do Jardim Histórico e a sua rentabilidade, no sentido turístico, não comprometendo a sua integridade e o seu valor histórico-cultural.

No primeiro capítulo é também feita uma abordagem ao Projeto da Rota dos Jardins Históricos de Portugal (RJHP), realizado pela AJH. É feito um enquadramento do projeto, dos seus antecedentes, respondendo a determinadas questões relativas ao porquê e como foi iniciado o projeto; e, de seguida, é descrito o projeto em si, em que alicerces foi desenvolvido e qual o seu âmbito. Nesta fase, é feita uma aproximação especificamente à Rota do Litoral Centro de Portugal, como caso de estudo da presente dissertação, onde é proposto fazer uma análise breve dos dados resultantes do projeto, referindo o processo de seleção entre o primeiro inventário feito, com base em bibliografia de referência, pesquisa *online* e em visitas à área correspondente à Rota do Litoral Centro; o Inventário e a Rota em si, com todos os jardins históricos nela presentes.

O segundo capítulo tem como temática o turismo de jardins históricos, procedendo a uma abordagem holística, que permite entender a visita de jardins históricos como um sistema complexo composto por vários intervenientes: o guia-intérprete, o visitante e o jardim histórico enquanto produto turístico. Estes devem ser entendidos em primeira instância como elementos individuais, entendendo como são relevantes para o todo da experiência da visita do jardim histórico e como esta pode ser potencializada. Através de uma melhor compreensão dos intervenientes na visita turística de um jardim histórico e como estes interagem entre si, é possível proceder a uma correta estruturação dos manuais de visita para cada categoria. Deste modo, é discutido qual o papel do visitante do jardim histórico, tanto na sustentabilidade do próprio jardim histórico como também enquanto singularidade, entendendo as suas motivações. Neste capítulo são também discutidos os fatores que modificam de forma significativa a perceção do visitante do Jardim Histórico, procedendo a uma análise dos seus elementos e particularidades.

O terceiro capítulo tem como foco a análise e estruturação de manuais de visita segundo as categorias de jardins históricos. Neste capítulo são apresentadas as definições de cada categoria, os seus atributos, ou seja, os elementos que constituem e definem o Jardim Histórico enquanto categoria e também como é estruturado e formalizado o manual de visitação, enquanto objeto feito para profissionais do turismo. Aqui é necessário ter em especial atenção a flexibilidade do próprio manual, para que este se adeque à generalidade dos jardins históricos e possa de facto, ser aplicado a cada caso sem ser perdida informação essencial ao entendimento do mesmo. A metodologia estabelecida será aplicada a cada categoria de Jardim Histórico, recorrendo a jardins históricos incluídos na Rota do Litoral Centro de Portugal como exemplos.

1

**Inventário da Rota dos
Jardins Históricos do Litoral
Centro de Portugal**

1.1. Conceito de jardim histórico

O conceito de Jardim, ou no presente contexto, de Jardim Histórico, apresenta algumas dificuldades na sua definição, e reúne apenas um consenso generalizado entre a comunidade que se dedica ao tema (Associação Portuguesa dos Jardins Históricos, 2020). Assim, tendo em conta que a discussão sobre a definição de jardim histórico poderia ser um tema estudado separadamente, na presente dissertação esta assenta fundamentalmente numa revisão bibliográfica que privilegia a consulta de dicionários e enciclopédias e alguns autores mais relevantes para este fim. Apesar da dificuldade em definir o que é um jardim histórico, é necessário primeiro entender o conceito de “jardim”, a sua etimologia e origem. Como Francisco Caldeira Cabral (1908-1992) definiu, jardim é “um espaço geralmente fechado onde se cultivam plantas úteis ou agradáveis – perde-se na noite dos tempos e remonta ao paraíso. Foi certamente uma das primeiras atividades do homem sedentário, que nele concentrou tudo o que lhe era precioso pela beleza e pela utilidade” (Cabral, 1963, p. 408).

Segundo Ilídio de Araújo palavra “jardim” apenas se generalizou em Portugal entre os séculos XV e XVI, apesar de já existirem espaços com características tais que pudessem ser denominados como “jardins” (Araújo, 1962, p. 61). Este termo surge tão tardiamente devido à vulgar utilização da palavra “horto” (do latim *hortus*) para descrever “pequenos espaços fechados, onde se pratica uma cultura intensiva de verduras, frutos e flores para consumo diário”, que tinham também uma função social, como lugar de encontro e fruição (Carapinha, 1995, p. 32). O jardim em Portugal, especialmente quando associado a uma habitação, funciona como uma interação entre o espaço de residência e o espaço de produção, funcionando quase como uma analogia entre o espaço da cidade (*urbe*) e o campo. Isto proporcionou-se devido à cultura portuguesa e à forma como esta se traduziu no lugar de recreio, muito devido à falta de recursos naturais, comparativamente aos seus contemporâneos europeus. O Jardim é simultaneamente arte e natureza (e com natureza entende-se os elementos naturais, como a vegetação, o solo, a água, o ar, a luz), e pode ser considerada como uma celebração da paisagem e não como uma réplica da mesma (Bonesio, 2011).

Como refere Cristina Castel-Branco, o jardim tende para o “ideal do microcosmos”, em que “cuja razão de existir não se explica, e talvez por isso quase dispense o esforço de concertar uma definição para o termo. Para aumentar a indefinição, sendo o jardim um fenómeno espontâneo, todos temos uma ideia empírica, mais ou menos vivida, sentida e vagamente pensada que consideramos válida para a definição de jardim” (Castel-Branco, 2002, p. 13). Este, contrariamente ao que é entendido por paisagem, está associado a uma intenção e sentido estético, desenhado para o convívio humano, através do desenho geométrico e da utilização de vários elementos como “as plantas, a água, a estatuária” (Castel-Branco, 2002, p. 14).

O jardim quando conservado e valorizado enquanto transmissor de conhecimento e cultura, ganha uma nova dimensão: o seu valor histórico. Este advém da sua singularidade enquanto lugar, em que este é dotado de atributos identitários intrínsecos, que são influenciados pela cultura e são perpetuados num longo intervalo de tempo, através da tradição (Bonesio, 2011, p. 446). Esta perpetuação dos jardins históricos enquanto elementos estruturantes e caracterizantes de determinada cultura, derivados de um determinado período temporal, não só é atingida pela transmissão do saber, como também pela sua proteção a nível legal (Serrão, 2011).

Neste sentido de proteger legalmente o património, surge em 1972, através da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, a Convenção para a Proteção do Património Mundial, Natural e Cultural, em que são definidos os conceitos de património natural e património cultural. No entanto, os jardins históricos englobam-se em parte em cada um dos conceitos anteriores. Esta questão foi resolvida vinte anos mais tarde, com a definição de uma categoria que conjuga os dois tipos de património anteriormente definidos: Paisagens culturais (Comité do Património Mundial, 2012, p. 70).

Estas são definidas como "bens culturais e representam as «obras conjugadas do homem e da natureza» a que se refere o artigo 1º da Convenção. Ilustram a evolução da sociedade humana e a sua consolidação ao longo do tempo, sob a influência das condicionantes físicas e/ou das possibilidades apresentadas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, económicas e culturais, externas e internas" (Comité do Património Mundial, 2012, p. 11). Dentro das Paisagens Culturais são definidas três categorias distintas: 1) intencionalmente concebida e criada pelo homem; 2) paisagem essencialmente evolutiva e 3) paisagem cultural associativa. Como referido na própria definição, os jardins históricos estão englobados na primeira categoria de paisagens culturais ("paisagens de jardins e parques criadas por razões estéticas que estão muitas vezes (mas não sempre) associadas a construções ou conjuntos religiosos.") (Comité do Património Mundial, 2012, p. 70).

A definição desta categoria de Paisagens Culturais tem um papel fundamental na formalização e colmatação de uma lacuna a nível legal, em que passa a existir uma categoria reconhecida pela comunidade internacional na qual se inserem os jardins históricos, que são "local por excelência para este cruzamento" (de património cultural e natural), e a partir da qual é possível estabelecer linhas orientadoras de proteção desta tipologia de lugar, que até então não estava contemplado em nenhuma outra de forma clara (Castel-Branco, 2002, p. 9)

Através desta definição também é possível depreender o carácter excecional que tem o jardim, no sentido de ser um lugar que espelha de forma direta a cultura de uma determinada comunidade. No entanto, nesta definição de paisagem cultural, na qual estão inseridos os jardins históricos, pode surgir um

sentimento de contradição, pois o jardim não é paisagem. O jardim, associado ao Homem, é propriedade deste e é objeto de deleite particular, cercado ao olhar alheio e partilhado com aqueles com quem o proprietário deseja, por outro lado, a paisagem é apreciada por todos, podendo ou não ter mão e marca humana (Castel-Branco, 2002). O jardim é o objeto que materializa a relação entre o homem e a natureza, em que este é influenciado pelo lugar ou meio que o rodeia, pela natureza, pelo território e todos os componentes deste, modificando-o simultaneamente, de acordo com a sua base cultural e artística (Castel-Branco, 2017).

Nos termos legais a nível nacional não existe uma definição explícita e concreta de jardim histórico, no entanto estes surgem protegidos ao abrigo da Lei nº 107/2001 de 8 de setembro, denominada Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural (Ribeiro, 2016). Na alínea 1 do artigo 2º da presente lei, é entendido como património cultural "todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devem ser objeto de especial proteção e valorização".

O interesse pela proteção e preservação ambiental e paisagística surge em dois momentos distintos. O primeiro surge no ponto 2 do artigo 44º, que promove a recuperação e valorização de "(...) conjuntos urbanos, aldeias históricas, paisagens, parques, jardins e outros elementos naturais, arquitetónicos ou industriais integrados na paisagem". O segundo momento surge no artigo 70º, no qual os jardins históricos são especificados. Contudo, apesar de se apresentarem abrangidos nesta lei e mais especificamente na alínea c) do artigo 70º, os jardins históricos não são considerados como um elemento singular, mas sim como "componente do regime geral de valorização dos bens culturais" através da "proteção e valorização da paisagem e a instituição de novas e adequadas formas de tutela dos bens culturais e naturais, designadamente os centros históricos, conjuntos urbanos e rurais, jardins históricos e sítios".

O conceito de jardim histórico surge, em 1982, na Carta de Florença, adotada pelo ICOMOS-IFLA (International Council on Monuments and Sites - International Federation of Landscape Architects), que não só define o conceito de jardim histórico, como também apresenta as orientações necessárias à conservação dos mesmos, dando abertura a um novo paradigma na sua gestão. É neste documento que surge a definição de jardim histórico que representa uma maior concordância entre os estudiosos e que está definida no Artigo 1º da Carta de Florença, que refere que "um jardim histórico é uma composição arquitetónica e hortícola com interesse para o público pelo seu ponto de vista histórico ou artístico". Como tal, deve ser considerado como sendo um monumento" (ICOMOS - IFLA, 1982, p. 2). No entanto, esta definição tem vindo a ser alvo de algumas críticas, no sentido de esta ser demasiado simplista e não permitir abranger com certeza as mais variadas tipologias de Jardim Histórico. Isto demonstra um crescente aumento do interesse na evolução desta definição, que irá consequentemente permitir uma

melhor preservação dos jardins históricos (Associação Portuguesa dos Jardins Históricos, 2020, p. 5).

Neste mesmo sentido, a AJH, tendo em vista a criação da RJHP, definiu o Jardim Histórico de uma forma algo mais objetiva, considerando e definindo à priori cinco categorias de jardins históricos. Assim sendo, o conceito de Jardim Histórico contempla espaços com as mais variadas características que podem ser definidos como "propriedades públicas e privadas que têm subjacentes a criação intencional de uma estrutura ordenada e a possibilidade recreativa apenas ou em articulação com outros usos e funções nomeadamente produtiva, religiosa e turística". Esta definição, permite uma leitura mais objetiva, tendo em especial conta a utilização da expressão "com interesse para" na definição apresentada pela ICOMOS-IFLA, que leva a uma subjetividade por parte do sujeito que lê, e conseqüentemente pode suscitar alguma dúvida relativamente ao que tem valor ou interesse e por conseqüência levantar outras questões como "o que preservar e porquê?" (Associação Portuguesa dos Jardins Históricos, 2020, p. 5).

Com base na definição apresentada, a AJH definiu cinco categorias de património, que contemplam tanto espaços que foram criados com o intuito de serem apropriados como espaços de lazer e fruição, como também espaços que não foram concebidos como tal, mas que assim o foram apropriados pela comunidade. Os jardins históricos foram assim categorizados em: cercas conventuais, santuários quintas de recreio, jardins botânicos e parques e jardins públicos (Associação Portuguesa dos Jardins Históricos, 2020).

1.2. Conceito de Turismo Sustentável

Um importante aspeto relativo aos jardins históricos, é a sua conservação, que é possível em parte devido ao contributo do turismo, tanto através do conhecimento do lugar (jardins mais conhecidos pela população correm um menor risco de degradação ou desaparecimento, através da valorização cultural para a comunidade) como através da angariação de fundos. No entanto, deve-se ressaltar que, apesar do aumento destes recursos através do turismo, quer este seja turismo de lazer, de natureza ou cultural, existe um importante fator de conservação dos Jardins histórico externo ao turismo, que é a necessidade de recursos técnicos com formação profissional adequada (tanto a nível da gestão do jardim como a nível de mão de obra qualificada, como é o caso dos jardineiros). Mesmo com a existência de técnicos qualificados é importante que a atividade turística não comprometa o sítio, o seu significado cultural e a sua fábrica e é neste sentido que surge o conceito de turismo sustentável (ICOMOS Austrália, 1999).

Este conceito, apesar de ser em primeira instância holístico no sentido de englobar tanto elementos biofísicos como socioculturais, carece de alguma objetividade, com especial atenção aquando da sua aplicação a nível prático, pois surgem várias questões, como por exemplo, "o que é sustentável?" ou

“até que medida o que é sustentável atualmente o será igualmente no futuro?”. Assim, e previamente ao entendimento do conceito de turismo sustentável, é necessário entender que faz parte de algo maior, ou seja, que é parte integrante de algo que é cada vez mais imperativo – o desenvolvimento sustentável.

Desenvolvimento sustentável, na sua origem etimológica, surge como objeto de estudo de economia, no entanto, foi 131 anos antes, em 1789, que o economista e filósofo Thomas Malthus (1766-1834) apresenta a Teoria populacional malthusiana. Esta teoria, apresentada segundo modelos matemáticos, refere que o aumento populacional é superior à subsistência dos recursos naturais, o que resulta na incapacidade de regeneração natural dos recursos e na carência dos mesmos (Mensah, 2019). Esta continua a ser uma problemática atual, que pode ser resolvida ou melhorada, através da aplicação prática do conceito de desenvolvimento sustentável. No entanto, este não é linear, mas sim evolutivo, pelo que ao longo dos anos e segundo diferentes autores tem as mais variadas definições.

Primeiramente, é importante realçar que desenvolvimento sustentável é o processo que permite atingir a sustentabilidade, ou seja, é um meio e não um fim. Assim, este conceito é definido como “desenvolvimento que satisfaz as necessidades da população atual sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades” (Brundtland, 1987, p. 41). A sustentabilidade global é sustentada em três grandes pilares: economia, o ambiente e a sociedade, em que se pretende atingir um estado em que existe “crescimento económico, proteção ambiental e igualdade social” e aquando da sua coexistência sem descurar nenhum dos elementos, é então conseguida a sustentabilidade (Mensah, 2019). Estes, como referidos anteriormente, são os elementos sobre os quais o turismo sustentável se desenvolve.

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), turismo sustentável é considerado como o “turismo que tem totalmente em consideração os seus impactos económicos, sociais e ambientais, tanto atuais como futuros, atendendo às necessidades dos visitantes, da indústria, do ambiente e das comunidades locais” (UNTWO, [s.d.]).

A OMT é uma agência especializada das Nações Unidas, da qual Portugal é parte integrante, com representação desde 1976 pelo Turismo de Portugal. O Turismo de Portugal, tem uma ação importante neste sentido, pois tem como missão não apenas promover o turismo nacional como também promover a “sustentabilidade da atividade turística” e a fiscalização da mesma. Neste sentido, em 2016 surgiu a necessidade de criar uma estratégia que permitisse um crescimento sustentável do turismo em Portugal, com recurso à criação de objetivos e formas de atingir os mesmos, denominada “Estratégia Turismo 2027 - Liderar o Turismo do Futuro” (Turismo de Portugal, 2020).

Este documento tem como base de criação a incorporação de dois importantes elementos: a participação coletiva e a análise da evolução do turismo a nível nacional, que permite posteriormente criar

objetivos e metas a serem cumpridos de forma flexível, num leque temporal de dez anos (2017-2027). A nível participativo, o documento conta com a comunicação bilateral entre diferentes pessoas e entidades, tanto públicas como privadas. A nível da análise do crescimento turístico em Portugal, o documento conta com dados de um espaço temporal de onze anos (2005-2016), com especial foco em 2016, ano em que foi definido um “trabalho focado com objetivos claros, articulado e conjunto” e no qual foi possível observar um aumento do crescimento turístico em todo o território nacional (Cabral, 2017, p. 32).

Assim, ao entender que estabelecer objetivos claros permite um crescimento sustentável em todo o território nacional, criando um território coeso, foram definidos “10 desafios para uma estratégia a 10 anos”. Aqui, foram tidos em conta os três grandes pilares da sustentabilidade referidos anteriormente, e foram definidas metas de crescimento para a economia (aumento de dormidas e receitas em todo o território); para a sociedade (mitigação do turismo de época, aumento da qualificação da população empregada no setor do turismo, monitorização do impacto do turismo nas populações residentes); e para o ambiente (aumento da eficiência do uso dos recursos a nível energético e da água e diminuição da produção de resíduos e/ou gestão eficiente dos mesmos) (Cabral, 2017, p. 41). A par com estas metas, a Estratégia do Turismo 2027 e o Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), definem várias linhas de atuação, programas e eventos com o intuito de estimular as entidades e agentes turísticos a ter um papel ativo no crescimento nacional (Cabral, 2017).

1.3. A Rota dos Jardins Históricos de Portugal, um projeto da AJH

1.3.1. Antecedentes do Projeto

A AJH, criada em 2003, de acordo com o artigo 4º dos estatutos, tem como objeto “contribuir para o estudo, defesa, preservação e divulgação do património paisagístico com destaque para os parques, quintas e jardins históricos”. A AJH surge da necessidade de proteger o património paisagístico ameaçado em Portugal, visto não existir, até à data de fundação da mesma, um organismo de proteção e valorização dos jardins históricos em Portugal (Associação Portuguesa dos Jardins Históricos, 2003, p. 2).

Esta mesma necessidade surgiu em 1998, no decorrer da inventariação de jardins portugueses com potencial turístico, derivado de um protocolo entre o Fundo de Turismo, a Secretaria de Estado do Turismo e a Associação para o Desenvolvimento do Instituto Superior de Agronomia (ADISA), com coordenação de Cristina Castel-Branco (Associação Portuguesa dos Jardins Históricos, 2019). Tal como em 1998, é possível denotar que os jardins históricos continuam ameaçados pelas mais variadas razões, desde a falta de recursos humanos qualificados e económicos, apoios para manter estes locais históri-

cos intactos até à pressão urbanística exercida sobre estes, que recorrentemente se localizavam em zonas periféricas da cidade e atualmente se encontram no seu centro. Estas razões fazem com que exista uma descaracterização do jardim ou mesmo o seu desaparecimento por completo.

A fundação da AJH abre a oportunidade de fazer crescer a consciencialização para os jardins históricos que estão integrados na paisagem, tanto rural como urbana. Foram vários os projetos realizados que permitiram um maior conhecimento por parte da população dos jardins históricos existentes em Portugal, como foi o exemplo, do projeto de restauro de doze jardins históricos privados, a realização de variadas conferências, formações e viagens centradas na conservação de jardins e sítios históricos (Associação Portuguesa dos Jardins Históricos, 2019).

No processo de salvaguarda e valorização do património paisagístico, tornou-se imperativo a existência de uma “estratégia de congregação e divulgação”, que permitisse criar uma rede de informação relativa a jardins e sítios históricos, que contemplasse todo o território nacional, de modo a dar a conhecer este património a ser preservado a toda a população e também de forma a tornar os jardins históricos um produto turístico de excelência (Associação Portuguesa dos Jardins Históricos, 2017, p. 3). Estes objetivos surgem contemplados no projeto de criação de Rotas de Jardins Históricos de Portugal.

O projeto surge de uma candidatura da AJH ao Programa VALORIZAR criado pelo Turismo de Portugal, na sequência do Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT). Este tem como principal missão a criação de linhas de apoio a projetos que se insiram de alguma forma nas seguintes categorias: sustentabilidade, disponibilização de redes Wi-fi, turismo acessível ou valorização turística do interior. Sendo que foi nesta última em que a candidatura da AJH foi inserida (Turismo de Portugal, 2018).

O projeto que esteve em curso durante dois anos, culminou na criação das rotas turísticas de jardins históricos para o interior de Portugal, contemplando inicialmente sete rotas: “Alto Minho, Baixo Minho, Tâmega, Douro, Dão, Tejo e Alentejo”; duas conferências direcionadas a proprietários de jardins históricos nos lugares de Santar e Mateus e também a criação de um novo site e APP da AJH, ambos denominados “jardins históricos” (Associação Portuguesa dos Jardins Históricos, 2020). Com apoio do Município de Lisboa, através do Projeto Lisboa Capital Verde Europeia 2020, são criadas mais cinco rotas, perfazendo até então um total de 12 Rotas Turísticas de Jardins Históricos.

1.3.2. Rotas turísticas dos jardins históricos

O projeto da RJHP, apesar de ter como objetivo primário a criação das sete rotas turísticas anteriormente referidas, com foco no interior de Portugal, tinha também o objetivo de contemplar todo o território nacional, e onde está incluída toda a extensão de Portugal continental e as Regiões Autónomas dos Açores e Madeira. O projeto está suportado num inventário de jardins históricos, de forma sistemática,

que permite não só a sua classificação, como também a disponibilização de dados informativos referentes a cada jardim à população nacional e internacional através do site dos jardins históricos.

Ambos os objetivos foram cumpridos com o apoio do Município de Lisboa, no âmbito do Projeto Lisboa Capital Verde Europeia 2020. Este projeto é consequência do recebimento do galardão "European Green Capital", que marca a iniciativa criada por parte da Comissão Europeia em 2008. A presente iniciativa surge de um esforço conjunto de 15 países europeus, traduzido num memorandum escrito em 2006, que propõe a criação de um prémio atribuído anualmente, com o objetivo de enaltecer as boas práticas de sustentabilidade em cidades que "lideram o caminho para um modo de vida urbano amigo do ambiente" (Memorandum on the European Green Capital title, 2016).



Figura 1 - Exposição Jardins Históricos de Portugal - Memória e Futuro, Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, 2021. Fonte: Autora.

Com o apoio do Município de Lisboa foram elaboradas mais cinco rotas turísticas, perfazendo um total de doze: Alto Minho, Baixo Minho, Tâmega, Douro, Grande Porto, Dão, Litoral Centro, Grande Lisboa, Tejo, Alentejo, Madeira e Açores. Este projeto foi incluído e apoiado no âmbito do Projeto Lisboa Capital Verde Europeia 2020, não só por se integrar nos valores celebrados na sequência do galardão, como também por contribuir para a agenda do projeto com a exibição das rotas dos jardins históricos numa exposição realizada na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), no centro de Lisboa, com o intuito de apresentar e dar a conhecer de forma abrangente o projeto e a importância da conservação dos jardins históricos (figura 1).

No decorrer da exposição tive a oportunidade de participar enquanto responsável pelo Serviço Educativo, entrando em contacto direto com os seus visitantes, aos quais foi requisitado o seu feedback através do preenchimento de um breve questionário. Este feedback foi na sua maioria muito positivo, revelando sobretudo uma "surpresa" relativamente ao património histórico-paisagístico em Portugal.

O projeto das 12 Rotas Turísticas dos Jardins Históricos possui duas componentes distintas, que se complementam entre si: O inventário e a RJHP. Em ambas as componentes, os jardins são considerados históricos quando apresentam, através da sua composição arquitetónica e paisagística, interesse público (ICOMOS IFLA, 1982). Na componente de inventário, são incluídos todos os jardins existentes numa determinada região, independentemente do seu estado de conservação ou da possibilidade de ser visitado; na componente de rota, os jardins históricos cumprem com critérios de qualidade definidos no Regulamento de Atribuição do Selo de Qualidade aos Jardins Históricos de Portugal, elaborado pela AJH. Os jardins são avaliados e pontuados segundo vários parâmetros, categorizados segundo três níveis distintos: Critérios de primeiro nível, relativo à autenticidade do jardim histórico; critérios de segun-

do nível, relativos à visitação do jardim e por fim, critérios de terceiro nível, não obrigatórios de satisfazer, que contemplam a qualifica o e sustentabilidade da visita o do jardim. Quando pontuados positivamente, e com uma pontua o igual ou superior a 15 pontos,  -lhes atribuído o Selo de Qualidade, e se o proprietário ou entidade mostrarem interesse em tal, são incluídos numa das Rotas Turísticas dos Jardins Históricos de Portugal (Associa o Portuguesa dos Jardins Históricos (1), 2020).

A inventaria o dos jardins históricos de Portugal e a inclusão dos mesmos nas respetivas rotas   feito com recurso a uma ficha descritiva do jardim com vários parâmetros a serem preenchidos, como o tipo de propriedade (pública ou privada), acesso ao público (não visitável ou visitável) e a sua utiliza o atual (residencial, termal, entre outros) (Associa o Portuguesa dos Jardins Históricos, 2020). Este tipo de inventaria o, inclusão nas diferentes rotas, e posterior disponibiliza o online da informa o relativa a qualquer jardim, permite que exista uma maior facilidade na difusão da informa o sobre jardins históricos, que   direcionada tanto a profissionais da área (como os guias-intérpretes) como a toda a comunidade interessada em conhecer o património histórico-paisagístico existente no território nacional.

1.3.3. Breve análise dos resultados do projeto

Após ser realizada a inventaria o,   feita uma sele o e integra o na RJHP com base nos critérios definidos no Regulamento de Atribui o do Selo de Qualidade aos Jardins Históricos de Portugal. De seguida uma tabela com as regiões para as quais foi realizado um inventário, o nome da rota, o número de jardins históricos inventariados e o número de jardins históricos incluídos em cada rota.

Inventário	Nome da Rota	Número de Jardins Históricos Inventariados	Números de Jardins Históricos Incluídos
Região Norte	Alto Minho	409	27
	Baixo Minho		26
	Tâmega		22
	Douro		10
	Grande Porto		28
	Dão		18
Centro	Litoral Centro	172	15
Lisboa	Grande Lisboa	120	31
	Tejo		12
Alentejo e Algarve	Alentejo	75	17
Madeira	Madeira	30	12
Açores	Açores	16	9
Total		822	227

Tabela 1 - Número de jardins inventariados e incluídos na RJHP, 2022. Fonte: AJH

Ao analisar a tabela anterior, é possível observar um maior número de jardins associados às grandes urbes, ou seja, nas Rotas do Grande Porto e da Grande Lisboa, com 28 e 31 jardins, respetivamente. No caso de estudo da presente dissertação de mestrado, ou seja, na Região do Litoral Centro, é possível fazer um estudo mais aprofundado, na medida da sua evolução e também do tipo de jardins que se encontram com maior expressão.

Numa primeira análise, realizada através da consulta de obras literárias consideradas primárias no estudo dos jardins históricos, como é exemplo o livro *Arte Paisagista e Arte dos Jardins em Portugal* de Ilídio de Araújo (1962), *Jardins com História: Poesia atrás de muros* de Cristina Castel-Branco (2002) ou o *Guia de Portugal, edição da Fundação Calouste Gulbenkian* (1924), foram inventariados 47 jardins históricos. Posteriormente, após pesquisa via internet, através de programas geográficos, bibliografia encontrada online, informação disponibilizada pelas diferentes juntas de freguesia, foram encontrados e inventariados um total de 194 jardins históricos para avaliação.

Esta avaliação foi feita no sentido de identificar os jardins históricos que teriam interesse turístico para integração no inventário, e, em caso de cumprirem os dois critérios estabelecidos pela AJH - comprovação da autenticidade do jardim e a possibilidade de abertura ao público - quais os que integrariam a Rota dos Jardins Históricos do Litoral Centro de Portugal.

Após análise por parte dos elementos incluídos na equipa da Região do Litoral Centro e discussão dos mesmos, foram identificados 172 jardins históricos com potencial para serem integrados na rota do Litoral Centro, 29 jardins inventariados (Anexo I) e 15 destes foram integrados na Rota do Litoral Centro de Portugal.

Na Região do Litoral Centro é possível encontrar as cinco categorias de jardins históricos, mas, tal como era de esperar, numa percentagem muito díspar. Com maior representatividade surgem os jardins e parques públicos, com 15 exemplares, de seguida as quintas de recreio, com sete exemplares, as cercas conventuais, com quatro, os santuários, com dois, e por fim, os jardins botânicos, com um exemplar.

2

**Turismo de Jardins
Históricos**

2.1. Contributos do turismo para os jardins históricos

Segundo Richard Benfield, o turismo de jardins é definido como uma forma de viajar para fora do domicílio habitual do indivíduo, para comprar, ver ou despende de tempo para reflexão ou educação numa área de criação hortícola, mais frequentemente designada por "jardim" (Benfield, 2013, p. 15). Esta definição demonstra o interesse por parte de um indivíduo enquanto turista, se deslocar a determinado local e retirar dele qualquer proveito, seja este a nível da educação ou lazer.

Os jardins sempre foram associados a um elevado número de visitantes através de viagens por parte das classes altas, primeiramente com o circuito do *Grand Tour*, no qual a aristocracia inglesa visitava monumentos e várias casas de campo com grandes jardins em "Paris e o Sul de França, os Países Baixos, os Alpes, Viena, Praga e Itália". Com a Revolução Industrial, as viagens que passaram a ser realizadas em barcos e comboios a vapor, o que criou condições para que a burguesia passasse a fazer parte destas viagens (Milheiro e Melo, 2005, p. 116; Rodrigues, 2015). No entanto, o turismo de jardins como hoje o conhecemos, começou com a criação dos *Garden Tours* no início do século XX. O caso particular dos jardins históricos surge atualmente como um importante elemento do turismo a nível mundial, no qual estes se configuram enquanto "um recurso turístico estratégico dos territórios" (Silva, 2013, p. 1).

Enquanto monumentos, os jardins históricos são "atrações turísticas por si só e por direito próprio", no entanto, este paradigma nem sempre foi observado, sendo que houve uma evolução que esteve relacionada com a evolução da sua própria proteção legal. Segundo Susana Silva (2013) o interesse pelos jardins enquanto elementos turísticos observou-se a partir das Exposições Universais e Internacionais ocorridas em Bruxelas (1935) e Paris (1937), com a criação de um grupo de arquitetos paisagistas que mais tarde veio a fundar a IFLA, que teve um papel fundamental na proteção dos jardins históricos e da sua classificação enquanto monumentos. Foi na sequência da criação da IFLA e das diretrizes legais redigidas que o turismo de jardins começou a ganhar maior relevo, através da criação de inventários e redes de jardins históricos. A França e o Reino Unido foram pioneiros na adoção destas medidas para o seu conhecimento e inventário. Estas redes tinham também como objetivo a divulgação do património histórico-cultural dos seus territórios, potenciando-o como atividade turística distinta (Silva, 2013).

A nível nacional, tanto a proteção dos jardins históricos a nível legal como a criação de redes que permitem o seu conhecimento e divulgação enquanto património único no território e enquanto produto turístico surgem a partir do final do século XX. É de ressaltar que, a divulgação do património dos jardins históricos em Portugal surge no século XX, com as publicações de Sousa Viterbo (1908) e Ilídio de Araújo (1962), mas apenas mais tarde estas se materializam com um levantamento feito por parte de uma equipa de arquitetos paisagistas do Instituto Superior de Agronomia, com coordenação de Cristina Cas-

tel-Branco, a pedido do então Fundo de Turismo (Castel-Branco, 2002; Silva, 2013). Este levantamento permitiu não só um maior conhecimento e estudo de jardins "mal conhecidos, nada estudados e sempre valiosos na sua oferta de conforto, de beleza, de expressões de equilíbrio entre o Homem e os factores naturais" como também a sua proteção (Castel-Branco, 2002, p. 20).

Apesar da criação dos levantamentos enumerados, foi nas últimas duas décadas que o turismo, não só de jardins, mas a nível global sofreu grandes alterações, no qual o turista se tornou mais seletivo. Esta seletividade por parte do turista, "que procura e valoriza a diferença, a originalidade e, acima de tudo, a experiência prolongada, até mesmo inesquecível, quer visual quer sensorial ou emocional, que determinado lugar proporciona" fez com que o turismo de massas se tornasse menos procurado e a oferta se tornasse mais segmentada e direcionada para determinados objetivos, o que significa que houve uma especialização da oferta turística (Silva, 2013, p. 7). Nas últimas duas décadas surge também um aumento da vertente do turismo cultural na sociedade pós-moderna, em que o turista procura conhecer locais autênticos, que se distinguem pelo seu valor cultural e histórico e que se constituem como valiosos testemunhos da cultura de determinada comunidade, região ou país. Quando combinadas estas duas vertentes, tanto do turismo cultural como da procura de "imagescape" (experiência visual), os jardins surgem como locais privilegiados que compreendem ambas (Silva, 2013).

Com a crescente publicação de informação em jornais, livros e artigos ocorrida no século XVIII, surgem no Reino Unido os primeiros guias direcionados para o turismo de jardins, como é exemplo a obra de Thomas Whately (1726 – 1772), *Observations on Modern Gardening* (1770) ou a obra de Horace Walpole (1717-1797), *A History of Modern Taste in Gardening* (1780), que descrevem vários jardins que deveriam ser visitados pelo público (Rodrigues, 2015). Stowe foi um dos primeiros jardins a possuir um guia que contém uma explicação detalhada de toda a propriedade e elementos, tanto do jardim como da casa, publicados em *Stowe: a description of the house and gardens of the most noble and puissant prince*

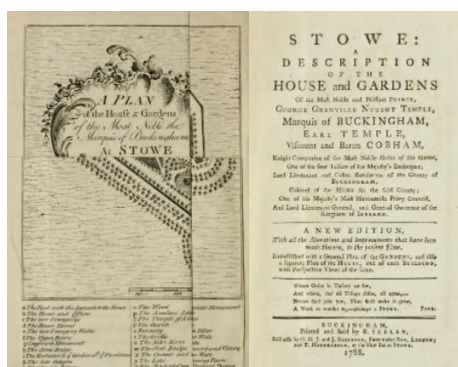


Figura 2 - *Stowe: a description of the house and gardens of the most noble and puissant prince, George Grenville Nugent Temple, Marquis of Buckingham, Earl Temple, Viscount and Baron Cobham .. (1788)*. Fonte: Internet Archive [em linha]. Disponível em: <https://archive.org/details/stowedescription00seel/page/n5/mode/2up?q=tour&view=theater>

ce, George Grenville Nugent Temple, Marquis of Buckingham, Earl Temple, Viscount and Baron Cobham .. (1788) (figura 2) (Benton, 1788). No seguimento destas publicações e da criação de redes turísticas de jardins históricos cada vez mais complexas no Reino Unido, foram muitos os países que se seguiram na criação de redes que permitiam o conhecimento e a visita aos jardins históricos. São exemplos disso, a Alemanha,

os Estados Unidos da América, a Nova Zelândia, Singapura, Japão, Holanda, e entre tantos outros países. O "garden visiting" mobiliza milhões de pessoas por todo o mundo, desde "turistas

domésticos”, que visitam o património existente no seu país, aos “turistas internacionais” (Silva, 2013).

O turismo de jardins nestes países, que tem tido uma evolução muito grande nas últimas décadas, pode vir a tornar-se num dos maiores nichos turísticos a nível mundial, sendo que é já considerado um fenómeno da sociedade pós-moderna. Apesar de se saber que o turismo de jardins mobiliza milhões de turistas por ano aos jardins históricos (como é exemplo o National Trust, entidade que gere de mais de 200 parques e jardins no Reino Unido, contabilizou cerca de vinte milhões de visitantes entre 2013 e 2014), não se consegue materializar essa estimativa em números concretos devido a várias dificuldades na monitorização de entradas: a variedade de tipologias de jardins, tanto de cariz privado como público; as entradas em jardins de entrada livre, que não são contabilizadas pelas entidades que gerem os espaços; e a impossibilidade de saber motivação do visitante, ou seja, se determinado visitante entrou no jardim para de facto o conhecer, ou enquanto lugar de passagem (Castel-Branco, 2002; Soares, 2021).

Este nicho da visitação de jardins revelou um aumento tanto a nível da oferta como também na procura dos jardins como forma de recreação, educação e lazer (Silva e Carvalho, 2017). A nível da oferta do jardim enquanto produto turístico tem-se verificado o aumento da diversificação de atividades de lazer relacionadas com jardins, em que não é “apenas” proporcionada a visita aos jardins, tanto através de visitas guiadas como visitas livres, como também são cada vez mais os eventos realizados em jardins históricos, e corelacionados com estes, como festivais de horticultura ou flores (Silva, 2013).

A diferenciação do tipo de atividades englobadas no conceito de turismo de jardins não é consensual entre os autores que se dedicam ao seu estudo, existindo um confronto entre opiniões referente às motivações que levam o turista a visitar um jardim: por um lado defende-se que o turismo de jardins é aquele que se verifica por si mesmo, ou seja, só pela visita ao jardim enquanto monumento; por outro lado, defende-se que o turismo de jardins engloba não apenas a visita ao jardim como também as atividades relacionadas com o mesmo, tais como “festivais, compras, etc.” (Silva e Carvalho, 2014, p. 450).

A situação que se observa noutros países como os exemplificados anteriormente, não se observa em território nacional. O turismo de jardins permanece um nicho pouco explorado, tanto a nível das entidades detentoras que jardins históricos e entidades turísticas, como também permanece desconhecido por muitos (Associação Portuguesa dos Jardins Históricos (1), 2020). Esta é uma lacuna que tem sido combatida desde a primeira inventariação de jardins, a criação das primeiras sete rotas de jardins históricos criadas para o interior do país, até à contemplação de todo o território nacional.

Como exemplificado no estudo publicado em 2017 por Susana Silva e Paulo Carvalho, em que foram inquiridos cerca de 100 proprietários de jardins privados, e dos quais foram retiradas 63 respostas válidas, o turismo de jardins em Portugal ainda se constituía como uma vertente muito escassa e residual. Um dos motivos da pouca mobilidade de visitantes aos jardins portugueses seria a falta de uma

rede destinada ao turismo de jardins históricos, em que a informação relativa aos jardins, tanto a nível histórico como a nível informações úteis, por exemplo a possibilidade de serem visitados ou não, se encontrava dispersa em vários sítios online ou livros de índole mais especializada (Silva e Carvalho, 2017).

Neste mesmo estudo realizado em 2017, os proprietários consideravam o produto turístico dos jardins ainda marginalizado no panorama nacional, evidenciando que não existia uma estratégia nacional neste sentido, mas que já se encontravam algumas evidências da sua existência e importância a nível regional, como é o exemplo da Madeira, em que existem já roteiros estabelecidos, uma oferta mais diversificada do turismo de jardins e um festival dedicado às flores cultivadas no local (Silva e Carvalho, 2017; Silva, 2013). Esta lacuna vem a ser reduzida com a criação, em 2020, do site dos jardins históricos por parte da AJH, que contempla toda a informação reunida a partir da inventariação dos jardins históricos, desde a sua história à sua localização e possibilidade de visita.

O projeto das Rotas dos Jardins Históricos de Portugal, vem colmatar a falta de qualquer plataforma que reunisse num só local toda a informação necessária ao conhecimento do património histórico-paisagístico nacional, e, simultaneamente, propor os jardins históricos enquanto produto turístico. A criação da RJHP vem também no sentido da valorização do património num sistema em rede, em que existe a divulgação e dinamização dos vários jardins incorporados, não só nas várias rotas, como também os que estão inventariados. As várias "formas de organização em rede, maximizadoras de sinergias positivas a diversos níveis" foram outra preocupação revelada no estudo anteriormente referido (Silva e Carvalho, 2017). Todas estas medidas que foram tomadas a nível nacional, numa colaboração entre várias entidades a nível do turismo e dos jardins históricos, demonstraram ser eficazes nos restantes países, não só a nível europeu como também na Austrália, Japão, Estados Unidos da América, entre outros.

Deve-se ainda referir a importância da singularidade dos jardins históricos portugueses no contexto mundial. Como foi referido por Francisco Caldeira-Cabral, Cristina Castel-Branco e Aurora Carapinha, os jardins em Portugal reúnem características únicas, quando comparadas aos seus contemporâneos, principalmente a nível europeu (Cabral, 1941; Carapinha, 1994; Castel-Branco, 2010). Estas características são derivadas do ambiente sociopolítico vivido em Portugal, as condições topográficas, o clima mediterrâneo (verões quentes e secos e invernos húmidos), a localização geográfica e a sua relação com o Atlântico. De forma sucinta, são os traços do jardim português: "a diversidade de árvores e arbustos de flor, as vistas, a presença de azulejos e de grandes tanques" (Castel-Branco, 2010, p. 7). Esta singularidade dos jardins portugueses, não releva a opulência dos grandes jardins de França ou do Reino Unido, mas revela uma escala mais humanista e elementos próprios da nossa cultura portuguesa, que por si só, conta com a influência de muitas outras culturas e estilos. Este pode vir a ser um fator diferenciador na escolha do turista, que continua a procurar cada vez mais lugares singulares que propor-

cionam experiências únicas (Castel-Branco, 2010).

É neste sentido, de fornecer experiências únicas aos visitantes, que se torna importante a divulgação dos jardins históricos portugueses através de uma rede organizada que permita atrair mais turistas e conseqüentemente gerar mais conhecimento e recursos para manter estes lugares. “De um modo geral, os jardins históricos que já são visitados por turistas encontram-se bem protegidos e conservados”, o que revela que o turismo acarreta benefícios para os jardins, quando a atividade se verifica sustentável para o lugar, através da correta regulamentação de utilização do mesmo (Soares, 2021, p. 36).

Conforme o artigo 18º da Carta de Florença, “embora um jardim histórico tenha sido projetado para ser visto e percorrido, o seu acesso deve ser restrito à extensão exigida pelo seu tamanho e pela sua vulnerabilidade, para que possam ser preservadas a sua fábrica física e a sua mensagem cultural” (ICOMOS-IFLA, 1982). Desta forma, e com recurso a uma análise objetiva da capacidade do jardim histórico de receber visitantes, deve ser concebida uma estratégia que se adapte ao caso em estudo, que conjuntamente com os princípios do turismo sustentável a nível social, económico e ambiental, permita obter resultados que se revelam positivos à manutenção do espaço.

Existem, contudo, alguns riscos associados à abertura dos jardins históricos ao turismo, como a saturação do espaço, em que a visita em simultâneo de muitas pessoas pode levar à destruição do ambiente harmonioso que o jardim deve proporcionar ao visitante, ou à destruição do património, especialmente o de carácter natural, que revela ser a componente mais frágil do jardim (Silva, 2013). No entanto, tal como Mike Robinson evidencia, “o problema não é receberem demasiados turistas, mas sim não receberem muitos”, considerando que o turismo se revela como um dos maiores criadores de receita para a “manutenção e melhoramento dos jardins históricos” (Robinson, 2021, p. 36). Assim, se a gestão do jardim histórico por parte da entidade que o detém for correta, no sentido de encontrar um equilíbrio que permita tanto a sustentabilidade da atividade turística no espaço como a sustentabilidade do próprio jardim, o turismo de jardins revela-se benéfico à preservação e manutenção do jardim histórico.

2.2. O perfil do visitante de jardins

Como foi brevemente referido no início do presente capítulo, desde o início do século XXI que o perfil do turista e o próprio setor do turismo tem sofrido alterações, que se revelam notoriamente com a diferenciação da oferta e procura que existem do produto turístico. O turismo de massas decresceu e o turismo mais especializado teve um crescimento exponencial, o que levou ao aumento do turismo de nicho, no qual está integrado o turismo de jardins. No entanto, a nível da investigação, as motivações e perfil dos turistas de jardins permanecem ainda pouco estudadas, existindo apenas dois estudos de maior

relevo neste sentido, um focado no Reino Unido e outro nos Estados Unidos da América (Soares, 2021).

O que leva os turistas a deslocarem-se de modo a conhecerem determinado jardim? Será que o turista se desloca devido apenas ao valor patrimonial de um jardim? Esta questão torna-se algo difícil de responder devido às dificuldades de objetivação do que é considerado património ou não. No entanto, quando observados os jardins que mobilizam um grande número de visitantes, como o Orto Botânico de Pádua ou o Real Jardim Botânico de Kew, denota-se que surgem vários valores a si associados: A nível espacial, surgem valores como a estética, que reúne em si o interesse pelo desenho do jardim e as espécies botânicas em si incluídas; a antiguidade e raridade; e a autenticidade e integridade do jardim. A nível social surgem valores como associação do espaço a determinados eventos históricos; a contemplação do espaço e ambiente que este proporciona; o encontro social e a recreação, e também os benefícios que estes providenciam a nível da saúde (Silva e Carvalho, 2014; Soares, 2021).

Apesar das características do jardim serem as principais motivações da visita do turista ao jardim, em que os jardins botânicos e os jardins associados a qualquer património construído surgem como os mais atrativos, existem várias razões que o levam a visitar estes espaços (Soares, 2021). Primeiramente, podem-se distinguir dois grandes grupos de turistas: o turista doméstico e o turista internacional. Estes, por sua vez, podem-se subdividir segundo o "seu grau de interesse em relação a estes (os jardins), a dimensão do público-alvo e a motivação principal condutora: os '*passionnés avertis*' (especialistas em plantas e botânica, os historiadores de jardins, apaixonados atentos e conhecedores), os '*nouveaux jardiniers*' (os recentes interessados) e os '*promoneurs du dimanche*' (os visitantes de domingo/ocasionais e generalistas)" (Silva e Carvalho, 2014, p. 451).

2.3. Os fatores a considerar na visita de jardins

De modo a obter uma experiência turística positiva num jardim histórico, tanto na preparação como na visita em si, é necessário ter em consideração vários fatores, que foram anteriormente parcialmente descritos enquanto motivações do turista, sendo estes: 1) a autenticidade e integridade do jardim; 2) condições para uma adequada visita; e 3) comunicação por parte da entidade e guias de visita.

2.3.1. A autenticidade e integridade do jardim

A autenticidade e integridade dos jardins históricos estão contemplados no artigo 9º da Carta de Florença: "A salvaguarda dos jardins históricos exige que os mesmo sejam identificados e inventariados. Impõe intervenções diversas, de manutenção, de conservação e de recuperação. Eventualmente pode-

-se recomendar a reconstrução. A autenticidade de um jardim histórico está relacionada quer com o desenho e as proporções das suas várias componentes, quer com os elementos ornamentais e a escolha dos elementos vegetais ou inorgânicos que o constituem" (ICOMOS-IFLA, 1982, p. 3).

Para um jardim ser considerado "autêntico", deve ser feita a sua comprovação através de um processo que engloba todas as vertentes disciplinares, comunitárias e culturais e todas as fontes de informação disponíveis, tal como descrito no Documento de Nara sobre a Autenticidade (ICOMOS, UNESCO e ICCROM, 1994). Esta verificação da autenticidade é feita por parte de uma entidade reguladora, que no caso dos jardins históricos portugueses é a AJH. Um jardim é "autêntico" quando apresenta não ter sofrido alterações significativas na sua fábrica, em que "fábrica significa todo o material físico do sítio incluindo os componentes, os acessórios, os conteúdos e os objectos" (ICOMOS Austrália, 1999, p. 5).

Aliado à autenticidade do jardim, este deve possuir um "estado de conservação adequado", ou seja, deve possuir os componentes característicos do jardim aquando da sua génese num bom estado de conservação, não apresentando sinais muito evidentes de deterioração, seja esta a nível dos elementos naturais ou construídos ou do desenho do jardim. Estes constituem-se como os dois primeiros parâmetro de índole obrigatória a ser analisado por parte da AJH, de modo a entender se determinado jardim histórico pode obter o Selo de Qualidade, que distingue os jardins históricos capazes de garantir uma oferta turística de qualidade (Associação Portuguesa dos Jardins Históricos (1), 2020, p. 3).

2.3.2. Comunicação

Como referido anteriormente, as características do jardim são as principais motivações da visita do turista ao mesmo, no entanto, de modo a este ter uma experiência positiva, é necessário que essa visita seja feita de forma confortável e informada. Atualmente, a maioria da informação é gerada online, através da procura de "locais de interesse" em motores de busca ou sites que agregam informação sobre os locais turísticos, a nível nacional, como o site dos jardins históricos da AJH, ou a nível mais regional, como por exemplo, os sites dos municípios que expõem os locais de interesse do seu território.

Esta procura, principalmente online, pode atrair tanto turistas nacionais como internacionais, o que faz com que a informação disponibilizada deve ser clara e intuitiva, e que tenha um carácter apelativo de modo a atrair o turismo para os jardins históricos que se encontram em Portugal. O produto turístico dos jardins históricos deve ser o mais divulgado possível de modo a abranger um público mais vasto, desde o público mais jovem às comunidades sénior. Isto significa que a informação não deve ser apenas canalizada num sentido, ou seja, deve existir uma aposta consistente nas informações prestadas online, tanto através de sites como também através das redes sociais, de modo a chegar a um público-alvo mais jovem, mas também deve existir uma divulgação mais pessoal, através de guias turísticos ou pan-

fletos distribuídos em papel, ações junto das entidades regionais e locais que podem fazer chegar essa informação às pessoas que não têm acesso a tecnologias de informação mais recentes.

Quando se referenciam exemplos de redes turísticas de jardins bem estruturadas, como é o caso dos Parques de Sintra – Monte da Lua SA, criada em 2000, como empresa privada gestora do património histórico-paisagístico da Paisagem Cultural de Sintra, após a sua inscrição na Lista do Património da Humanidade (UNESCO). Nesta denota-se que existe uma preocupação com a visita informada do turista, que antecede toda a visita do mesmo ao local. A informação sobre a rede pertencente aos Parques de Sintra encontra-se totalmente disponibilizada no site correspondente (www.parquesdesintra.pt), e no qual é possível fazer o planeamento da visita, ter acesso aos horários de funcionamento de todos os jardins e parques, preços correspondentes, a programação cultural associada aos jardins, a disponibilização de visitas contextualizadas, entre outras informações úteis ao visitante.

Estas informações úteis revelam-se de extrema importância para a conceção dos jardins históricos enquanto produto turístico, pelo que se constituem como critérios obrigatórios a serem cumpridos pelas entidades gerentes dos jardins históricos que desejem obter o Selo de Qualidade por parte da AJH (“Existência de um horário de visitas ou disponibilização da informação das condições de visita”) (Associação Portuguesa dos Jardins Históricos (1), 2020, p. 8).

Esta informação difunde-se através das redes sociais, como o Facebook ou o Instagram (redes sociais mais comumente utilizadas), mas também no próprio local de visita, ou seja, a informação disponibilizada pela entidade não se fica apenas pelo conteúdo online. A informação relativa aos vários jardins e parques é disponibilizada ao turista assim que este ingressa no local, com a entrega de um panfleto com o mapa do jardim ou parque e os vários locais de interesse do mesmo, sejam estes elementos construídos ou espécies notáveis, como é exemplo a Quinta das Lágrimas (Figura 4) Aliado a esta informação, existem várias sinaléticas ao longo do jardim, tanto a nível de percursos assinalados, como das várias espécies de plantas de maior interesse para o turista. Este tipo de estratégia, que se desenvolve a partir da informação prévia do turista, e posteriormente no espaço com a disponibilização de mapas e sinalética, permite a que este tenha uma visita mais informada do jardim que está a visitar.

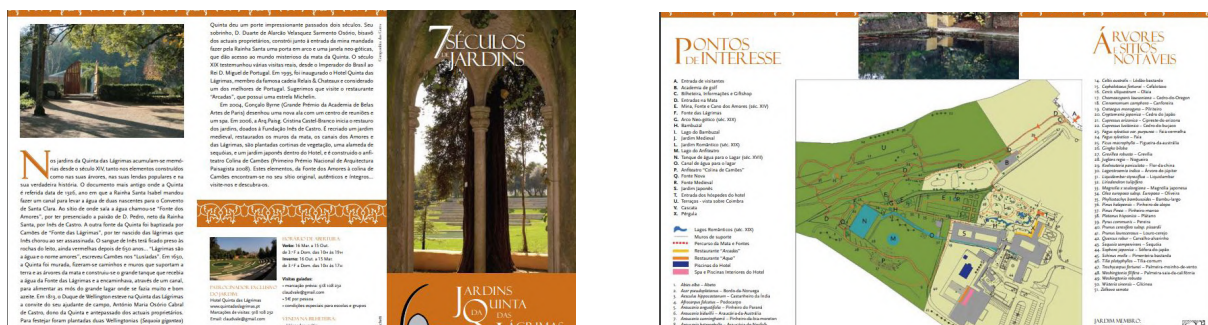


Figura 3 - Desdobrável do Jardim da Quinta das Lágrimas, Coimbra. Fonte: Fundação Inês de Castro [em linha]. Disponível em: <https://fundacaoinesdaecastro.com/jardim/#visitas>

2.3.3. Condições para uma adequada visitação

Existem várias condições de visita que devem ser satisfeitas, numa visita de um jardim histórico de forma que esta seja adequada e proporcione uma experiência que o turista venha a recordar como positiva e agradável. Uma dessas condições, são as infraestruturas associadas ao jardim. Estas infraestruturas destinam-se a suprimir as necessidades dos visitantes, tanto a nível informativo como de conforto. Com isto quer-se dizer que devem existir infraestruturas de receção ao visitante, onde se presta o apoio inicial e onde se disponibilizam todas as informações necessárias à visita, seja esta guiada ou não. Quando iniciada a visita, principalmente não sendo esta com recurso a um guia turístico, deve ser autos-sustentada pela informação disponibilizada neste primeiro posto de apoio ao visitante.

Após a receção do visitante, devem existir percursos assinalados ao longo de toda a extensão do jardim, que permitam uma visita orientada no espaço, sem que o visitante se perca ou se encontre em locais que não são a si destinados (por exemplo, áreas vedadas a pessoas das equipas que trabalham no jardim, por motivos de segurança, etc.). Estes percursos estipulados deverão, sempre que possível, ter em consideração as pessoas com mobilidade reduzida, evitando que estes se estabeleçam apenas em áreas com declive acentuado ou com escadas. Este é o um dos critérios que o jardim deve cumprir obrigatoriamente para poder fazer parte dos jardins históricos com Selo de Qualidade ("percursos para os visitantes perfeitamente definidos") (Associação Portuguesa dos Jardins Históricos (1), 2020, p. 8).

Associados a esses circuitos assinalados e estipulados para o visitante, devem existir sanitários, também devidamente assinalados como tal. Este constitui-se também como um dos critérios obrigatórios à entrega do Selo de Qualidade a um jardim histórico ("Instalações sanitárias ao serviço dos visitantes no local") (Associação Portuguesa dos Jardins Históricos (1), 2020, p. 8).

De forma complementar, mas muito benéfica para o reconhecimento do jardim histórico enquanto um local adequado a receber turistas, surgem infraestruturas como restaurantes, cafés e lojas, que não só servem como serviços úteis ao visitante, como também podem ser fonte de rendimento para o jardim, ajudando-o assim a melhorar tudo o que seja necessário, incluindo a manutenção do mesmo.

No caso de o jardim histórico abrir para visitas noturnas, tanto pontuais como de forma consistente, deve possuir iluminação adequada nos percursos estabelecidos de modo a proporcionar uma visita cómoda e, acima de tudo, segura.

2.3.4. Guias de visita

As visitas aos jardins históricos ou a qualquer outro monumento são adequadas à preferência do visitante que se toma como o fator primário na oferta de determinado produto turístico. Desta forma, de-

vem ser apresentados ao turista várias opções de visita, em que estas se podem fazer enquanto: visitas livres, que podem ser autoguiadas ou com recurso a áudio-guias; e visitas guiadas, tanto in loco como virtualmente.

Primeiramente, deve-se ter em atenção a distinção entre dois conceitos: guia turístico e o guia intérprete. "Um guia turístico diz respeito ao guia descritivo, roteiro impresso ou online com textos e imagens, que fornece informações sobre determinado local de visita e é habitualmente utilizado pelo turista para preparar ou orientar a viagem ao destino escolhido. Um guia intérprete é a pessoa, com formação especializada, que acompanha e orienta a visita" (Merendeiro, 2017, p. 74).

No que respeita às visitas livres aos jardins históricos, ou seja, sem presença de um guia intérprete, estas podem ser feitas de forma autoguiada ou com recurso a um áudio-guia.

As visitas autoguiadas, sem recurso a um guia ou auxiliar de visita, não deverá ser um fator decisivo para uma visita menos informada do jardim histórico. Este tipo de visitas, programadas pelo próprio turista, revelam a necessidade de conhecer o local de visita de forma autónoma e independente, sem recurso a um intermediário como é o guia intérprete.

O turista que escolha realizar a visita de forma livre revela também, em parte, as suas motivações de visita, principalmente quando não fazem parte do grupo de "especialistas em plantas e botânica, os historiadores de jardins, apaixonados atentos e conhecedores" (Silva e Carvalho, 2014, p. 451). Com isto quer-se dizer que, quando um turista não especializado escolhe fazer uma visita autoguiada, as suas motivações serão, na sua maioria, a prática do lazer e a autorrecreação (Andrade, 2014).

A visita autoguiada "permite ao turista ter uma maior liberdade durante o passeio", sobre o tempo de visita e sobre a sua relação com o espaço em que está inserido. Isto permite que o visitante tenha um maior controlo sobre as experiências sensoriais que desfruta ao longo da sua estadia no jardim histórico, podendo permanecer em determinado local que lhe seja mais convidativo ou disfrutar dos elementos do jardim de uma forma mais "descontraída" (Andrade, 2014, p. 56).

São nestas visitas em que o recurso a um guia turístico, como os panfletos, se torna um importante elemento de conhecimento e informação relativamente ao jardim histórico. Estes guias devem conter todas as informações necessárias à visita informada do jardim, tanto a nível histórico como a nível dos vários elementos que o compõem, tanto de cariz natural, como espécies notáveis, quer de cariz cultural, como fontes ou elementos singulares. Os guias deverão, sempre que possível, recorrer a mapas, esquemas intuitivos e fotografias, que permitam uma leitura simples por parte de qualquer pessoa, independentemente se estas fazem parte de um público mais especializado ou não.

Aliado a estas informações disponibilizadas pelos panfletos entregues ao visitante aquando da sua entrada no jardim, surgem cada vez mais locais que disponibilizam a utilização de um áudio-guia

como apoio à visita do jardim. Um áudio-guia é um sistema com recurso a aparelhos eletrónicos que permitem a descrição por voz de determinado passeio turístico. Este tipo de tecnologia, que é cada vez mais utilizada, tem vindo a ser implementada a várias escalas, desde a cidade, ao monumento, museu ou jardim. Esta permite ao visitante manter o controlo sobre o tempo disponibilizado em cada espaço ou lugar do jardim adicionando, no entanto, uma fonte de informação mais detalhada.

As visitas áudio-guiadas necessitam de um suporte tecnológico, que tanto pode ser providenciado pela própria entidade, em que o visitante recebe um aparelho eletrónico de suporte à visita no ato de entrada no jardim e o devolve à saída, como podem ser utilizadas tecnologias online, com recurso à utilização do *smartphone* do próprio visitante. Estes aparelhos surgem geralmente associados a placas colocadas em locais estratégicos, que permitem ao aparelho detetar em que local do jardim o visitante se encontra. Esta conectividade do aparelho eletrónico, no caso de serem providenciados pela entidade, pode ser feita através de chips integrados nas placas, que o aparelho, ao entrar em contacto com a placa a consegue "ler" e, conseqüentemente, produzir o áudio correspondente a essa mesma placa.

O mesmo tipo de lógica é aplicado no caso de ser o telemóvel do visitante a produzir o áudio com a informação de determinado local. Neste caso, pode ser utilizada a tecnologia do código QR (código de resposta rápida, ou *Quick Response*), que permite ao telemóvel do visitante, através do recurso à câmara do mesmo, ler o código e reproduzir a informação áudio nele incluída. Este tipo de visita pode estar associado a um público mais jovem, que recorre com maior frequência a este tipo de tecnologias.

No entanto, e tendo em conta que o perfil do "turista de jardins tem geralmente mais de 50 anos", e até mais especificamente, que o turista de jardins é "na maioria feminino, entre os quarenta e os sessenta anos ou acima dos sessenta anos, com elevadas capacidades económicas, com jardins próprios, e motivados pelo gosto por jardins e pelas ideias e técnicas usadas" pode-se entender que será um público com um maior interesse em visitas-guiadas (Silva e Carvalho, 2014, p. 451; Soares, 2021, p. 36). As visitas-guiadas podem ser realizadas *in loco*, ou seja, no próprio local feita por intermédio de guia-intérprete ou virtualmente, estratégia que tem vindo a ser cada vez mais implementada por todo o mundo.

As visitas-guiadas *in loco* são feitas por intermédio de um guia intérprete. Esta é uma profissão que se constitui como uma das mais antigas do mundo, sendo já documentada a sua existência, enquanto pessoa que auxilia a visita de outrem a determinado lugar, na Grécia antiga. No entanto, foi durante o Renascimento com a realização do *Grand Tour* que esta profissão ganhou maior relevância, acompanhada da utilização de guias impressos (atuais guias turísticos) (Merendeiro, 2017). Foi também no Renascimento que surgiram os termos associados hoje ao turismo, em que "as pessoas que participavam no *Grand Tour* passaram a ser conhecidas como *tourists* e a atividade a que deram origem passou a ser conhecida por *tourism*" (Marques (2013) in Merendeiro, 2017, p. 77).

O guia-intérprete toma uma importância relevante na experiência do turista, tendo em conta que este se configura como o elemento que liga o turista ao ambiente em que está inserido, informando-o e guiando-o. Sendo que é cada vez mais importante, na perspectiva do turista, uma experiência imersiva no local que visita, o guia deve ter em consideração este aspeto, adaptando-se a cada turista ou grupo de turistas, de modo a proporcionar visitas positivas e memoráveis.

"Guiar turistas no espaço visitado exige um profundo conhecimento do mesmo e de todas as suas características físicas (localização, condições do terreno, etc.) e técnicas (horários de abertura, cuidados a ter durante as visitas, etc.) de modo a permitir o acesso dos turistas a melhores condições" (Brito, 2008, p. 74). Assim, tendo em vista o bem-estar e a correta visita dos turistas a determinado local, é necessário que o guia-intérprete possua várias competências, tanto técnicas como de relacionamento interpessoal, atendendo às diferenças a nível linguístico e cultural que tem com os turistas, adaptando-se a estes. A própria designação de "guia-intérprete" demonstra duas das suas valências: a de guiar e a de interpretar.

O profissional especializado no turismo deve, tal como referido anteriormente, ter os conhecimentos necessários sobre o local a visitar de modo a guiar corretamente o turista pelo espaço (neste caso pelo jardim histórico), conhecendo as suas características, tanto históricas como físicas. No caso específico dos jardins históricos, e como será explicado mais aprofundadamente no seguinte capítulo, existem várias características espaciais que permitem diferenciar as várias categorias de jardins históricos. Sendo o jardim simultaneamente arte e natureza, é necessário que o guia possua um conhecimento vasto, relativamente tanto ao património construído como ao património natural.

Ao guiar o turista, o guia tem a função de interpretar o espaço, em que "a interpretação é uma atividade educacional que tem como finalidade revelar significados e relações, através do uso de objetos originais, pela, experiência direta e por meios ilustrativos, em vez de simplesmente comunicar informação factual" (Freeman Tilden in Brito, 2008, p. 76). Esta interpretação, que depende diretamente do guia-intérprete, é o que permite não só dar a conhecer ao turista a história de determinado local, como o exemplifica diretamente no espaço, existindo a significação do objeto. Por exemplo, estabelecer a relação entre uma fonte ao centro de um claustro com o seu significado religioso; estabelecer a relação de determinada espécie existente no com a sua origem ou qualquer história que lhe esteja associada.

Esta competência de interpretar o espaço de visita demonstra a importância do conhecimento do mesmo, e a forma como se pode correlacionar o conhecimento entre os elementos físicos de um jardim e o seu significado cultural. Como é referido por Luís Brito, "muitos não são capazes de interpretar, sobretudo por falta de formação adequada e pela inadequada sistematização destes princípios." (Brito, 2008, p. 77). Esta falta de formação torna-se ainda mais notável do que se refere aos jardins históricos, em que é necessária formação especializada para a correta visitação destes lugares histórico-paisagísticos.

Por outro lado, as visitas-guiadas podem ser feitas virtualmente, com recurso a tecnologias que permitem o turista visitar determinado local "sem sair de casa". Este tipo de visita não está contemplado no turismo de jardins, visto neste o turista ser considerado como alguém que se desloca ao local de modo a visitá-lo. No entanto, as visitas virtuais tornam-se cada vez um recurso útil ao conhecimento dos jardins, sejam estas com recurso a vídeos explicativos dos vários espaços do jardim, como é exemplo a iniciativa do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, quer com recurso a tecnologias 360º, que permitem uma visita mais imersiva.

A visita virtual permite que o jardim seja "visitado" por um público mais vasto, que engloba pessoas de todo o mundo e de todas as idades. Esta forma de conhecer um jardim, traz uma maior abertura do conhecimento a todos, quebrando barreiras como a distância ou o poder de compra, combatendo de certa forma as desigualdades sociais e económicas. Este tipo de iniciativa, tem sido implementada em equipamentos culturais de todo o mundo, como museus, palácios e jardins.

Atualmente, muitos jardins do Reino Unido já possuem visitas virtuais 360º, que permitem ao "visitante" percorrer toda a extensão do jardim como se se encontrasse no seu interior (Figura 5). Esta sensação de inclusão pode ainda ser reforçada com a utilização de óculos VR (óculos de Realidade aumentada) que permitem ao utilizador ter uma experiência totalmente imersiva no jardim, dispondo de toda a experiência sensorial a nível visual. Em Portugal, este tipo de prática mantém-se muito direcionada para o interior dos museus, onde é possível conhecer as suas coleções e percorrê-las, como é o caso da Fundação Calouste Gulbenkian ou o Museu Nacional de História Natural e da Ciência. No entanto, isto não significa que não existam visitas virtuais aos jardins portugueses, como é o caso do Jardim Botânico do Porto (Figura 6).

As visitas virtuais são uma ajuda no conhecimento dos jardins, no entanto, não substituem a sua visita. Principalmente tendo em conta que a visita de jardins é uma experiência sensorial completa, em que todos os sentidos são ativados.

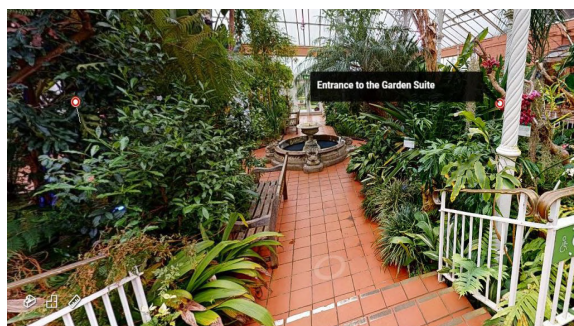


Figura 4 - Visita guiada virtual Jardim Botânico de Birmingham. Fonte: Birmingham Botanical Gardens [em linha]. Disponível em: <https://www.birminghambotanicalgardens.org.uk/venue/virtual-tour/>.



Figura 5 - Visita guiada virtual Jardim Botânico do Porto com descrição dos vários espaços e espécies. Fonte: Jardim Botânico do Porto [em linha]. Disponível em: <https://mpembed.com/show/?m=hCP9S9Z6GzP&mpu=908>.

3

**Manuais para guias
profissionais de jardins
históricos**

3.1. Cercas Conventuais

Consultar anexo II - Manual de Visita de Cercas Conventuais (Caso de Estudo: Cerca e Mosteiro de Santo António do Varatojo, Torres Vedras)

Para consultar a Ficha de Inventário da Cerca e Mosteiro de Santo António do Varatojo, visitar <https://www.jardinshistoricos.pt/ad/984>.

3.1.1. Definição

As cercas conventuais, como o próprio termo indica, são espaços totalmente fechados ou cercados, associados a um mosteiro, que é definido como um “conjunto de instalações onde vive uma comunidade de monges ou monjas”; ou convento do latim *conventus* que “designa uma comunidade reunida (...). Com a criação das Ordens Mendicantes, o termo é aplicado também para designar uma Casa Religiosa, distinta de um Mosteiro, pela ausência de um voto de estabilidade” (Franco, Mourão e Alves, 2010, pp. 676–681).

Estes espaços têm uma componente social distinta, que se expressa no território de forma igualmente distinta. Isto é, são espaços de vida comunitária, por parte de religiosos que se estabelecem em determinado local no território. Esta vida comunitária de caráter religioso, é moldada segundo várias doutrinas ou regras, que se manifestavam segundo várias ordens religiosas. Estas comunidades eram assim designadas como clero regular, em contraponto ao clero secular, que estava incluído na população e exercia atividade na mesma, através de uma diocese.

A cerca conventual surge assim como manifestação territorial da espiritualidade e devoção, em que cada Ordem Religiosa, consoante a sua regra, se implementava em determinado local de forma diferenciada. Como referido por Saúl António Gomes, estas regras e documentos que regiam a vida religiosa ocupavam-se de decifrar a “relação perfeita e áurea entre todas as coisas construídas pelo Homem espelho da criação divina” (Gomes, 2008). O Homem toma assim a posição de intermediário ou mediador da harmonia com a natureza, em que a natureza é tida como a obra divina de Deus (Fontes, 2020).

Segundo a Ordem de São Bento, a vida religiosa está organizada segundo quatro tipos distintos de monges: cenobitas, ermitas ou anacoretas, serabaitas e giróvagos. Para o presente tema, é relevante tratar dos monges cenobitas, que são aqueles que habitam em comunidades segundo regras estabelecidas no interior de mosteiros e conventos (Fontes, 2020). São estes que estão organizados segundo as várias ordens religiosas e se refugiam do mundo através de votos religiosos, que surgiram como “forma de substituir o ideal de martírio num quadro de ausência de perseguição política aos seguidores de Cristo”, após a sua aceitação como religião do Império Romano.

As ordens religiosas e militares encontram-se categorizadas segundo quatro grandes vertentes: monástica, mendicante, regrante e dos cónegos seculares (Franco, 2007, p. 3).

As Ordens religiosas monásticas são constituídas por monges que vivem em mosteiros em total isolamento do mundo exterior à comunidade religiosa.

As Ordens religiosas mendicantes são constituídas por frades que vivem em comunidades religiosas isoladas no interior de conventos, tal como os monges, dos quais diferem devido à ausência do voto de estabilidade (Franco, Mourão e Alves, 2010). Estes têm como juramento o total despojo total de bens, sendo a fonte da sua subsistência o pedidório público e o seu trabalho manual, motivo este que leva à designação das ordens como "mendicantes". Precisando estes da comunidade, tanto para ações de pregação, caridade e apostolado, não procuram o isolamento do mundo tal como o que acontecia com as ordens religiosas monásticas, mas sim a sua aproximação de aglomerados populacionais (Franco, 2007).

As Ordens religiosas de cónegos regrantes, são comunidades religiosas compostas por cónegos, que são responsáveis pela direção de uma catedral, basílica ou igreja. Estas comunidades são mais ou menos abertas consoante o próprio vínculo de cada membro, em que existem clericais que estão inseridos nas populações como professores-sacerdotes, na missão do apostolado, nas como existem membros que vivem em total reclusão no interior do mosteiro (Asseiceiro, 1994; Gomes, 2008).

As Ordens religiosas dos Cónegos Seculares são constituídas por comunidades clericais pertencentes a uma sé ou cabido. Estes religiosos estão totalmente integrados na sociedade e não têm como obrigação a vida em comunidade, podendo assim exercer as suas funções nos Cabidos Catedralícios e possuir bens pessoais (Franco, Mourão e Alves, 2010).

As ordens religiosas em Portugal sofreram alterações e foram evoluindo ao longo dos séculos, devido a eventos sociopolíticos que vieram a moldar o modo como estas se foram introduzindo no território e como foram sendo aceites pela população. A primeira grande fase de instituição destas ordens corresponde aos séculos XI e XII, com a introdução no território das "instituições religiosas monásticas tradicionais, como a Ordem de São Bento" e as Ordens Religiosas Militares dos Templários e Hospital (Pereira, 1995). As ordens religiosas monásticas habitaram o território antes da própria delimitação do reino português, e desempenharam um papel importante na conquista territorial. Estas ordens, de cariz religioso e por vezes militar, eram regidas por regras monásticas que definiam a forma como estas comunidades se desenvolviam, comportavam e expressavam no espaço (Reis, 2015). Por volta do século XIII, começam-se a instituir no território nacional as Ordens Mendicantes, como a Ordem dos Frades Menores (Franciscanos), a Ordem de São Domingos (Dominicanos), a Ordem do Carmo (Carmelitas) e a Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho (Agostinhos) (Franco, 2007).

A forma como as ordens religiosas, monásticas e mendicantes, se distribuíram pelo território na-

cional fez-se de forma distinta, causa diretamente relacionada com os seus modos de vida e relação destas comunidades com o exterior.

Como referido, as ordens religiosas monásticas detiveram um papel fundamental na conquista de terras aos mouros, em que os mosteiros, conventos e respetivas cercas eram construídas em vilas e aldeias com localização estratégica, como é o caso dos Mosteiros de Tibães ou Alcobaça, procedendo à "consolidação da presença cristã no futuro reino de Portugal" Esta estratégia territorial deixou marcas permanentes no nosso território, com a fixação da população junto destes mosteiros, que se vieram a desenvolver em algumas das maiores cidades portuguesas (Morgado, 2012, p. 5).

Apesar deste papel estratégico que as ordens religiosas acabaram por ter aquando da conquista de terras aos mouros, a sua prioridade permanecia a procura da fuga mundi, em que se refugiavam no interior dos mosteiros e suas cercas, de modo a se protegerem do mundo profano e a manterem a sua ligação a Deus o mais pura possível. Esta ligação, através do espaço sagrado, permitia aos monges direcionar os seus esforços ao nível espiritual para a salvação do mundo corrompido (Morgado, 2012).

O local de implantação era escolhido com base na missão e regra de cada ordem religiosa, que podia ser afetada pela espiritualidade do lugar, ou *Genius loci*, que era muitas vezes descrita nessa mesma regra enquanto a busca pelo lugar sagrado, que possuísse todas as características para ser a casa da ordem. Assim, não só o local que era escolhido para implementar a cerca conventual era afetado por essa mesma regra, como também a forma como era construída, organizada e habitada (Morgado, 2012)

No caso das ordens monásticas, como a de São Bento ou a Ordem de Cister, em que era necessário o afastamento do mundo para o poder salvar, os mosteiros e cercas localizavam-se em locais desertos, longe da população, onde era procurado o total recolhimento. Assim, estes localizavam-se preferencialmente em zonas de vale, que "permitiam o acesso à água, bem precioso para a subsistência, assim como o isolamento do bulício da vida urbana. Mas também era nos vales que se encontravam as matérias-primas necessárias à construção e terras para cultivo" (Martins, 2020, p. 89).

As ordens religiosas mendicantes mantiveram inicialmente uma base de vida eremítica, que fazia com que estes pregassem junto de determinadas comunidades (sendo Alenquer o primeiro local de implementação, tanto dos franciscanos como dos dominicanos) e habitassem em locais mais ermos, junto a ermidas já existentes. No entanto, a escolha de implantação em locais mais afastados das comunidades, dificultava a função de pregação (Marado, 2018). Com base nesse fator, estas ordens religiosas passaram a localizar-se na periferia de aglomerados populacionais com a adoção do "modelo monástico", em que a escolha de implantação das casas era criteriosa e metodológica, visto serem locais estratégicos onde tinham simultaneamente proximidade suficiente com estas comunidades, e principalmente com "populações recém-chegadas às urbes que não tinham ainda assistência espiritual", como também

recursos necessários à habitação no interior da cerca (Marado, 2018, p. 24).

Apesar das diferenças relativamente à escolha do local de implantação dos seus mosteiros ou conventos e respetivas cercas entre as ordens religiosas monásticas e as mendicantes, surgem elementos semelhantes: a busca pelo espaço sagrado enquanto local ermo e de contemplação, no qual a cerca conventual era encarada como o deserto. O era considerado um local sem pessoas e não um deserto, como o associamos atualmente, a uma paisagem árida, sem água e sem vegetação. Nesta nota, eram escolhidos locais afastados dos núcleos urbanos, mas com recursos abundantes (Cunha, 2017).

Dentro destes recursos é importante referir o papel fundamental da água na escolha do local de implantação do mosteiro, sendo que este era sempre construído em áreas onde os bens naturais e materiais eram abundantes, permitindo que todo o complexo conventual tivesse os elementos necessários à vida do monge no interior dos muros da cerca. Tal como o referido, segundo a Regra de S. Bento, “se possível for, deve o mosteiro ser construído de forma a ter de portas a dentro tudo o necessário, a saber: água, moinho, horta, oficinas onde se exerçam os diversos ofícios, para que os monges não tenham necessidade de andar lá por fora, o que não é nada conveniente para as suas almas” (Martins, 2020, p. 90). Entende-se assim que o espaço da cerca não é apenas um local sagrado, onde a presença de Deus se faz sentir desde o momento de escolha do local de implantação na cerca, como também é um local prático e funcional à vida do monge no seu interior (Martins, 2020).

Tal como as diferentes motivações das ordens religiosas afetam a forma como estas se implementam no território, estas vão igualmente afetar a vida claustral, de reclusão e oração, e, consequentemente, a forma como o espaço da cerca era “desenhado” e construído. Assim denota-se a influencia da componente social no espaço, como é organizado e utilizado. Estas diferenças no interior das cercas conventuais, principalmente entre as ordens religiosas monásticas e mendicantes, dão-se sobretudo a nível das características arquitetónicas e decorativas do espaço, e não na organização nos vários espaços estruturantes que serão discutidos no capítulo seguinte.

Com a importância das ordens religiosas monásticas a nível político, e com a gradual expansão do território conquistado, foram-lhes sendo doadas terras, bens e privilégios. Estes privilégios eram acompanhados muitas vezes pela proteção dada pelos próprios monarcas ou por nobres, que forneciam doações avultadas. A contínua ligação de elementos da coroa às várias ordens monásticas (principalmente às ordens militares, como a Ordem do Templo), provocou uma “aristocratização” das mesmas, ou seja, eram os monarcas e membros da nobreza que detinham influência sobre as ordens (principalmente a nível social). Como consequência desta aristocratização, houve um sucessivo decaimento das obrigações religiosas destas comunidades, que acumulavam funções, passavam comendas de geração em geração (o património da ordem era apropriado pelos freires mais influentes dentro da ordem), enriqueciam devi-

do às rendas obtidas dessas comendas, e viram o voto de castidade a ser eliminado. Assim sendo, estes freires levavam uma vida quase tão profana como qualquer outro cidadão da época. Neste sentido, houve também um enriquecimento dos próprios conventos e lugares associados, o que significa que, apesar dos seus votos de pobreza absolutos, as ordens religiosas monásticas tinham posses que eram utilizadas na construção e ornamentação do próprio espaço (Asseiceiro, 1994).

Por outro lado, a atitude assumida pelas ordens mendicantes, relativamente ao despojamento de bens e austeridade da vida, vem desde cedo incluída nas suas Regras, por exemplo, na Regra da Ordem de São Domingos ou da Ordem de São Francisco. Nestas estavam descritas normas que estipulavam que os seus mosteiros e cercas deveriam espelhar o seu modo de vida simples, que não seriam utilizados materiais dispendiosos, nem seriam feitas ornamentações de forma exagerada, tanto no interior dos edifícios, como capelas e altares, como no exterior, por exemplo, em portais ou fontes (Marado, 2018).

As cercas conventuais mendicantes assumiram “uma originalidade invulgar na sua opção por soluções específicas, desvinculadas de modelos encontrados noutros territórios”, o que se traduziu numa arquitetura regionalizada, que tendia a utilizar os recursos que poderiam ser encontrados no ambiente em que estas ordens religiosas estavam inseridas (Villamariz, 2018). Outra característica das cercas conventuais mendicantes é o facto de ser a igreja o elemento que estrutura a disposição de todos os outros elementos, como o complexo conventual ou a área de cultivo. A cabeceira da igreja era orientada a nascente, o que definia a posição do templo (que permanecia a única zona acessível por parte da população). A partir desse elemento, e considerando o “conjunto de condicionantes variáveis, como a localização das construções pré-existentes (ermidas ou albergarias), a configuração do terreno disponível, e as características topográficas”, era organizado tanto o espaço exterior á cerca, composto pelo campo do mosteiro ou “espaço de pregação”, como a restante extensão da cerca (Marado, 2018, p. 150).

Apesar de serem ordens mendicantes que subsistiam com base em esmolas e trabalho, com votos de pobreza, existiam também grandes doações por parte de pessoas da nobreza e até dos próprios reis, o que acabava por se espelhar nas suas casas. Estas doações, tanto de bens como de terrenos, levou à “monumentalização” das suas cercas, tanto a nível da expansão dos seus limites como a nível do engrandecimento das suas igrejas, por exemplo. Assim, mesmo em algumas cercas conventuais de Ordens Mendicantes, o despojo total de bens e a total falta de conforto foram sendo suavizadas, existindo vários testemunhos de construções de maiores dimensões e com maior pormenor ou sensibilidade artística (Araújo, 1962; Marado, 2018).

Assim, as diferenças entre as várias ordens religiosas, vão-se denotar no espaço da cerca, não a nível dos elementos estruturantes, que são semelhantes na generalidade das cercas conventuais, mas sim nos seus elementos singulares, quer sejam estes a nível arquitetónico (nos próprios edifícios dos

mosteiros, no adorno das suas igrejas ou capelas) como a nível de elementos construídos ao longo da cerca (como fontes, cascatas, escadarias, vias-sacras, etc.).

3.1.2. Componente espacial (elementos estruturantes)

3.1.2.1. Campo do mosteiro

O campo do mosteiro é o espaço exterior à cerca conventual, na qual os fiéis se juntavam para prosseguirem para o único espaço no interior da cerca que era possível de ser acedido: a igreja. Assim, no campo do mosteiro a população juntava-se para as celebrações e festividades religiosas associadas a determinado convento ou mosteiro. Estes espaços geralmente amplos possuem qualidades que permitem o bem-estar dos visitantes, como é exemplo a existência de bancos ou fontes (figura 6) para utilização pública. Podem também ser dotados de alamedas, como é o caso do campo do Mosteiro de Santo António do Varatojo, que possui alinhamentos de plátanos, que “dirigem” a população ao local de culto (figura 7) (Araújo, 1962).



Figura 6 - Fonte pública no Campo do Mosteiro de Santo António do Varatojo, Torres Vedras. Fonte: Adaptado de Google Maps.



Figura 7 - Campo do Mosteiro de Santo António do Varatojo, Torres Vedras. Fonte: Adaptado de Google Maps.

3.1.2.2. Cerca

Depois de encontrado o lugar ideal à construção do mosteiro, a sua delimitação com a construção do muro, que tinha a função de proteger a comunidade religiosa desde o início da sua construção de animais selvagens e também impedir a profanação de tal lugar sagrado pela comunidade exterior. Este muro, construído a partir de materiais inertes, como a pedra ou adobe, era o elemento mais simples de toda a cerca sem elementos ornamentais, com uma altura sempre considerável, e era realizado de tal forma a ser construído mais rapidamente (figuras 8 e 9).

Assim, é criado um limite físico e social entre o mundo interior, de contemplação e oração, e o mundo exterior da população comum. É no interior das cercas que se encontram todos os elementos ne-

cessários à habitação da comunidade religiosa, desde elementos de caráter religioso, como a igreja, de caráter produtivo, como os pomares e hortas e de caráter recreativo, como os claustros.



Figura 8 - Portas de Sula, Cerca do Convento de Santa Cruz do Bussaco, Mealhada. Fonte: Adaptado de Google Maps.



Figura 9 - Cerca do Mosteiro de Santo António do Varatojo, Torres Vedras. Fonte: Adaptado de Google Maps.

3.1.2.2. Edifícios monásticos

O convento ou mosteiro, em conjugação com o muro envolvente, constituía a prioridade da comunidade religiosa aquando da implementação da casa da ordem. Este era construído consoante a regra da ordem, com mais ou menos ornamentos, mais ou menos grandiosidade, mas tendo sempre como motivo primário da sua construção a vida espiritual e como esta se espelha na vida terrena em comunidade (Morgado, 2012).



Figura 10 - Galeria dos Abades Gerais do Mosteiro de Tibães, Braga. Fonte: Mosteiro de Tibães [em linha]. Disponível em: <https://www.mosteirodetibaes.gov.pt/conjunto-monastico/o-mosteiro-e-os-seus-espacos/#galeria-abades-gerais>.



Figura 11 - Salas em redor do claustro do Mosteiro de Santo António do Varatojo, Torres Vedras. Fonte: Hugo Ascensão [em linha]. Disponível em: <https://olhares.com/convento-em-varatojo-1-foto2673484.html>

Os mosteiros, geralmente divididos segundo dois pisos, possuíam as salas destinadas à vida em comunidade no piso térreo, enquanto os dormitórios em celas destinadas a cada elemento da ordem se localizavam no piso superior (figura 10). Dos vários espaços que constituem o mosteiro, a comunidade religiosa dava prioridade aos espaços sagrados, e, portanto, a igreja era a primeira a ser estruturada e com maior destaque a nível artístico, seguida da construção da sacristia e posteriormente o claustro. No mosteiro existiam salas destinadas à vida religiosa geralmente em redor do claustro, como a Sala do Capítulo, onde era lida a regra da ordem; o parlatório, onde eram comunicadas as ordens do abade; por vezes um *scriptorium*, espaço dedicado à produção de manuscritos. Igualmente importantes para a vida em comunidade no interior do mosteiro existiam também salas dedicadas a serviços, como é o caso do refeitório, a cozinha ou o *calefactorium*, onde se aqueciam as águas (figura 11) (Franco, Mourão e Alves, 2010; Marado, 2010; Morgado, 2012).

Esta estrutura de mosteiro, com a existência das várias sa-

las diferenciadas entre a vida religiosa em comunidade e as salas destinadas a serviços, é universal a todas as ordens religiosas. O que as distingue é, de uma forma geral, a monumentalidade destas construções e a forma como os elementos ornamentais são tidos para determinada comunidade. Por exemplo, contrastando duas ordens distintas, a Ordem de Cluny e a Ordem de São Bento, que se regem pela mesma regra, denotam-se várias diferenças nos seus mosteiros e cercas. A Ordem de Cluny “conserva e desenvolve a tendência para a grandeza e sumptuosidade nos edifícios”, aumenta o trabalho litúrgico e reduz o trabalho manual nas suas cercas, nas quais quem trabalha as terras são os leigos e demonstra uma expressão estética e artística faustuosa nas suas abadias, como demonstração de poder (Mattoso, 1968, p. 88). Por sua vez, Ordem de São Bento possuía uma leitura diferente regra de São Bento, o que faz com que possuíssem uma arquitetura e arte simples, em que a “humildade, seriedade e sobriedade” das peças e dos mosteiros era essencial na ligação a Deus (Tomé, 2016, p. 13).

Perante isto, é notável que, mesmo entre Ordens que se regem pela mesma regra, existem diferenças na sua leitura e na forma como os religiosos encaram a fé e a busca pela ascensão espiritual. Desde mosteiros faustuosos da Ordem de Cluny, com utilização de elementos arquitetónicos decorativos e materiais dispendiosos, como mármore ou talhas douradas nos altares, a mosteiros de arquitetura simples com pouco recurso a elementos decorativos complexos como a Ordem de São Bento ou a Ordem dos Frades Menores, é necessário ter sempre em consideração a que ordem pertence a cerca conventual, e entender os seus preceitos de modo a proceder a uma correta análise, não só do mosteiro, como de toda a cerca conventual.

3.1.2.3. Claustro

O claustro pode ser considerado o núcleo do complexo habitacional, no qual este se situa geralmente no centro do convento ou mosteiro e desempenha múltiplas funções essenciais à vida conventual, desde o acesso a qualquer parte do mosteiro à oração e meditação (Portela, 2017).

Como referido por Paulo Pereira, os claustros são “locais de repouso e distração dos monges, de ensinamento e deambulação, mas também de circulação, reunindo à sua volta as principais partes do conjunto monástico: começado pela Casa do Capítulo, simbolicamente encostada à cabeceira do templo (...) e permitindo o acesso ao refeitório, aos dormitórios, à ala dos noviços e às dependências mais utilitárias, constituindo afinal – para além do resumo do mundo natural – também a charneira em torno da qual se organiza o mundo de clausura monástica” (Pereira, 1995, p.220). Sendo um “resumo do mundo natural” é também uma ligação a este, no sentido de ser também através do claustro que é feito o acesso à restante extensão da cerca conventual, onde se reúnem todos os elementos de contempla-

ção, serviço e produção.

Além deste caráter funcional, tem também, e acima de tudo, um caráter simbólico muito presente no quotidiano das ordens religiosas, que parte da ideia do Jardim do Éden. Na Bíblia Sagrada existe a seguinte descrição do Jardim do Éden: "O Senhor Deus preparou um jardim em Éden, lá para o oriente, e colocou nele o homem que tinha modelado. Da terra, fez nascer toda a espécie de árvores que eram agradáveis à vista e davam bons frutos para comer. No meio do jardim, estava a árvore do conhecimento do bem e do mal. Em Éden, nasce um rio que rega o jardim e depois se divide em quatro rios diferentes" (Gn 1, 8-17). Assim, como referido por José Manuel Escobar Isla, nesta primeira descrição do Jardim do Éden, vamos encontrar quatro "elementos comuns a todos os jardins cerrados": a sua clausura, as plantas, os animais e a água (ISLA, 1993, p.5).



Figura 12 - Claustro do Convento de Cristo de Tomar., Tomar Fonte: Património da Humanidade Centro de Portugal [em linha]. Disponível em: <https://www.patrimoniomundialdocentro.pt/pt/patrimonio/convento-de-cristo-de-tomar/>

Apesar desta descrição, os claustros nem sempre possuíam vegetação na sua composição, sendo no entanto, quase sempre lajeados com presença de um "poço ou cisterna para recolher as águas da chuva" (figura 12) (Araújo, 1962, p. 55). A introdução de vegetação nos claustros surge no renascimento com a generalização da utilização de "plantas floríferas e ornamentais", passando então a possuir os quatro elementos referidos anteriormente (Araújo, 1962, p. 65). Aqui, e tal como no restante espaço produtivo, passaram a ser implementadas espécies com valor simbólico e religioso, entre as quais espécies floríferas que simbolizam o ciclo da vida e da fé e que estão associadas a determinados significados que são influenciados pela sua cor, forma e aroma. "Flores brancas são o símbolo da pureza e de castidade; flores azuis ou purpúreas são sinal de fidelidade, de verdade e de constância, flores vermelhas estão associadas à cor do sangue, da força vital, da paixão, nas também do sofrimento, e as flores amarelas estão associadas ao sol e à sua energia". Exemplo disto são a rosa (*Rosa sp.*), associada à pureza quando de cor branca e associada ao martírio quando vermelha; a açucena (*Lilium candidum L.*), uma das espécies mais representadas na iconografia cristã como símbolo da Virgem; ou o lírio do campo (*Anemone coronaria L.*) (Azambuja, 2021, p. 94).

Tendo em conta esta dualidade do claustro, enquanto um lugar passagem e, simultaneamente, de meditação, encontramos neste um "lugar de oração, de meditação, de leitura, de procissões, de entoação de cânticos de louvor e de cerimónias fúnebres" (Portela, 2017, p. 184). No espaço físico, reflete-se numa disposição de galerias de circulação, geralmente dotados de pilares e arcadas, em redor do claustro, que por sua vez, é de forma quadrada ou retangular (figura 13). Numa estrutura geralmente quadri-



Figura 13 - Claustro do Mosteiro de Santo António do Varatojo, Torres Vedras. Fonte: Portuguese Experience [em linha]. Disponível em: <https://portugueseexperience.pt/locais/convento-do-varatojo-ou-mosteiro-de-santo-antonio/>.

partida, em que no seu centro se encontra uma fonte ou poço enquanto representação da fonte da vida e purificação, em torno da qual se desenvolve a vida do monge ou frade, em modo de meditação (Azambuja, 2009). Ou seja, "dum modo geral esses claustros eram térreos ou lajeados e apenas os decorava um chafariz central e alguns vasos com plantas ornamentais distribuídos sobre as cantarias dos lajedos" (Araújo, 1962, p. 67). Aqui, a fonte ou poço ao centro proporciona também a "criação e encenação do efeito da água e do silêncio obrigatório nos claustros, que assinala o limite do imaginário contemplativo entre o Homem e Deus (Portela, 2017, p. 186).

3.1.2.4. Área de cultivo

Sendo as cercas conventuais autossuficientes, possuíam "hortos onde os monges cultivavam plantas para alimento, para ornamento dos altares, vinha para os rituais religiosos e também toda uma série de plantas medicinais e aromáticas de que haviam de extrair os símplices para a botica do convento" (Cunha, 2017). Esta premissa era levada a cabo pelas várias ordens, em especial a Ordem de Cister, cujo princípio, "*Ora et labora*", demonstra a importância do trabalho físico como modo de ascensão espiritual. Nas suas cercas as terras eram lavradas de modo a assegurar a subsistência da comunidade religiosa e ainda a obtenção de fundos para o mosteiro, através da venda do excedente. (Morgado, 2012)

A localização da horta e de todos os seus componentes era regida em função do aproveitamento dos recursos existentes, tanto naturais, como a água e o aproveitamento dos solos mais férteis como também recursos humanos, em que o cultivo da horta era colocado nas proximidades do convento ou mosteiro. Apesar destes vários fatores limitantes à localização das áreas de cultivo e respetivas culturas, a água torna-se no fator mais importante, pois sem água não existe a possibilidade de cultivo. Era neste sentido, que surgiam complexos sistemas hidráulicos, compostos por taques e fontes para o armazenamento de água, interligados através de caleiras, que permitiam a rega das várias culturas (Cunha, 2017).

Mais uma vez, os cistercienses possuem um lugar de destaque no trabalho da água, em que os mosteiros eram construídos em áreas que possuíam naturalmente um curso de água, que era canalizada e distribuída para os locais onde esta era necessária. Assim, o mosteiro localiza-se no centro da rede hidráulica, como um ponto de convergência, no qual a água era utilizada para banhos e na cozinha, e, a partir deste era canalizada através da força de gravidade (figura 14). Para além do valor utilitário da água,



Figura 14 - Escadório do Mosteiro de Tibães, Braga. Fonte: Mosteiro de Tibães [em linha]. Disponível em: <https://www.mosteirodetibaes.gov.pt/conjunto-monastico/a-cerca/construcoes/>

esta era o "símbolo primeiro da condição de ser cristão. A presença da água indicava assim a forma viva e fluente de Deus no meio dos homens." (Morgado, 2012, p. 45).

A exploração agrícola, enquanto meio de subsistência primário das comunidades religiosas no interior da cerca conventual, estão organizadas segundo as suas várias culturas e necessidades edafoclimáticas, podendo-se diferenciar em: horta, herbário, pomar e zonas de cultivo estivais. Na horta cultivam-se os alimentos para a comunidade religiosa, como cebolas (*Allium cepa* L.) ou feijão (*Pbaseolus vulgaris* L.) e as plantas ornamentais floríferas utilizadas na decoração dos altares. Numa área geralmente próxima da horta localiza-se a área do horto medicinal, onde se cultivam as plantas aromáticas e medicinais, a partir das quais "haveriam de extrair os símplices para a botica do convento" (Araújo, 1962, p. 44). São exemplo disso: tabaco (*Nicotina tabacum* L.), maravilhas (*Calendula officinallis* L.), o castanheiro (*Castanea sativa* L.), dormideira (*Papaver somniferum* L.), Sálvia (*Salvia officinallis* L.) ou a erva-andorinha (*Chelidonium majus* L.), que além da sua utilização na cura da cegueira e de verrugas, simboliza "Cristo Iluminador das Almas". Também aqui eram plantadas espécies tintureiras, como o açafão-bastardo (*Carthamus tinctoris* L.), de onde se extraía pigmento de cor amarela; verbasco (*Verbascum* ssp.), dragoeiro (*Dracaena draco* L.) que possui seiva de cor vermelha vulgarmente chamada sangue-de-dragão; ou fidalguinhos (*Cyanus segetum* Hill), de onde se extraía pigmento de cor azul (Xavier, 2004; Azambuja, 2009, p. 52, 2021, p. 124).



Figura 15 - Área de horta do Mosteiro de Santo António do Varatojo. Fonte: Estúdios Mário Novais [em linha]. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/biblar-te/2677697682>

Estas duas áreas, de horta e horto medicinal, eram geralmente as que se situavam mais perto do mosteiro, seguindo-se as áreas de pomar e as áreas de cultivo estival (como cereais) e vinhas. (figura 15) A estas áreas de produção, onde eram cultivadas espécies com interesse alimentar, estavam também plantadas espécies que possuem simultaneamente significado religioso, como é o exemplo da oliveira (*Olea europaea* L.), uma das espécies mais relevantes da iconografia cristã, símbolo universal da paz, imortalizado no livro do Génesis e também pela mitologia grega, é também símbolo da Virgem Maria; a videira (*Vitis vinífera* L.) representa a Eucaristia e Ressurreição de Cristo, paz, alegria e abundância; a figueira (*Ficus carica* L.) e o seu fruto representam a luxúria mas também fertilidade (Azambuja, 2021, pp. 92–94).

3.1.2.5. Mata

As áreas de mata no interior das cercas conventuais representam a ação de Deus na terra junto dos homens. Como referido por Ilídio de Araújo, o "*paradeisos*" retratado no Cântico dos Cânticos referia-se a um "bosque ou pastagem arborizada cercada por muros", o que revela a importância do significado que estes espaços continuavam a ter para a comunidade de religiosos que habitava o mosteiro (Araújo, 1962, p. 62). Uma parte das matas eram, geralmente, protegidas e mantidas como tinham sido encontradas pelos monges ou frades que aí implementaram a sua cerca, ou seja, no seu estado mais "natural". Era no espaço da mata onde eram feitas as menores alterações a nível do seu desenho ou organização, pelo que eram apenas plantadas determinadas espécies arbóreas, tanto ornamentais e simbólicas (cedros, acácias, murtas, oliveiras, loureiros, ulmeiros ou buxos) como de produção (sendo exemplo disto os castanheiros, sobreiros ou carvalhos), e eram abertos caminhos no seu interior, para permitir o passeio dos membros da comunidade, enquanto uma área de contemplação (Xavier, 2004; Azambuja, 2021; Cunha, 2017).



Figura 16 - Capela da Nossa Senhora do Sobreiro, Mosteiro de Santo António do Varatojo, Torres Vedras. Fonte: Associação para a Defesa e Divulgação do Património Cultural de Torres Vedras. [em linha]. Disponível em: <https://patrimoniotorresvedras.blogspot.com/>

No seio das matas existem também várias capelas e/ou ermidas de pequenas dimensões, que podem ter várias funções: Capelas devocionais pré-existentes no espaço da cerca ou que foram construídas pela comunidade religiosa em devoção a qualquer santidade (figura 16); capelas que no seu conjunto formam vias sacras, em que em cada uma das capelas é retratado um dos sete Passos da Paixão de Cristo ou um episódio bíblico; ou podem ser também ermidas capazes de albergar um monge ou frade que se quisesse isolar por um período de tempo da sua comunidade no interior da cerca (Araújo, 1962).

3.2. Santuários

Consultar anexo III - Manual de Visita de Santuários (Caso de Estudo: Santuário de Nossa Senhora da Encarnação, Leiria).

3.2.1. Definição

Os Santuários podem ser definidos de forma diferente de acordo com os mais variados autores, no entanto, as definições consultadas no âmbito da presente dissertação são muito semelhantes entre

si, o que revela uma unanimidade entre os estudiosos relativamente à definição destes lugares. Segundo o Código de Direito Canónico, "pelo nome de santuário entende-se a igreja ou outro lugar sagrado aonde os fiéis, por motivo de piedade, em grande número acorrem em peregrinação, com a aprovação do Ordinário do lugar" (Catholic Church, 1995, p. 212). No entanto, esta definição, como referido por Maria Poças Santos, revela que para se considerar determinado local um santuário, têm de ser cumpridas duas premissas: ser um local de peregrinação religiosa e ser reconhecido pelo bispo diocesano como tal. Esta última premissa pode ser discutível tendo em conta que muitos locais são considerados santuários apesar de nunca terem sido reconhecidos oficialmente como tal (Santos, 2012).

Os santuários são os espaços de recreio mais antigos da história da humanidade. Isto significa que, anteriormente à sua formalização, nestes lugares de origem pagã, eram realizados encontros sociais com o intuito de estabelecer algum tipo de relação com o transcendental.

Na definição anteriormente referida surge o elemento diferenciador destes espaços em relação a qualquer outro, ou seja, o elemento crucial e estruturante da sua génese e particularidade, que é o "peregrino", ou seja, aquele que anda "em peregrinação ou em viagem a um lugar santo ou de devoção" (Dicionário Priberam, 2008). É este que sinergeticamente, através da sua fé, legitima o lugar e lhe dá valor simbólico, ou seja, são os fiéis que têm um papel fundamental na "eleição de um lugar como santuário" mas também na sua manutenção e tradição ao longo do tempo (Santos, 2012). No entanto, que acontecimento ou acontecimentos levam à "eleição" de determinado lugar enquanto santuário?

Segundo Maria Poças Santos estes lugares podem ter duas origens distintas: santuários ônticos e santuários santificados. Os primeiros correspondem a lugares monumentais associados a qualquer evento sagrado acontecido anteriormente, ou seja, são lugares que por si só têm atribuídos valores sobrenaturais e sagrados, enquanto os segundos correspondem a lugares aos quais foram associados significados excepcionais devido a qualquer acontecimento singular, como um milagre ou uma aparição. É este contacto com o sobrenatural que quando conjugado com as motivações pessoais e/ou coletivas leva a que grupos de pessoas se desloquem a estes locais sagrados, que são limitados de alguma forma no espaço (Santos, 2012).

Estas motivações podem ser também um elemento de diferenciação entre os diferentes santuários, isto é, o que leva as pessoas a se deslocarem a determinado local. Esta diferenciação é por vezes feita de acordo com a "religiosidade" do lugar e o quanto a peregrinação depende desta ou não. Este fator vem de certa forma ao encontro da premissa anteriormente referida no Código do Direito Canónico, em que o santuário deverá de ser reconhecido oficialmente, e, portanto, possuir um programa bem estruturado e formalizado, em que todos os elementos lúdicos e/ou folclóricos são secundarizados. Por outro lado, surgem santuários populares, em que as tradições locais de carácter mais lúdico, de peregrina-

ção e de romarias quase se sobrepõem às atividades religiosas. Estas tradições e rituais, sejam formais ou populares, levam a que o próprio santuário possua mais um elemento diferenciador, o que vem reforçar o papel fundamental que o peregrino tem, enquanto indivíduo culto, na significação do lugar (Santos, 2012).

No mesmo sentido da diferenciação anteriormente referida, existe uma categoria de santuários definida por Nolan, que está relacionada com o "*Hazard Cult*" (= Culto de perigo), que reflete uma motivação específica. Esta tipologia de lugar sagrado está diretamente associada a uma "tradição de peregrinação que se refere especialmente à prevenção ou ao alívio das condições que ameaçam a vida humana, e a viabilidade individual ou de um grupo e/ou a propriedade e utilidade da base de recursos". Estes lugares tendem, por vezes, a transcender a barreira da religião, devido às dificuldades "pessoais, psicológicas e / ou patológicas" sentidas pelo indivíduo que procura estes espaços como um lugar de fé (Santos, 2012).

A tradição de peregrinação a estes lugares, por vezes, é afetada pela própria localização dos mesmos, ou seja, se estes estão incluídos ou próximos a aglomerados populacionais ou se se encontram em lugares remotos de mais difícil acesso. Este acaba por ser não só um elemento diferenciador entre os variados santuários, como também um elemento importante que afeta a longevidade dos mesmos, apesar de não determinante. Este fator, aliado a outros como a dimensão religiosa do próprio lugar (escala local, regional, nacional ou internacional, que afeta o número de peregrinos a ir a determinado lugar sagrado) pode levar a que este entre em declínio ou acabe até por ficar extinto (sem o culto dos fiéis em peregrinação ao lugar, este deixa efetivamente de ser um santuário, podendo perder apenas o seu significado religioso e não o seu significado cultural e/ou histórico) (Santos, 2012).

Os santuários, definidos enquanto espaços sagrados que contam com celebrações em comunidade por parte de peregrinos que se deslocam ao local em maior ou menor escala, são locais que possuem "funções e formas especiais", espelho da vivência e da fé por parte de determinada comunidade. Assim, nestes locais vamos encontrar elementos característicos comuns, que pela sua composição se vão diferenciar de qualquer outro espaço, mantendo, no entanto, a sua singularidade (Rosendahl, 2012).

3.2.2. Componente espacial (elementos estruturantes)

3.2.2.1. Igreja, capela ou ermida

A igreja ou capela é o elemento central de toda a composição paisagística. Pode ser considerado como o ponto central do espaço sagrado, ou o coração de todo o santuário, na qual se realizam as festividades religiosas mais formais. Por igrejas "entende-se o edifício sagrado destinado ao culto divino, ao

qual os fiéis têm o direito de acesso para exercerem, sobretudo publicamente, o culto divino" Estas são as estruturas edificadas primárias dos fiéis, especialmente associadas ao Cristianismo, dotadas de altares e por vezes, pequenas capelas (Catholic Church, 1995, p. 210).



Figura 17 - Santuário da Nossa Senhora da Encarnação, Leiria. Fonte: Pedro Cunha [em linha]. Disponível em: <https://mapio.net/pic/p-40853313/>

Como estruturas secundárias, existem as capelas e as ermidas, que possuem geralmente dimensões mais reduzidas. Estas, tal como as igrejas, são dotadas de oratórios ou altares devocionais, que podem ser mais ou menos complexas ou ornamentadas. Estas geralmente situam-se no topo de montes e/ou colinas, o que acontece por vários motivos, sendo a subida ao céu e a proximidade ao transcendental o mote de partida. No entanto, muitos destes santuários situam-se nestes locais devido à sua própria origem, em que, por vezes, ocorreu um evento de contacto com o sobrenatural, um "milagre" (figura 17) (Araújo, 1962).

Estes locais topograficamente mais elevados, eram locais por vezes escolhidos por frades eremitas para se abrigarem, isto por um motivo de segurança e proteção contra fatores externos (ao estar numa zona de cumeeira ou cumeeada é possível observar toda a área circundante, tendo uma sensação de segurança e controlo, ao contrário de estar numa zona de vale, em que se está totalmente rodeado pelas vertentes do terreno, onde podem estar escondidas potenciais ameaças ao ser). Estes eremitas geralmente transportavam consigo as suas imagens, as quais protegiam e às quais eram devotos. No entanto, em caso de perigo e de fuga, deixavam estas imagens por vezes escondidas no local onde se encontravam, na esperança de voltarem e recuperarem o que deixaram para trás, escondidas em buracos de troncos de árvores ou enterradas, por exemplo (Araújo, 1962).

Por vezes, tal não acontecia e quem acabava por encontrar essas imagens eram pessoas ordinárias que se encontravam na sua vida quotidiana. Este evento de descoberta das imagens, dizia-se por vezes milagroso, quando determinado santo ou santa aparecia ao fiel. Com base nestas descobertas eram construídas pequenas ermidas de modo a proteger a imagem, e às quais as pessoas se deslocavam em comunidade a celebrar determinado evento, ou seja, em peregrinação ou procissão, e onde deixavam as suas doações e preces.

É importante referir que geralmente estes espaços, devido ao aumento de peregrinos ao local e consequentes doações, tenham sofrido grandes alterações ao longo do tempo, em que no lugar de uma pequena ermida se construa uma igreja e todo um complexo a esta associado, fazendo com que se tornem estruturas cada vez mais organizadas, complexas e ricas. Esta é uma situação bastante comum, que reflete a crescente afluência de peregrinos a determinados santuários.

3.2.2.2. Arraial

Como o próprio nome indica, o arraial constitui o lugar onde se realizam as feiras e as romarias associadas à festividade religiosa de determinado santuário. Estas geralmente são dotadas de um caráter mais informal, no qual são feitas celebrações em comunidade com música, comida e jogos.



Figura 18 - Arraial do Santuário da Nossa Senhora da Encarnação, Leiria. Fonte: Adaptado de Google Maps.

O arraial localiza-se geralmente em redor da igreja, capela ou ermida ou juntos a estas, e são geralmente espaços amplos, mais ou menos dotados de ornamentação (figura 18). Aqui podem-se encontrar fontes, que servem também como apoio ao peregrino e, em caso disso, aos animais de transporte; e espécies ornamentais, tanto arbustivas como também arbóreas, muitas vezes em forma de alamedas.

Tal como em qualquer outro espaço exterior organizado, os eixos que ligavam os vários pontos do espaço eram tidos em conta, e os santuários não são exceção. Nesse sentido, denota-se muitas vezes que estes eixos, sejam quantos forem, são geralmente feitos de forma a terminarem no ponto central do santuário, ou seja, na igreja. Esses eixos podiam ser marcados de variadas formas, sendo as alamedas um recurso bastante utilizado.

3.2.2.3. Quartel dos peregrinos



Figura 19 - Quartel dos peregrinos do Santuário de Nossa Senhora de Aires, Viana do Alentejo. Fonte: Associação Portuguesa dos Jardins Históricos [em linha]. Disponível em: <https://jardinhistoricos.pt/ad/540>

O quartel dos peregrinos é o elemento que permite albergar os peregrinos que pernoitam no local do santuário aquando das festividades associadas ao local, sejam estas festas religiosas, festas populares, feiras ou romarias. Este elemento é o mais resguardado de todo o complexo incluído no território do santuário, em que geralmente é dotado de cerca própria, ou seja, este é um local que possui uma área murada, de forma a dar mais proteção e comodidade aos seus ocupantes (figura 19). Os animais ficavam localizados fora dos muros, na zona do arraial.

Este é um elemento que pode não ser encontrado em todos os santuários, uma vez que estes estão geralmente associados a lugares com alguma dimensão social.

Isto acontece porque estes só eram de facto necessários quando existe uma maior afluência de peregrinos ao local ou quando a dimensão das celebrações e/ou romarias pode ser consideravelmente maior.

3.2.3. Elementos complementares

3.2.3.1. Escadórios

A vasta dispersão de santuários ao longo de todo o território português leva a que surjam as mais variadas condições de implementação dos mesmos, por variadas razões, tanto sociais como naturais, em particular a topografia do próprio terreno onde determinado santuário se situa.

Dado que os santuários não foram dispersos no território de forma aleatória, uma situação bastante recorrente é estes estarem localizados no cimo de montes ou colinas. Este aspeto pode estar relacionado com vários fatores, como a origem do próprio santuário, mas também pela sua simbologia.

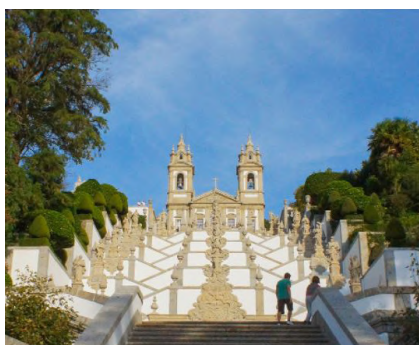


Figura 20 - Escadório dos Cinco Sentidos, Santuário Bom Jesus do Monte, Braga. Fonte: Confraria do Bom Jesus. [em linha]. Disponível em: <https://bomjesus.pt/bom-jesus/cinco-sentidos/>.

Estando o lugar sagrado situado num local mais alto, é revelada a intenção de o fiel estar mais próximo do céu, do transcendente. Além disso, toda a ascensão é como uma metáfora para a subida do peregrino, que passa por todo um caminho de penitência, até chegar ao lugar sagrado, o centro do santuário (figura 20).

Este caminho de penitência em contínua subida é, simultaneamente, uma forma de combater os grandes desníveis que por vezes se sentem na extensão do santuário, principalmente no norte do país, onde naturalmente o terreno é mais acidentado do que, por exemplo, no Alentejo. É muitas vezes nestas situações que são encontrados escadórios, mais ou menos ornamentados, e muitas vezes acompanhados de capelas devocionais ao longo do mesmo até à igreja central, que geralmente é o ponto final desse mesmo caminho.

3.2.3.2. Via Sacra

Por vezes os escadórios ou os caminhos que levam o peregrino ao santuário são dotados de um elemento extraordinário que é a via-sacra. A *via crucis*, ou os Passos da Paixão de Cristo, tem a sua origem na Terra Santa, onde se realiza o percurso feito por Cristo até ao Calvário. Dado a impossibilidade de os fiéis fazerem esse mesmo percurso in situ, foram criadas de forma análoga por todo o mundo, os

passos desse mesmo percurso através de capelas ou pela presença de uma cruz.

Ao longo desse percurso são encontradas as várias estações, em que cada uma representa “os principais acontecimentos bíblicos que antecederam a Morte de Cristo, segundo uma ordem cronológica” (Rocha, 1992, p.66). Este acontecimento, tomou grandes proporções no Período Renascentista, em que eram feitas recriações cénicas dos Passos da Paixão de Cristo. No entanto, isto trouxe várias incongruências entre as várias celebrações realizadas, o que fez com que a própria igreja abandonasse essa prática e a substituísse pela construção de capelas ou colocação de cruzes nos locais onde eram feitas



Figura 21 - Capela pertencente à Via Sacra do Santuário de Nossa Senhora da Abadia, Amares. Fonte: Associação Portuguesa dos Jardins Históricos [em linha]. Disponível em: <https://jardinhistoricos.pt/ad/450>

essas encenações. No seguimento do abandono das recriações cénicas da via-sacra, existiram vários locais onde esta tradição acabou por não se manter, deixando para trás esse legado e ficando apenas o seu topónimo, que nos indica que naquele local eram feitas tais celebrações (Exemplo: Rua do Calvário) (Araújo, 1962).

Pelo contrário, surgiram também várias vias-sacras que “adquiriram particular magnificência, com o Passos da Paixão de Cristo representados por grupos escultóricos dentro de pequenos templos distribuídos ao longo do seu percurso.” (figura 21) (Araújo, 1962, p. 103).

3.3. Quintas de recreio

Consultar anexo IV - Manual de Visita de Quintas de Recreio (Caso de Estudo: Quinta da Nossa Senhora das Dores, Aveiro)

Para consulta da Ficha de Inventário da Quinta da Nossa Senhora das Dores, visitar <https://www.jardinhistoricos.pt/ad/925>.

3.3.1. Definição

Testemunhos da cultura, da vida sociopolítica e da paisagem de uma comunidade, as quintas de recreio constituem um dos testemunhos mais importantes da arte paisagista presentes em Portugal. Estes lugares são resultado da evolução da sociedade ao longo de séculos, em que, tal como referido por Ilídio de Araújo, surgem enquanto espaços de deleite dos sentidos, como forma de “renovação das faculdades humanas”. Os lugares destinados ao recreio enquanto ato de “deleitar, alegrar, divertir e distrair” possuem características específicas no seu ordenamento, sendo que uma das mais fundamentais é a sensação de proteção e privacidade. Este sentimento é proporcionado através da implementação de

barreiras visuais, como muros altos, que permitem o usufruto do espaço sem "intromissões, visitas ou acontecimentos inoportunos" (Araújo, 1973, p. 3).

Espaços destinados ao recreio, variadas vezes conjugados com a produção de bens hortícolas e frutícolas, remonta ao Período Neolítico, com os paraísos terrenos da Mesopotâmia. Tendo em consideração a separação deste lugar enquanto paraíso do mundo exterior, tal como retratado no Genesis e no Cântico dos Cânticos, denota-se a importância de uma barreira física que distingue o espaço privado do meio que o envolve. Tem assim um papel essencial de proteção, como também um papel simbólico. Estes constituíam uma idealização do Oásis, da felicidade suprema, que foi sendo materializada no espaço exterior dos mais variados palácios e templos ao longo da história da humanidade (Azambuja, 2009).

As quintas de recreio, têm o mesmo carácter que os hortos, cercas e tapadas, no entanto estas acabaram por ser diferenciadas. Os hortos são geralmente espaços de menores dimensões quando comparados às quintas de recreio e são geralmente destinados exclusivamente ao granjeio, ou seja, ao cultivo da terra. As cercas, palavra traduzida do vernáculo tapada, são caracterizadas enquanto espaços fechados por muros, e que contêm em si várias utilidades, como o "cultivo agrícola, quer à caça ou à exploração florestal ou simultaneamente às três atividades" (Araújo, 1973, p. 6). Desta forma, e como referido pelo autor supramencionado, as quintas de recreio poderiam de facto designar-se como Tapadas de Recreio, ou seja, espaços fechados rodeados por muros destinados à recreação, no entanto, o termo "quinta" acabou por ser vulgarizado (Araújo, 1973). Isto pode ter acontecido devido ao facto das quintas, enquanto "casa de campo, ou fazenda de lavoura no campo com a sua casaria" serem arrendadas a terceiros, de modo a haver produção das terras. Dessa produção, a quinta parte era entregue aos donos da propriedade (Associação Portuguesa dos Jardins Históricos, 2020).

Questões sociopolíticas posteriores à Reconquista, levaram a que estas propriedades ficassem na posse da coroa, da alta nobreza e de membros altos do clero, ou seja, na posse de uma sociedade que não trabalhava as terras e, portanto, as arrendava. No entanto, a prática de arrendamento das quintas desapareceu, tendo esta ficado ligada aos casais, nos quais permaneceram associados os rendeiros e o pagamento de imposto sobre as terras (Carita, 2017, p. 251).

As quintas eram até então vistas apenas enquanto lugares produtivos, também ordenados, mas equiparados aos hortos em que "todo o traçado procura mais alimentar os sentidos, do que responder à necessidade estética do intelecto" (Carapinha, 1995, p. 128). No entanto, estes espaços começaram a ser progressivamente vistos como um lugar de fuga das grandes urbes. Este movimento apenas se intensificou e fixou com a mudança acentuada do paradigma intelectual do Renascimento. Foi então que "sobressaiu a vida campestre como um quadro idílico, de grande beleza, tranquilidade e liberdade, em oposição ao frenesim, às ambições, à intriga, ao comércio, ao espírito mercantil, inerentes à vida na urbe"

(Carapinha, 1995, p. 193). Aqui reside uma característica essencial à definição de quinta de recreio: a vi-
legiatura. Isto implica que a permanência de quem habita estes locais, é temporária (Carapinha, 1995).

Outro ponto que se deve realçar, é a presença destas na periferia das grandes cidades. Isto tendo em conta a época em que se instituíram no espaço e não na presente, pois atualmente as quintas de recreio que se mantiveram mais ou menos bem preservadas estão, na sua maioria, inseridas na malha urbana das cidades. Estes lugares surgem enquanto antítese da cidade, mas permanecem extremamente ligados à mesma, ou seja, a cidade enquanto polo económico e comercial cria uma relação simbiótica com a quinta de recreio, em que a quinta produz produtos agrícolas que comercializa na cidade e a cidade distribui os mesmos e cria excedente económico que permite manter a primeira. Também é na periferia das grandes urbes que surgem as condições paisagísticas e climáticas para a implementação destes espaços, "onde predomina uma riqueza e diversidade paisagística, às quais se aliam condições climáticas agradáveis, disponibilidade de água, bons solos e vistas panorâmicas" (Carapinha, 1995, p. 198).

As quintas de recreio, como as idealizamos atualmente, muitas vezes associadas à realeza, nobreza e ao clero, tiveram como modelo as cercas conventuais e os santuários, onde determinadas comunidades se reuniam em celebração. No entanto, a celebração nelas existente não era essencialmente religiosa, mas sim de "poder", contendo em si "espaços de festa e entretenimento" (Associação Portuguesa dos Jardins Históricos, 2020, p. 22). Esta idealização de espaço de entretenimento associado ao lazer e ao bem-estar, começa a adquirir um aumento na sua complexidade e beleza por volta do final do século XV e início do século XVI (Araújo, 1973). Sendo que o belo é entendido enquanto processo de modificação da natureza, de modo a esta satisfazer as necessidades humanas, no sentido da "contemplação, ao ócio, ao alheamento temporal" (Carapinha, 1995, p. 18).

É importante realçar que no caso português, contrariamente ao que se veio a suceder no resto da Europa, "o jardim, raramente, se assumir como o espaço lúdico por excelência e se concretizar num diálogo constante entre o recreio e a produção" (Carapinha, 1995, p. 5). Mais adianta a mesma autora, referindo que as quintas de recreio constituem o exemplo máximo da arte de jardinar em Portugal, contendo em si espaços de recreio e produção, que coabitam e se complementam mutuamente, tanto a nível de ordenamento do espaço como também do ponto de vista funcional do mesmo (Carapinha, 1995).

É esta característica intrínseca às quintas de recreio portuguesas, relação produção/recreio, que faz com que estas se diferenciem das suas pares a nível europeu. É na quinta de recreio que o jardim se estende a toda a propriedade, com a introdução de esculturas, fontes, capelas, azulejos, latadas, miradouros e topiária nas áreas produtivas que "não nos permitem afirmar onde começa a quinta e onde acaba o jardim" (Castel-Branco, 2002, p. 15). Assim, contrariamente ao que aconteceu no resto da Europa, as quintas de recreio em território nacional raramente se apresentam exclusivamente direcionadas para a

recreação do Homem, mesmo quando consideradas as quintas reais ou de grandes nobres da aristocracia. Assim, a função produtiva permanece a determinante no ordenamento das quintas de recreio, que, por sua vez, incluem si a função recreativa (Araújo, 1973). O ordenamento da quinta de recreio, em toda a sua complexidade de espaços e funções é, acima de tudo, influenciado pelas características da paisagem em que se insere, como a topografia do local, e também pelos recursos que em si contém, em espacial o recurso “água” e como este é gerido.

Em modo de conclusão, podemos definir as quintas de recreio como espaços predominantemente de características rurais, onde a produção e o recreio estão intimamente ligados. São locais de vilegiatura, aos quais os seus proprietários retornam temporariamente de forma a se deleitarem. Possuem espaços destinados ao recreio, como o horto de recreio ou a casa de fresco, e espaços destinados à produção, como o pomar, a horta e a mata. No interior de cada uns destes espaços vão ser encontrados, em perfeita sintonia, elementos naturais escolhidos e modelados pelo Homem, como as espécies utilizadas ou a forma como a água é distribuída e elementos culturais, como escadarias, esculturas e fontes que decoram e pontuam o lugar de recreio ao longo de toda a quinta. É esta diversidade de espaços e funções, interligados entre si, que permite identificar e classificar um local enquanto quinta de recreio.

3.3.2. Componente espacial (elementos estruturantes)

3.3.2.1. Terreiro ou Pátio de recebimento

Considerado como a entrada de toda a quinta de recreio, o terreiro é definido como um “espaço de terra, plano e largo; (...); pátio em frente das casas grandes e nobres” (Machado, 1991, p. 290), que é reconhecido como o espaço de receção do visitante a quinta de recreio. O mesmo pode ser aplicado ao pátio de recebimento, no entanto, estas duas tipologias de espaço possuem uma diferença significativa, principalmente se tivermos em consideração a leitura espacial do mesmo e o ambiente que proporcionam.

Como referido por Hélder Carita, “tanto o pátio como o pátio de recebimento se apresentam como espaços fechados por muros ou paredes diferenciando-se de terreiro ou “terreirinho”, que vemos ser usado por Frei Diogo no sentido de espaço conformado por paredes, mas aberto sobre o exterior” (Carita, 2020, p. 789). Assim, o terreiro, quando relacionado com a casa nobre, é compreendido como um espaço diretamente ligado à entrada da mesma, mas que surge enquanto um espaço de transição entre o domínio público e o privado. Um exemplo desta natureza, é o terreiro encontrado em frente ao Palácio de Queluz, em que a fachada do próprio edifício delimita o espaço, que é composto por um semicírculo seguido de um retângulo junto à entrada, mas que se encontra diretamente ligado ao espaço públi-



Figura 22 - Terreiro do Palácio Nacional de Queluz, Queluz. Fonte: Adaptado do Google Maps



Figura 23 - Rossio da Quinta da Bacalhoa, Azeitão. Fonte: Adaptado do Google Maps.

co que o envolve (figura 23). O pátio de recebimento, por sua vez, é a tipologia de espaço mais presente nas quintas de recreio em Portugal, e apresenta a importância do ritual de “receber”, que está presente nestes lugares de prazer. Assim, o ato de recrear começava exatamente nestes locais, onde os pátios, enquanto espaços amplos, estavam prontos a receber, não só as várias personalidades que visitavam a quinta como também diferentes atividades recreativas e lúdicas (Carita, 2020). Em alguns casos, como é exemplo a Quinta da Bacalhoa em Azeitão, podem ser denominados por “rossio”, demonstrando também o seu caráter público, quando assim o era desejado pelos proprietários (figura 23) (Castel-Branco, 2017, p. 223).

Enquanto espaços de receção, denota-se que ao longo dos séculos, perante diferentes estilos artísticos e diferentes limitações impostas pela localização da própria quinta de recreio ao longo do território português, existem determinadas características que permanecem unidas ao pátio de recebimento. Primeiramente, e como referido anteriormente, a delimitação de todo o espaço de modo a ser totalmente independente do espaço público, através de uma barreira visual e espacial imediata. Esta barreira é constituída por altos muros, que providenciam privacidade e intimidade ao espaço, e que apenas se abrem ao exterior em ocasiões excecionais, uma das quais o portal de entrada da quinta, que também se constitui enquanto elemento essencial à caracterização do pátio de recebimento (Carita, 2020).

Os portais das quintas de recreio têm como função não só marcar a entrada do espaço como também estabelecer um símbolo de poder e estatuto. Estes elementos são geralmente grandiosos e com uma “forte carga decorativa”, sendo influenciados pelo gosto artístico da época em que se estabelecem no espaço (Carita, 2020, p. 790). Estes elementos decorativos estão direcionados para o exterior e são dos poucos que se direcionam nesse sentido, uma vez que toda a dinâmica da quinta de recreio se centra na vivência no seu interior, enquanto lugar intimista e resguardado, como oposição ao exterior.

Esta diferença entre o espaço interior e exterior à quinta de recreio é constantemente reforçado com os vários elementos encontrados na mesma, sendo a fachada do edifício outro elemento direcionado para o interior. Com isto, denota-se que a fachada principal da casa senhorial se encontra geralmente ligada ao pátio de recebimento e direcionado para este e não para o espaço público envolvente à quinta, ao qual apresenta uma fachada secundária geralmente menos ornamentada. É na fachada virada para

o pátio que se encontram geralmente elementos arquitetónicos que demarcam o espaço, como “escadarias, varandas e alpendres”. São também estes elementos estruturais que fazem com que o pátio de recebimento tenha “tendência a adquirir proporções adequadas para poder funcionar como uma plateia ao ar livre, onde se possam desenrolar jogos e festividades, e onde os donos da casa, da varanda ou do alpendre da escada, poderiam assistir a estas representações numa situação superior, enquadrados pelas estruturas de varandas e alpendres” (Carita, 2020, pp. 791- 792).

A utilização do pátio de recebimento enquanto elemento estruturante no ordenamento da quinta de recreio permanece até ao século XVIII, em que acaba por perder, em parte, a sua pertinência devido ao novo paradigma Iluminista. Passa a existir uma maior abertura da vida social ao exterior, permitindo um maior fluxo entre o interior e exterior da quinta de recreio. No entanto, o espaço do pátio permanece, mas são incorporadas novas linguagens artísticas, tanto nos elementos decorativos, como nos construtivos, como é o caso dos próprios muros, nos quais são abertas novas janelas permitindo uma maior relação com o exterior (Carita, 2020).

Dos séculos XV ao XVIII o pátio de recebimento, que se encontra diretamente associado ao exterior através de um portal e, simultaneamente, à casa senhorial através de escadarias, varandas e alpendres, possui um carácter amplo e desafogado. Este é tido como um espaço primário no ordenamento da quinta de recreio, no qual são realizadas cerimónias mais ou menos formais de receção aos visitantes, fazendo deste o primeiro espaço da quinta onde a função recreativa se encontra fortemente presente.

3.3.2.2. Casa senhorial ou Casa nobre

Considerado o principal elemento edificado de toda a extensão da quinta de recreio, a casa senhorial constitui a habitação doméstica do conjunto de membros de uma família, real ou nobre. Esta tipologia de edifício associada às quintas de recreio, poderá adquirir várias nomenclaturas, que nos poderão auxiliar na compreensão das mesmas, como irá ser discutido de seguida (Carita, 2017).

Ao longo da evolução semântica da língua portuguesa, foram sendo observados vários termos para designar e definir a casa senhorial, “marcando mudanças de época ou alterações de costumes” que levam a que um termo se sobreponha a outro ou que entrem em desuso (Carita, 2017, p. 243). Contudo, alguns destes termos possibilitam o entendimento do local ou da origem de determinada quinta, como podemos observar através do termo “paço”, que é referido em vários documentos desde os primeiros séculos da nacionalidade, que foi permanecendo na língua portuguesa e que é utilizado para descrever um local onde permaneceu o rei, enquanto instuição de “poder”. Outro exemplo desta relação de poder com a casa senhorial aparece no termo “solar”, que “correspondia ao lugar ou casa onde uma família nobre, na

Idade Média, radicava a sua origem. Cada grande família cultivava essa origem como uma honra, como se se tratasse de um privilégio diferenciado, em termos de estatuto, das outras categorias sociais, mesmo senhoriais" (Carita, 2017, p. 249). Esta definição implica a ligação de uma determinada família, sua genealogia e ancestralidade ao lugar, enquanto sua "sede e área de influência" (Glória, 2017, p. 246). Tendo em conta o sentido da conquista cristã e da delimitação do território portugalense, verifica-se que os solares acabam por se encontrar maioritariamente no norte de Portugal, onde as famílias nobres se localizavam aquando da delimitação do território.

No entanto, determinados termos não se relacionam com o poder ou estatuto de quem habita determinado lugar, mas sim com a sua própria configuração arquitetónica, como é o caso de "casa forte ou casa torre", que, por serem maioritariamente construídas numa época de instabilidade, principalmente durante a reconquista de terras aos mouros, apresentam um perfil militarizado apesar de permanecerem habitações domésticas. Com o desaparecer do motivo destas construções, a torre passa a elemento secundário nas construções das casas senhoriais, permanecendo muitas vezes enquanto "torreões ou corpos torreados nas morfologias arquitetónicas, que, de certa maneira, são memória de uma tipologia claramente associada à nobreza mais antiga do país" (Carita, 2017, pp. 274–249).

Devemos ainda referir o termo palácio, que descreve um edifício extraordinário, inicialmente relacionado com a família real, mas que com o tempo passou a ser associado também a casas de elementos da alta e média nobreza, que apresentavam obra de alguma forma monumental. Este termo passa a ser utilizado de forma mais abrangente no decorrer do século



Figura 24 - Casa senhorial da Quinta da Nossa Senhora das Dores, Aveiro. Fonte: ALMEIDA, Patrícia, VOLK, Dorotea, SANTOS, Filipa, PEREIRA, Rafael – Proposta de Restauro da Quinta da Nossa Senhora das Dores. Trabalho realizado no âmbito da unidade curricular de Recuperação e Gestão da Paisagem Cultural, sob orientação das professoras Cristina Castel-Branco e Sónia Talhé Azambuja, do Mestrado em Arquitetura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 2019.

XVIII, para descrever determinada habitação excecional de gosto superior. Sendo que aqui se denota esta importância de habitação "mais centrada na qualidade e apuro arquitetónico no que na grandeza das formas" (Carita, 2017, p. 254).

Apesar da diversidade de termos que podem ser atribuídos à habitação incluída numa quinta de recreio, os termos "casa senhorial" ou "casa nobre" são tidos como os conceitos mais utilizados e que melhor caracterizam este tipo de habitação, por não apresentarem um caráter de particularidade ou excecionalidade relativamente às suas características arquitetónicas (Carita, 2017). Contudo, os termos que foram referidos anteriormente, como paço, solar ou palácio, quando referidos popularmente na designação de determinada quinta devem ser sempre tidos em consideração na caracterização da mesma.

A partir da Idade Média, a casa senhorial é composta geralmente por dois pisos, sendo o piso térreo constituído pelas áreas de serviço e apoios domésticos e o segundo andar denominado "andar nobre" constituído sobretudo pelas áreas privadas designadas apenas à família e visitantes da quinta (figura 24) (Carita, 2015). Esta diferença na utilização dos dois andares é reforçada, não apenas no interior da casa senhorial através dos materiais e elementos decorativos utilizados como também na parte exterior da casa. Nas fachadas da casa senhorial, tanto na que se encontra direcionada para o interior da quinta, como por exemplo para o pátio de recebimento, como na que se encontra direcionada para o exterior, existem geralmente diferenças a nível do desenho, comparando o piso térreo com o andar nobre. O andar nobre revela um desenho mais elaborado, com elementos decorativos mais pronunciados e uma maior altura (Carita, 2015, p. 13).

Estes modelos mais elaborados e decorados surgem através do constante aumento do programa de recreio na quinta, fazendo com que esta característica se torne um elemento diferenciador entre a quinta de recreio e a quinta rústica. Assim, apesar das quintas de recreio a nível nacional permanecerem com um carácter essencialmente rural e produtivo, as casas nobres nelas inseridas acabam por se tornar cada vez mais aptas ao recreio, tanto no exterior, com a introdução de varandas, loggias e escadarias, como no seu interior, com a multiplicação de espaços e funções associadas (Carapinha, 1995, p. 204).

3.3.2.3. Horto de recreio ou Jardim formal

O horto de recreio ou jardim formal, enquanto parte de um todo que é a quinta de recreio, surge no espaço com determinadas singularidades que não se encontram na restante extensão da propriedade. A partir do século XV, com a crescente utilização da quinta enquanto espaço de recreio, os hortos quinhentistas começam a ganhar cada vez mais um carácter formal, tanto na sua organização, como na forma como a vegetação é utilizada.

O horto é geralmente separado da restante extensão da quinta através de barreiras visuais, podendo estas ser de carácter natural, como sebes de árvores, ou de carácter inerte, como muros ou pérgulas, em que a vegetação continua presente através do seu revestimento. Estes são os elementos que delimitam e estruturam o espaço atribuído ao horto de recreio, desenhado segundo uma matriz ortogonal na qual se vão inscrever os restantes elementos. Esta delimitação, de acordo com os princípios do Renascimento, deveria ter uma forma quadrada ou retangular, em que os caminhos e as formas geométricas que se desenham no interior do espaço são formados pela própria plantação. (Carapinha, 1995, pp. 213–214).

A formalização no desenho, que se manteve até ao século XVIII, revela a necessidade da existência de um espaço ordenado, enquanto microcosmos, em que a ordem e a desordem estão presentes, tal

como existem na natureza (que é tida enquanto espaço sem modificação humana). Assim, o horto de recreio toma uma dimensão visual extraordinária, que era frequentemente desenhado de modo a ser contemplado a partir de um ponto de vista superior, ou seja, da casa senhorial. Assim, localiza-se geralmente junto da habitação, de modo a ser apreciado das suas varandas e loggias. (Carapinha, 1995, p. 211).

A localização do horto de recreio em relação à casa senhorial foi sendo cada vez mais assente nesta ideia de proximidade, no entanto, nos séculos XV e XVI esta situação poderia não se verificar. Isto acontece devido ao aumento da "preocupação de simetria" presente na arquitetura da casa senhorial e que tende, principalmente a partir da época Barroca, a prolongar-se para o espaço do horto de recreio ou jardim formal, que por sua vez, tende também a possuir um caráter cada vez mais rígido na sua forma ortogonal e nos eixos de simetria que estruturam o espaço (Cabral, 1998). Estes eixos simétricos, tal como a complexidade do desenho do jardim, vieram aumentar a relação de proximidade com a casa senhorial. É de denotar também que estes eixos poderiam ser prolongados ao longo de toda a extensão da quinta de recreio. Esta relação, denotada não apenas através dos eixos criados como também através das ambiências criadas em toda a extensão da quinta leva a que o jardim, enquanto "obra de arte, harmoniosamente ordenado com as plantas, a água, a estatuária, é projetado para o convívio humano, segundo regras geométricas" (Araújo, 1973, p. 12).

O jardim formal, tal como a restante quinta e a casa senhorial, foram sofrendo influências artísticas vindas da Europa e do Oriente, mantendo, no entanto, um cunho português que distingue o jardim e as quintas de recreio portuguesas das restantes a nível europeu (Castel-Branco, 2010, 2017). Como passado comum permanece a herança romana, que marcou a sua presença por toda a Europa, que deixou vários testemunhos que vão sendo preservados nos jardins. Após a queda do Império Romano, a presença islâmica foi imposta em território ibérico e determinados conhecimentos romanos foram mantidos, como a utilização da água, e outros foram sendo implementados, como novas espécies e novas formas de trabalhar a água. Na Idade Média o horto de produção era a tipologia de jardim mais visível no território e que foi ganhando progressivamente um caráter recreativo. No Renascimento, difundido a partir de Itália, os conhecimentos e elementos conhecidos do jardim romano voltam a emergir e o jardim passa a conter em si o prestígio e poder das famílias que detinham tais espaços. No Barroco, com a influência do jardim francês celebrado por André Le Nôtre, os jardins tomam a sua forma máxima de opulência, em que os jardins são tidos como cenário aos prazeres materiais (Castel-Branco, 2010; Lino, 2014). Já no século XIX, os jardins surgem como pinturas da natureza, em que a rigidez das formas se transforma em espaços com formas orgânicas, grandes clareiras e jogos de luz entre a vegetação esparsa e densa, formando um quadro de beleza "natural" totalmente fabricada pelo Homem.

Apesar das alterações artísticas ocorridas no espaço do jardim formal, a sua matriz mantém-se

e os elementos nela presentes também. Uma das características do jardim formal é plantação nele utilizada, que perde quase na sua totalidade a função produtiva, o que significa que as espécies eram escolhidas com base no seu valor ornamental, tendo em conta o seu aroma, perenidade, cor (da folhagem e da flor), floração (cor e época do ano), fruto e crescimento. As espécies escolhidas eram então dispostas no interior de canteiros, também estes sob formas geométricas, formados por sebes vivas, podadas ou não, de espécies como a murta (*Myrtus communis* L.), o buxo (*Buxus sempervirens* L.), o alecrim (*Rosmarinus officinalis* L.) ou o cipreste (*Cupressus sempervirens* L.) (Carapinha, 1995, pp. 215–219).

É no jardim formal, incluído no desenho das bordaduras, que se incluía a arte da topiária (do latim *topiarius*) que consiste na técnica de podar e transformar arbustos como o buxo nas mais variadas formas esculturais. Esta arte foi difundida no período romano, o que fez com que esta técnica fosse utilizada por toda a Europa, no entanto, aquando da sua queda, a arte da topiária acabou por cair também em desuso. Foi apenas no Renascimento, no século XV, que esta arte voltou a ser amplamente utilizada no adorno dos jardins.

A arte da topiária vê o seu auge no século XVII, com a ascensão de André Le Nôtre (1613 - 1700), o criador de jardins mais conhecido da Europa, com os Jardins do Palácio de Versalhes como o melhor exemplo de jardim formal barroco a nível europeu, e o qual serviu de inspiração a tantos outros por toda a Europa. Le Nôtre utilizava três elementos de forma constante quando ordenava os seus jardins, sendo estes o eixo de simetria para o infinito, a forma como trabalhava a água, sendo em espelhos de água, fontes ou cascatas, e a forma como modelava o terreno, geralmente em declives suaves (Lino, 2014, p. 21). Em Portugal, esta tipologia de desenho de jardins nunca atingiu a magnificência observada no resto da Europa, visto não existirem os recursos naturais e humanos para a atingir. Assim, mesmo no auge do jardim formal, este espaço mantém a sua "rusticidade", mantendo proporções humildes e uma relação próxima com o espaço produtivo (Araújo, 1973, p. 13).

No interior dos canteiros eram dispostas as mais variadas espécies de plantas, que eram utilizadas da mesma forma como um pintor pinta uma tela, no sentido de as espécies serem escolhidas pela sua cor, tanto da folhagem como da floração, e empregadas de modo a comporem um desenho, sendo a utilização de plantas ornamentais floríferas um dos elementos que distinguem as quintas portuguesas (Castel-Branco, 2010). Nestes canteiros são utilizadas maioritariamente espécies herbáceas e arbustivas, não sendo no entanto, impossível de observar a implementação de algumas árvores como a laranjeira (*Citrus aurantium* L. ou *Citrus sinensis* L.), o limoeiro (*Citrus x limon*), o loureiro (*Laurus nobilis* L.), a olaia (*Cercis siliquastrum* L.), entre tantas outras (Carapinha, 1995, p. 220).

É no horto de recreio ou jardim formal onde são cultivadas espécies exóticas de carácter ornamental, trazidas do oriente no século XVI e no século XVIII, "das zonas do globo recentemente descobertas",

ou seja, do Brasil (Araújo, 1973, p. 12). Como refere Cristina Castel-Branco, “o uso de plantas vivazes de flor” e a sua diversidade, tanto em espécies de arbustos como de árvores revela a relação de Portugal com os outros continentes, através das trocas marítimas. Além disso, a presença deste tipo de vegetação, incluída no jardim formal e também pontualmente ao longo da quinta, constitui uma característica das quintas de recreio portuguesas (Castel-Branco, Soares e Cunha, 2021). É também neste espaço que se inicia o estudo mais aprofundado da botânica, o que acabou por imprimir no espaço um sentido e um propósito distinto, compatível com o recreio, transformando-o num “laboratório a céu aberto”. No entanto, as novas introduções botânicas não alteram a estrutura do jardim formal, mantendo este a mesma leitura que possuía anteriormente (Carapinha, 1995, p. 231).



Figura 25- Jardins do Palácio Nacional de Queluz. Fonte: Parques de Sintra [em linha]. Disponível em: <https://www.parquesdesintra.pt/pt/parques-monumentos/palacio-nacional-e-jardins-de-queluz/recantos/jardins-superiores/>

No século XVIII o jardim formal sofre transformações no tipo de plantação utilizada, no qual os canteiros de plantas aromáticas e flores, dão lugar a *parterres de broderie*, costume trazido de França por D. João V. Os *parterres* são como peças de tapeçaria, cujos desenhos elaborados se traçam através de murta ou buxo, talhados a uma altura muito baixa, e areão (figura 25). Aqui as formas geométricas rígidas acabam por ser substituídas por formas mais orgânicas e intrincadas. A introdução desta nova tipologia de jardim formal não implica, no entanto, a substituição do jardim de buxo em canteiros com plantas aromáticas e flores por *parterres de broderie*, mas sim, geralmente uma coexistência entre ambas. A estes jardins está associado também uma componente social muito forte, nos quais eram realizadas “festas galantes”, em que o jardim era o palco desse grande espetáculo (Araújo, 1973, p. 12).

Apesar das alterações que foram sendo feitas na vegetação utilizada no jardim formal, existe uma espécie que permanece no local ao longo dos séculos e muitas vezes continua a ser preservada até aos dias de hoje pelo seu valor ornamental e cultural: a laranjeira. A laranjeira amarga (*Citrus aurantium* L.), introduzida em território ibérico pelos romanos e posteriormente difundida pelos muçulmanos no século XI, era uma árvore largamente utilizada no espaço do jardim, tanto pela sua flor como pelo agradável aroma que possui. Esta árvore tornou-se uma das mais emblemáticas nos jardins portugueses, em especial, nas quintas de recreio, apesar de não possuir valor económico (Carapinha, 1995; Castel-Branco, 2010).

Enquanto polos agregadores de todo o jardim formal, surgem os tanques e fontes, incluídos no desenho geométrico que estes espaços geralmente possuem, geralmente revestidos a azulejo, que são testemunho da cultura islâmica em Portugal. Os elementos de água possuem um papel de extrema im-

portância no jardim, pois não só contém em si o valor ornamental que apreendemos de imediato, como são estes que dão vida a todo o espaço. O conhecimento hidráulico aplicado ao longo da história da arte dos jardins tem origem na herança romana, em que “a água ocupa na *villa* romana um lugar central” (Castel-Branco, 2010, p. 15). As técnicas implementadas nesta época, como os tanques e repuxos, a drenagem da água, armazenamento e distribuição da mesma para onde era necessária, através de aquedutos, tubos e caleiras, mantêm-se no período árabe (Castel-Branco, 2010, pp. 14–17).

O armazenamento de água e posterior distribuição torna-se imperativo quando se tem em conta o clima mediterrâneo que Portugal possui, sendo este caracterizado por verões quentes e secos e invernos moderados e húmidos (Ribeiro, 1945). A água captada era necessária para a rega do jardim formal e para áreas de cultivo estival, em que “a água, antes de cumprir a sua função de rega, é posta ao serviço da arte” (Castel-Branco, 2010, p. 8). Este tipo de prática agrícola implicava modelar o terreno de forma que fosse possível a captura da água e a sua dispersão ao longo da quinta, o que só era possível através da utilização da gravidade. Assim, o terreno era modelado segundo terraços quase aplanados, separados por muros de suporte, que permitiam direcionar a água para determinados locais de recolha, armazená-la em tanques e fontes e posteriormente distribuí-la através de tubos e caleiras (Araújo, 1973, p. 9).

Como refere Aurora Carapinha, “da planície e do relevo ondulado, o horto de recreio colheu a simplicidade formal, a facilidade de percepção, a clareza da composição, oferecendo-se como espaço calmo, repousante e intimista. Em relevo dobrado, surge como espaço dinâmico, dramático, voluntarioso, extrovertido e artificioso” (Carapinha, 1995, p. 265). Esta última situação descrita enquanto dinâmica é a mais comum nas quintas de recreio portuguesas, determinando que a utilização da água seja igualmente dinâmica, que se espelha numa sucessão de tubos, caleiras, fontes, tanques e cascatas que constituem complexos sistemas de rega.

Com a modelação do terreno em socalcos ou terraços, surge a necessidade de os interligar e compor um cenário paisagístico singular, no qual são implementados elementos construídos como muros de suporte, balaustradas e grandes escadarias. Muitas vezes associados a estes elementos, surgem elementos de água como cascatas, fontes e caleiras, inseridas em muros ou escadas, proporcionando tanto um efeito cénico como funcional na distribuição da água. Existem vários exemplos a nível nacional que nos permitem entender como os elementos da quinta de recreio possuem geralmente essa dupla função, recreativa e funcional, sendo um deles “escadarias de água” presente na Real Quinta de Caxias em Oeiras ou o escadório com sucessão de fontes e tanques presente na Quinta dos Cónegos na Maia (Cabral, 1963, p. 412). É a associação da água a estes elementos construídos que permite a fruição recreativa da quinta de recreio em toda a sua extensão, enquanto um lugar complexo constituído por vários espaços diversos que se interligam entre si de forma fluída.



Figura 26- Lago dos SS, Casa de Fresco e os bancos de azulejos, Palácio dos Marquês de Fronteira, Lisboa. Fonte: Extraído de: CASTEL-BRANCO, Cristina [ed.] – A água nos jardins portugueses. Lisboa: Scribe, 2010

Associado a tanques, lagos e fontes que permitiam a recolha e armazenamento da água para a rega da quinta de recreio surge a partir do século XVI a casa de fresco. Estes elementos são “Pavilhões para “tomar o fresco” e as paredes decoradas de azulejos que se refletiam na água, criando um elemento de distinção dos jardins portugueses” (figura 26), sendo este um dos exemplos do “entrançado” de culturas no jardim português, tendo em conta que este elemento foi trazido da cultura mogol aquando da chegada dos vice-reis da Índia (Castel-Branco, 2010, p. 8).

Aliado à arte da topiária e aos elementos de água está o decorum dos jardins através da introdução de esculturas no desenho do jardim formal. É de extrema importância referir que as esculturas e agrupamentos escultóricos não se localizam apenas no horto de recreio, mas sim ao longo de toda a quinta de recreio, incluindo nos pomares e mata. No entanto, na presente dissertação, este tema aparece associado ao horto de recreio pelo simples facto de, geralmente, estes grupos escultóricos se inserirem com maior expressão nesta porção da quinta de recreio, aliados à plantação e aos elementos de água nela presentes.

Como refere Ana Duarte Rodrigues, “o jogo e a surpresa que as esculturas iam criando à medida que o espetador descobria os vários espaços do jardim era o que o encomendante desejava obter (...) e fazer do seu jardim um locus amoenus onde podia descansar e refletir mas sobretudo divertir-se e entreter-se” (Rodrigues, 2007, p. 157). O jardim, já descrito no século XVI como o lugar ideal à colocação de divindades da mitologia clássica, torna-se no habitat destas esculturas, escolhidas e pensadas para os vários lugares da quinta, adaptando-se a estes. Com isto quer-se dizer que as esculturas das várias personagens mitológicas eram selecionadas de modo a “caracterizar a paisagem que as rodeia”, por exemplo, junto a tanques ou fontes localizavam-se as divindades relacionadas com a água, junto aos canteiros localizava-se Flora, deusa das flores, junto às vinhas, Baco, deus do vinho ou na mata a deusa da caça, Diana. Não só eram caracterizadas as várias divindades como as estações do ano ao longo dos jardins (Rodrigues, 2007, pp. 160–162).

Nesta vertente da quinta de recreio, toma também alguma importância o nível de intelectualidade e o próprio gosto do proprietário da quinta ou de quem encomenda as esculturas (o que também acaba por se refletir no próprio gosto do desenho do jardim formal). A implementação de esculturas no jardim formal e também na restante extensão da quinta de recreio, toma um grande impulso no Pós-Restauração com “a crescente necessidade de afirmação e representação de novas Casas” (Rodrigues, 2013, p. 370). A encomenda de esculturas é realizada por três grandes grupos sociais: “os Grandes”, que são

constituídos pelas famílias com raízes ancestrais, a Casa Real e as elites compostas por membros da “nobreza rural, estrangeiros e mercadores” que possuíam bibliotecas e conhecimento literário que aplicavam às suas quintas enquanto manifestação do seu poder e riqueza (Rodrigues, 2013, p. 389).

3.3.2.4. Área agrícola

A área de produção agrícola geralmente subdividida em pomares, hortas e campos de cultivo, é a que possui maior expressividade no que concerne à área utilizada, conjuntamente com a área de mata, que será abordada mais adiante.

A área agrícola “encontra o seu fundamento no interesse permanente e, mesmo crescente, da intensificação da produção. Com efeito, tanto as frutas como algumas hortícolas, constituem os principais produtos metropolitanos de exportação” (Carapinha, 1995, p. 207). Esta produção constitui também o principal rendimento da quinta de recreio, ou seja, é o que lhe confere interesse económico e mercantil, e o que faz com que estes locais se localizem, preferencialmente, nas periferias das grandes urbes.

Tamanho interesse na produção implica um tratamento específico no que respeita ao ordenamento deste espaço, tendo em vista principalmente a facilidade de manutenção da produção, a rotação entre colheitas e a intensificação da mesma, o que acarreta um aproveitamento da área disponível. Assim, a área produtiva é estruturada numa malha ortogonal, geralmente composta por vários terraços nivelados, de forma a facilitar o processo de rega e colheita, como também de forma a maximizar a exposição solar. Esta malha é então subdividida numa retícula ortogonal, demarcada por caminhos ou pela própria plantação, nos espaços destinados à horta e ao pomar, respetivamente (Carapinha, 1995).

Sendo a produção o principal foco deste espaço não implica um tratamento exclusivamente utilitário do mesmo, mas sim uma conjugação entre “as arquiteturas de “prazer” e de elementos escultóricos, juntamente com a plantação de citrinos”. Este espaço, tal como o horto de recreio ou jardim formal, possui características recreativas na sua estrutura, o que permite que o pomar, horta e, em muitos casos, a vinha possua uma leitura semelhante ao horto de recreio, no sentimento que este transmite, de *locus amoenus*. Ou seja, de lugar ameno, agradável à estadia e que permite ao visitante recrear e contemplar a paisagem rústica que o rodeia, incluindo-se nela (Carapinha, 1995, p. 267).

Na área agrícola eram incluídos elementos construídos, presentes também no horto de recreio, que possuíam tal como no espaço anteriormente referido, funções tanto utilitárias como recreativas. Exemplos disto são os tanques, caleiras, fontes, escadórios, etc. A água contida em tanques era associada também esculturas e/ou grupos escultóricos, que permitia o efeito de espelho de água onde as es-

tátuas se refletiam e enriquecer culturalmente o espaço, criando paisagens idílicas nas quais as figuras mitológicas encontravam o seu lugar designado (Castel-Branco, 2010).

As espécies vegetais que se encontram na área agrícola são bastante diversas, e são essencialmente escolhidas com base no caráter biológico da própria planta, ou seja, se esta é adequada às características edafoclimáticas, e ao seu interesse económico e produtivo. Assim, na área destinada à horta eram colocadas plantações com interesse alimentar, aromático e medicinal, mas também espécies com interesse ornamental, que pontuam o espaço, como rosas, açucenas ou cravos (Carapinha, 1995). Neste espaço são poucas as espécies de origem mediterrânea, excetuando a cultura da “oliveira, a figueira, a alfarrobeira, as lentilhas e favas, o linho de sementes grossas, a beterraba, esta de data recente, e algumas ervas de pasto”, pelo que aqui se encontram sobretudo espécies provenientes da Ásia e América, como o trigo, milho ou cevada encontrados nos campos de cultivo, a batata encontrada na horta ou as árvores de fruto encontradas no pomar (Ribeiro, 1945, p. 13).



Figura 27- Parte do pomar, Quinta da Nossa Senhora das Dores, Aveiro. Fonte: ALMEIDA, Patrícia, VOLK, Dorotea, SANTOS, Filipa, PEREIRA, Rafael – Proposta de Restauro da Quinta da Nossa Senhora das Dores. Trabalho realizado no âmbito da unidade curricular de Recuperação e Gestão da Paisagem Cultural, sob orientação das professoras Cristina Castel-Branco e Sónia Talhé Azambuja, do Mestrado em Arquitetura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 2019.

Na área destinada ao pomar encontram-se espécies, tal como na horta, com valor alimentar. Neste podem-se identificar duas tipologias de pomar: o pomar de espinho e o pomar de caroço. Estas duas designações referem-se ao tipo de cultura nestes praticados, sendo o primeiro referente a espécies de citrinos, como a laranjeira ou o limoeiro, e o segundo referente a espécies do género *Prunus*, como é o caso da cerejeira, ameixoeira, amendoeira, entre outras (figura 27).

Entre estas espécies é importante salientar o papel dos citrinos na produção agrícola das quintas de recreio, principalmente da laranjeira. Como referido anteriormente, desde a permanência do Império Romano em terras lusitanas, que a laranjeira amarga era utilizada nos hortos e hortos de recreio. Até ao século XVI eram cultivadas devido ao seu interesse ornamental, pelo seu aroma, tanto da flor como do fruto, pela perenidade da folha, permanecendo esta verde o ano inteiro e pela beleza da sua flor. Este facto, no entanto, alterou-se com a introdução da laranjeira doce (*Citrus sinensis* L.), trazida do Império Chinês, que possuía um teor de doce e um aroma mais elevado. Isto fez com que a predominância da laranjeira, até ao século XVI utilizada apenas no horto de recreio ou jardim formal, passasse a estar presente em toda a quinta de recreio, tomando uma grande parte da área de pomar (Carapinha, 1995, pp. 232–238; Azambuja, 2010). Esta introdução constitui uma alteração significativa na leitura do espaço da quinta de recreio, enquanto um todo constituído por várias partes independen-

tes entre si, uma vez que a fronteira, tanto espacial como sensorial, entre o recreio e a produção se torna ainda mais difusa.

A produção de laranja teve um impacto tão grande que se veio a tornar não só uma das maiores culturas a nível nacional como a nível europeu. Desde o século XVI, centúria em que a laranjeira doce foi introduzida em Portugal, até ao século XIX que a produção de laranja teve um crescimento contínuo, o que pode ter correspondido também a um aumento da área de cultivo nas quintas de recreio e quintas rústicas. A fama da produção nacional de citrinos tinha dimensão tal que fez com que, por todo o mundo fossem conhecidas por "nomes que a irão associar a Portugal, como "Pourtegalie (Nice); "Portugaletto" (Piemonte); "Portokale" (Albânia); "Portogales" (Grécia); "Portughal" (Kurdistão)". Do nosso território não só eram exportadas laranjas, tanto de Portugal continental como das ilhas, como também laranjeiras para serem colocadas noutras quintas europeias (Carapinha, 1995; Azambuja, 2010, p 335).

3.3.2.5. Mata

A mata desenvolve-se na quinta de recreio enquanto um espaço reservado à natureza, no seu estado mais "puro". Este é o lugar da quinta onde persistem, na sua maioria, as características intrínsecas à paisagem na qual a quinta de recreio se insere e pela qual permanece rodeada.

Espaço densamente povoado de espécies maioritariamente autóctones, tanto de porte arbóreo como arbustivo, contém em si propriedades extremamente importantes para a sobrevivência e autossuficiência da própria quinta, tanto a nível ecológico como económico (fator não determinante).

Tal como refere Francisco Caldeira Cabral, as matas possuem o importante papel de amenizar o clima, ao se comportar como uma barreira contra o vento; de manutenção e formação do solo, tanto através da defesa contra a erosão, através da ação da própria raiz das espécies arbóreas e arbustivas, como através do produto orgânico que a mata fornece ao solo e a toda a biosfera que está nele incluída, criando um equilíbrio biológico; de criação de produtos economicamente viáveis, como a "madeira, lenha, carvões-vegetais e taninos" (Cabral (1993) in Carapinha, 1995, p. 289).

Estas funções ecológicas são mantidas devido à ação das espécies autóctones, privilegiadas no espaço da mata da quinta de recreio, que se diferenciam ao longo do país e que Francisco Caldeira Cabral Gonçalo Ribeiro Telles sistematizaram na obra de 1960, *A árvore em Portugal*. Estas espécies, essencialmente de carvalhos, estão totalmente adaptadas ao clima e local em que se encontram, havendo no norte de Portugal uma predominância de espécies do género *Quercus* de folha caduca e no sul de espécies do género *Quercus* de folha persistente.



Figura 28- Fontanario na area de mata da Quinta da Nossa Senhora das Dores, Aveiro. Fonte: ALMEIDA, Patrícia, VOLK, Dorotea, SANTOS, Filipa, PEREIRA, Rafael – Proposta de Restauro da Quinta da Nossa Senhora das Dores. Trabalho realizado no âmbito da unidade curricular de Recuperação e Gestão da Paisagem Cultural, sob orientação das professoras Cristina Castel-Branco e Sónia Talhé Azambuja, do Mestrado em Arquitetura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 2019.

A nível estrutural, a mata não possui os formalismos que a restante extensão da quinta de recreio possui. Com isto quer-se dizer que, a mata mantém a sua estrutura natural, na qual se rompem caminhos e zonas de estadia, mais ou menos frequentes. Sendo apenas junto a estes locais onde se denota uma maior influência humana, tanto no desenho como nos elementos nele inseridos, tanto culturais, como fontes (figura 28), estátuas e/ou grupos escultóricos, como naturais, através da colocação de espécies exóticas pontuais inseridas em determinados locais estratégicos.

A mata surge, tal como os restantes espaços da quinta, enquanto um lugar distinto e fechado sobre si, não propriamente a nível material através de, por exemplo, uma barreira visual, mas a partir da própria vivência e atmosfera que produz. A mata surge como uma antítese ao jardim formal e ao pomar, à estruturação mais ou menos rígida das formas, tanto materiais como naturais, não perdendo, no entanto, o seu caráter de *locus amoenus*. Esta constitui assim um lugar fechado de caráter quase “selvagem”, na qual a paisagem é deixada no seu estado quase natural, mas que permanece enquanto um lugar intimista, que convida à deambulação pelos caminhos delineados e à contemplação da natureza.

3.4. Jardins Botânicos

Consultar anexo V - Manual de Visita de Jardins Botânicos (Caso de Estudo: Jardim Botânico de Coimbra, Coimbra)

Para consulta da Ficha de Inventário do Jardim Botânico de Coimbra, visitar <https://www.jardinshistoricos.pt/ad/938>.

3.4.1. Definição

Criados com o intuito de estudar as plantas com propriedades medicinais, os Jardins Botânicos constituem uma das categorias de jardins históricos com propriedades singulares, que foram evoluindo ao longo do tempo. Entender o interesse pelo estudo das plantas e a sua categorização como conhecemos atualmente é, simultaneamente, entender o percurso da relação do Homem com as plantas.

Os jardins botânicos são definidos como “os jardins ou hortos botânicos onde se estabeleceram

coleções de plantas vivas de diversas origens para estudo e adaptação" (Vasconcelos, 1998, p. 414). Foram criados com o intuito de conhecer os princípios ativos das plantas ('*simples*'), e de modo a preparar os '*remedia composita*', ou seja, os remédios constituídos por várias plantas com propriedades medicinais e curativas. Estes estudos remontam ao período da Roma e Grécia Antiga, com o tratado *De Materia Medica* de Pedânio de Dioscórides, que marca "o início da ciência da farmacognosia (ramo da farmacologia que estuda os princípios ativos naturais das plantas e animais)" (Azambuja, 2021, pp. 111–112).

Os jardins botânicos enquanto espaços agregadores deste tipo de plantas remontam aos jardins das cercas conventuais, nos quais eram plantadas determinadas espécies que se sabiam benéficas à saúde humana (Santo, 2020). Esta sabedoria ancestral, passada em geração em geração, decorre em paralelo com a própria evolução humana, em que a observação dos efeitos das plantas no corpo humano por parte dos nossos antepassados, desde a pré-história, permitia uma compreensão da vegetação que possuía propriedades curativas, alimentares e até sagradas (Spencer e Cross, 2017, p. 45).

Consideram-se os primeiros jardins botânicos os que surgiram em Itália no século XVI, com coleções e programas científicos estruturados associados a três vertentes: estudo universitário de farmacognosia; estudo da botânica integrado no curso de Medicina e aclimação de espécies vegetais e animais (Azambuja, 2021). O primeiro jardim botânico, totalmente dedicado ao estudo científico das plantas e das suas propriedades surge em Pisa em 1544, associado diretamente ao ensino da Botânica na Universidade de Pisa. Anos mais tarde na mesma centúria, com a introdução de espécies trazidas das "viagens exploratórias", começaram-se a fazer plantações de espécies que não as medicinais. Isto significa que começaram a ser introduzidas nos jardins botânicos plantas que não possuíam interesse utilitário para o Homem, mas sim interesse tanto económico como também ornamental (Spencer e Cross, 2017).

Com a revolução científica renascentista e com a crescente implementação de novas espécies com interesses tão díspares fez com que o papel dos jardins botânicos se tornasse fulcral, não apenas no conhecimento científico, como também no funcionamento económico e agrícola da sociedade. Este crescimento do papel multidisciplinar dos jardins botânicos trouxe também a problemática da classificação das plantas, em que era necessário existir um sistema universal que permitisse a toda a comunidade científica um entendimento global no que se refere as espécies conhecidas. Assim, tanto teoricamente como no próprio espaço do jardim botânico surgiram sistemas de classificação, baseados em critérios da fisionomia da própria planta como em critérios geográficos e ecológicos. (Santo, 2020, p. 32).

Garcia de Orta publicou em Goa em 1568 a obra "*Coloquio dos simples e Drogas da India*" que se constituiu como uma das obras de referência da época relativamente ao estudo botânico na Europa (Castel-Branco, Soares e Cunha, 2021). Este conhecimento persistiu e, antes do primeiro jardim botânico ser inaugurado, são conhecidos alguns hortos botânicos ou medicinais que foram importantes no

conhecimento e estudo botânico. São estes: horto pertença de Tomás Rodrigues de Veiga, médico de D. João III, em Coimbra; de Gabriel Grisley, mandado construir em Lisboa por D. João IV para instrução dos que “por ofício estão obrigados a conhecê-las (às plantas)”, que acabou por não perdurar no tempo, mas o conhecimento dele retirado ficou descrito na primeira lista de espécies medicinais; e de Francis Bearsley no Porto, que não tinha qualquer ligação a alguma instituição. Assim, em 1768 foi fundado o Jardim Botânico da Ajuda, o primeiro em Portugal, e o décimo quinto a nível mundial (Santo, 2020, pp. 34–36).

Desde a fundação do primeiro jardim botânico em Portugal foram fundados mais nove, tendo dois destes sido extintos, todos instituídos entre o século XVIII e XX. Desde o momento da sua fundação até à atualidade todos desempenharam um papel fundamental no conhecimento e preservação das espécies botânicas. Inicialmente, o conhecimento científico das propriedades medicinais fez com que estes espaços fossem apenas frequentados pela comunidade científica. No entanto, com o crescente interesse por parte das classes mais altas pelas plantas, tanto a nível económico como ornamental, aliado ao sucessivo aumento do colecionismo botânico de espécies exóticas que caracterizou a sociedade no século XVIII e XIX, levou a que os jardins botânicos se tornassem espaços aliados ao lazer e à contemplação.

Mesmo com a alteração gradual do tipo de público que frequentava os jardins botânicos, a preservação de espécies botânicas permaneceu intacta. Esta é feita segundo várias óticas, ou seja, tanto é feita com espécimes vivos como através de herbários (preservação de plantas secas prensadas com informação científica anexa) ou bancos de sementes. No entanto, o intuito da preservação das plantas foi sendo alterado com o decorrer do tempo, em que, primordialmente, as espécies eram conservadas de modo a serem alvo de troca com outros jardins botânicos, de forma a aumentar o conhecimento geral das plantas e do seu funcionamento, e também para aumentar as coleções botânicas dos vários jardins. Esta troca de plantas vivas, plantas secas e sementes tornou-se prática comum logo no século XVI nos primeiros jardins botânicos da era moderna. Assim, a conservação de espécimes e a sua troca tinha, inicialmente, como base o interesse científico (Spencer e Cross, 2017, p. 58).

Posteriormente, o interesse económico e ornamental em relação às plantas, fez crescer exponencialmente a troca comercial à escala global, o que veio a ser outro motivo para a conservação botânica. No entanto, com o conhecimento botânico cada vez mais rico e com a crescente preocupação com os efeitos da propagação de plantas a nível mundial, da sua troca, dos efeitos que estas têm quando são encontradas em habitats das quais não são originárias e, simultaneamente, com as rápidas alterações climáticas sentidas, a conservação dos recursos vegetais tornou-se cada vez mais importante a nível biológico e ecológico. Neste sentido, foram realizadas várias convenções internacionais nos últimos trinta anos que deram relevância à problemática da conservação vegetal, entre as quais a Convenção sobre a Diversidade Biológica (1992), a constituição da Rede NATURA 2000 (1992), a Rede Internacional de In-

tercâmbio de Plantas, IPEN, (2002) ou o Plano Estratégico para a Biodiversidade (2010) (Santo, 2020).

É no âmbito da primeira convenção referida que os jardins botânicos continuam a possuir um papel fundamental, em especial, na conservação de plantas *ex situ*, preferencialmente de espécies da flora do local onde o jardim botânico se localiza, tanto de espécimes vivos como das suas sementes. O estudo destas plantas e da sua resiliência às alterações climáticas, conjuntamente com a educação do público que visita os jardins botânicos, proporciona grandes benefícios à humanidade e à forma como as pessoas se relacionam com as plantas (Santo, 2020, p. 68).

A rede IPEN constitui também uma importante ferramenta, direcionada para os jardins botânicos, que, quando integrados na mesma, têm de seguir um “um Código de Conduta que estabelece as responsabilidades dos jardins em termos de aquisição, manutenção e fornecimento de material vegetal” (Santo, 2020, p. 72). Com esta rede, em que os jardins botânicos continuam, tal como no século XVI, a realizar trocas de material vegetal, torna-se possível um maior controlo das mesmas, prevenindo transmissão indevida de espécimes, prevenção de proliferação de pragas e espécies invasoras, por exemplo.

Com o mesmo intuito de conservação da biodiversidade, e de forma a tentar uniformizar as políticas e estratégias implementadas nos jardins botânicos, foi criado em 1994 o Consórcio Europeu de Jardins Botânicos. Esta instituição promove a implementação das iniciativas propostas pelas convenções anteriormente referidas e delimita estratégias que permitem a colaboração internacional entre jardins botânicos e a sua participação ativa em questões importantes como a contribuição para a constituição da Lista Vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), delimitando e identificando espécies em perigo (Santo, 2020).

No caso português, todos os jardins botânicos fazem parte da Rede IPEN e assinaram a Agenda Internacional para a Conservação em Jardins Botânicos, o que realça uma vez mais, o importante papel que estes espaços científicos, educativos e de lazer têm na matéria de conservação da biodiversidade das plantas. No entanto, também desempenham um papel fundamental noutras áreas, como a nível da sustentabilidade, avanços científicos e também tecnológicos.

A nível da sustentabilidade, tanto na implementação de medidas no próprio jardim («preservação e aproveitamento dos recursos hídricos, iluminação eficiente, etc.) como na gestão e organização administrativa dos mesmos. Também possuem uma componente ambiental de elevada importância, pois, muitos dos jardins botânicos, em especial os de carácter histórico que se localizam perto de universidades, estão atualmente integrados em áreas urbanas densas e sofrem, tal como muito outros jardins históricos, grande pressão urbanística. Isto significa que o ambiente em redor destes locais se alterou significativamente, o que acaba por permitir perceber quais as espécies que melhor se adequaram a essa transformação climática gradual, e quais as que se melhor adequam ao ambiente urbano.

A nível científico e tecnológico, através da disponibilização cada vez mais ampla de floras em formato online, de estudos no campo da alteração e melhoramento de espécies, sejam estas de interesse ornamental, agrícola ou medicinal ou no estudo da biologia molecular. Prestam também um serviço público, ao providenciarem ferramentas de conhecimento técnico a entidades que procurem os jardins botânicos enquanto centros de saber, tanto a nível público como privado (Hernández-Bermejo, 2004).

Um jardim botânico histórico é considerado um lugar com valor histórico a nível do conhecimento científico, reconhecido e documentado, que possui autenticidade e integridade preservadas, e que é simultaneamente, um espaço disponível ao público, que o utiliza e disfruta. Atualmente, “em todos os jardins botânicos as plantas encontram-se identificadas com o nome científico, nome comum, família e local de origem e dispostas em coleções principais” (Santo, 2020, p. 90). Esta disposição segundo coleções principais verificava-se também nos primeiros jardins botânicos, juntamente com outras características, tais como a modelação do terreno e dos seus elementos de modo a criar diferentes “paisagens” ou habitats para várias tipologias de plantas; coleções documentadas e estudadas; investigação relativamente à taxonomia e à botânica, conservação de espécies através de herbários e bancos de sementes e equipamentos educativos, como universidades, museus e bibliotecas (Hernández-Bermejo, 2004).

3.4.2. Componente espacial (elementos estruturantes)

3.4.2.1. Sistematização de coleções botânicas

O jardim botânico histórico, como vimos anteriormente, tem como base o conhecimento científico, e para o obter necessita de possuir coleções botânicas estruturadas, de forma que seja possível produzir estudos sistemáticos sobre cada uma das espécies implementadas no espaço. Estes espaços albergam plantas de várias partes do globo, que foram sendo trazidas por meio de viagens exploratórias por “antigos naturalistas, curadores, jardineiros que partiam em expedição para terras de África, América e Ásia” ou através de trocas de plantas vivas ou sementes entre jardins botânicos (Santo, 2020, p. 92).

Estas espécies, não sendo da flora nativa portuguesa, apresentam muitas vezes necessidades ecológicas distintas das espécies que surgem naturalmente no nosso território, o que significa que, de forma que determinado espécime prolifere é necessário criar as condições edafoclimáticas adequadas à mesma. Neste sentido, são estabelecidas nos jardins botânicos várias estruturas desenhadas pelo Homem de forma a simular determinados habitats, tais como: canteiros ou talhões de terreno, que permitem um controlo das condições e características do solo; fontes e tanques, que permitem colocar espécies aquáticas; estufas, onde são colocadas e estudadas espécies exóticas que necessitam de um maior

controlo do seu meio (sejam estas necessidades em relação a solo, temperatura, humidade ou exposição solar) e também áreas de arboreto (Vasconcelos, 1998).

No interior destas estruturas e ao longo de toda a extensão do jardim botânico, é possível observar que as coleções botânicas podem seguir diferentes tipos de organização espacial, que por sua vez, podem seguir vários sistemas de classificação botânica. Nos jardins botânicos portugueses surgem dois métodos de organização de coleções mais comumente utilizados, uma seguindo critérios taxonómicos e outra seguindo critérios fitogeográficos. Apesar de ser utilizado este tipo de organização sistémica das coleções, não implica que não existam determinados espaços que contenham uma variedade de espécies originárias de várias partes do mundo e de várias categorias taxonómicas (Santo, 2020).



Figura 29- Coleção botânica em sebes no Jardim Botânico de Coimbra, Coimbra. Fonte: Autora.

No caso das plantas terrestres, como referido anteriormente, estas são colocadas em canteiros, que tanto podem ser de material inerte como de material vivo, através da plantação de sebes (figura 29), como em talhões de terreno designados às mesmas. Nos canteiros geralmente encontram-se plantas de porte arbustivo ou herbáceo, enquanto as espécies de porte arbóreo se encontram plantadas ao longo do jardim botânico. O carácter científico do jardim, que permanece uma prioridade, não compromete o carácter artístico ou cultural do mesmo, ou seja, continua a existir uma va-

loração estética do espaço, em que a colocação das espécies não satisfaz apenas critérios científicos e edafoclimáticos, mas também critérios ornamentais, de forma a criar uma atmosfera de jardim enquanto "locus amoenus" e não enquanto um "laboratório a céu aberto", apesar de o continuar a ser.



Figura 30- Lago no Jardim Botânico de Coimbra, Coimbra. Fonte: Autora.

Juntamente com os canteiros e áreas designadas à plantação de plantas terrestres surgem interligados entre si, várias fontes, lagos ou tanques. Nestes elementos são colocadas as plantas aquáticas ou hidrófitas, que se constituem, tal como as plantas terrestres ou embriófitas, um caso de estudo por si só (figura 30). Estes elementos, são, simultaneamente, elementos culturais do jardim botânico, nos quais podem ser encontrados em harmonia com as coleções botânicas, elementos escultóricos e/ou esculturas que podem representar, por exemplo, cenas mitológicas, tal como são encontradas nas quintas de recreio.

Desde o primeiro jardim botânico a ser instaurado em Pisa que são construídas estufas associadas ao estudo da botânica. No Real Orto Botanico della Real Università di Pisa, a estufa foi construída

com o intuito de albergar espécies exóticas e, simultaneamente, desenvolver estudos taxonómicos através da realização de um herbário (Freire, 2019). Estas funções mantiveram-se e foram dispersas pelos variados Jardins Botânicos a nível mundial.

Dentro do estudo das plantas exóticas, as estufas podem adquirir vários focos, tendo em consideração as necessidades climáticas das plantas a serem introduzidas no seu interior. A divisão das plantas segundo as suas necessidades edafoclimáticas permite uma melhor gestão do espaço e uma taxa de sucesso superior referente ao cultivo de espécies exóticas. Esta divisão pode ocorrer segundo várias estufas ou pode ocorrer no interior da mesma estufa, com separação física entre os vários ambientes criados. No interior das estufas é possível modificar as condições de temperatura, humidade e luminosidade que são necessárias à manutenção de determinadas espécies. Nestes espaços são geralmente colocadas as plantas que não teriam as condições de sobrevivência necessárias no restante espaço exterior do jardim, mesmo com a criação de ambientes mais propícios ao sucesso da sua conservação.



Figura 31- Estufa Grande, Jardim Botânico de Coimbra, Coimbra. Fonte: Autora.

Um exemplo com estufas com diferentes características é o Jardim Botânico da Ajuda, no qual existem três estufas distintas: A Estufa D. Luís I; a Estufa das Avencas e a Estufa do Meio, que possui uma coleção de suculentas (Santo, 2020). Outro exemplo é o Jardim botânico de Coimbra, que possui duas estufas: a Estufa Grande, uma das primeiras obras da arquitetura de ferro em Portugal construída em 1859, que possui três salas distintas que reproduzem climas tropicais, subtropicais e temperados (figura 31); e a Estufa Fria, construída na década de 50 do século XX, que alberga plantas de ambientes sombrios e húmidos (Universidade de Coimbra, 2022).

Nos dois exemplos acima descritos existem também áreas de mata ou arboretos, que se constituem enquanto um dos elementos estruturantes dos jardins botânicos. Os arboretos são espaços designados ao cultivo de espécies de porte arbóreo e arbustivo. Estes possuem um desenho menos estruturado que o restante jardim, em que as espécies geralmente "vivem em competição livre e direta" (Santo, 2020, p. 100). Estes espaços, tal como os canteiros ou as estufas, podem ter tanto espécies autóctones como espécies exóticas, que, por sua vez, podem estar separadas em zonas especificamente dedicadas a cada uma destas tipologias ou podem ser plantadas em conjunto.

Atualmente os arboretos podem desempenhar um papel muito importante na sustentabilidade, relativamente à resiliência das espécies arbóreas às alterações climáticas sentidas, especialmente em ambientes urbanos mais densos. São nestes locais onde se podem observar quais as espécies que melhor se adequam ao espaço urbano, e, por conseguinte, quais as que podem ser utilizadas de modo a

melhorarem a qualidade de vida das pessoas que aí habitam. Estas melhorias através da introdução de determinadas espécies nos arruamentos ou jardins públicos, podem ser sentidas a nível da diminuição da temperatura sentida, no melhoramento da qualidade do ar, redução do Efeito de Venturi, entre tantos outros benefícios trazidos pela introdução de espécies botânicas em ambientes urbanos (Santo, 2020).

3.4.2.2. Estruturas associadas ao estudo botânico

Os jardins botânicos foram criados com o intuito de serem utilizados enquanto estruturas de ensino da botânica, inicialmente integrado no curso de Medicina. Com isto em mente, vão surgir no espaço do jardim várias estruturas anexas às próprias plantações que permitem o seu estudo, tal como edifícios universitários, herbários, laboratórios, museus e escolas a si associadas.

Os edifícios universitários ligados diretamente aos jardins botânicos possuíam geralmente ligação direta ao estudo da botânica, história natural, medicina, farmacêutica ou química. Em Portugal existem vários exemplos desta relação estreita entre a ciência e o jardim, que se espelha não apenas teoricamente como no espaço do jardim, que reflete a interligação entre o estudo científico e as coleções de plantas vivas, sendo um deles o Jardim Botânico de Coimbra (JBC) ou o Jardim Botânico de Lisboa (JBL).

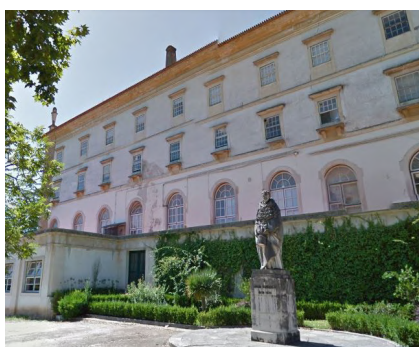


Figura 32- Museu de História Natural, Jardim Botânico de Coimbra, Coimbra. Fonte: Adaptado de Google Maps.

O Jardim Botânico de Coimbra situa-se nas imediações do Paço das Escolas da Universidade e possui ligação direta ao Edifício correspondente ao Departamento de Botânica, atual Museu de História Natural (figura 32). Desenhado e implementado durante a reforma pombalina, o jardim possuía o essencial ao ensino da medicina com canteiros lineares de buxo de continham no seu interior as ervas medicinais necessárias, sem “a ostentação de príncipes, ou de particulares” (Santo, 2020, p. 40). Foram posteriormente adicionadas outras estruturas necessárias, que acompanhavam o avanço tecnológico da medicina e botânica. Foi aqui, no Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, que Félix de Avelar Brotero publica a primeira flora portuguesa (Castel-Branco, Soares e Cunha, 2021, p. 20). O mesmo se sucede no Jardim Botânico de Lisboa, que foi inserido no Instituto Politécnico de Lisboa enquanto um elemento indispensável ao ensino da botânica. Neste caso, o jardim está anexo ao próprio edifício do instituto que é atualmente, tal como em Coimbra, o Museu de História Natural. Este jardim botânico possuiu também uma vertente de ensino da população, visto este estar aberto ao público desde 1837, que coincide com o ano da sua instauração (Santo, 2020).

Uma vertente também muito importante na comunidade científica da época de instauração dos

jardins botânicos históricos, que acompanhavam os estudos científicos era a ilustração científica. Esta, tanto a nível zoológico como botânico, acabava por se espelhar também no espaço do jardim botânico com espaços designados ao seu ensino, tal como o que aconteceu no Jardim Botânico da Ajuda, com a criação da Casa do Risco, que era uma escola de ilustração científica, "onde se formaram e trabalharam os riscadores (ilustradores) de História Natural, antecedentes dos ilustradores científicos de hoje, que acompanharam as viagens de exploração dos territórios do império colonial português, no Brasil e em África, extinguindo-se em 1830, na sequência das invasões francesas" (Grupo do Risco, 2020, p. 4)

Os herbários são coleções de espécimes de plantas secas prensadas guardadas em folhas de papel, possuem informação como o nome científico, o nome do colecionador, o local de recolha da planta e geralmente, algumas informações sobre a espécie. Estas coleções necessitam de um lugar onde possam ser armazenadas, catalogadas e consultadas sempre que necessário. Dado esta necessidade, foram construídas estruturas nos jardins botânicos que pudessem servir de apoio a esta conservação, tão importante até aos dias que correm (Petruzzello, 2018). Associados às universidades, estufas e herbários surgem também vários laboratórios científicos, como o que existia no Jardim Botânico da Ajuda, designado Laboratório de Química, que se localizava no antigo Palácio Conde de Óbidos (Santo, 2020).

A ligação do estudo universitário aos jardins botânicos denota-se no espaço, tanto com a proximidade às instituições de ensino como também através da sua evolução ao longo do tempo, com esta ligação a ser notória ainda na atualidade, tanto através da continua ligação dos estudos ao jardim botânico, tanto a nível universitário como de investigação, mas também com a transformação de espaços que perderam a sua utilidade inicial e que foram transformados em museus ou escolas de formação em jardinagem, por exemplo, que permitem a educação do público "não especialista" que visita o espaço.

3.5. Jardins e Parques Públicos

Consultar anexo VI - Manual de Visita de Jardins e Parques Públicos (Caso de Estudo: Palácio e Jardim do Morgado, Arruda dos Vinhos)

Para consulta da Ficha de Inventário do Palácio e Jardim do Morago visitar <https://www.jardinshistoricos.pt/ad/976>.

3.5.1. Definição

Os jardins e parques públicos são espaços arborizados destinados à utilização pública, sendo que podem não ter sido criados originalmente para esse fim. Esta é a categoria de jardim histórico mais recente quando comparada às restantes, o que significa que esta se constitui como a categoria de jardim

histórico com menor arco temporal desde a sua origem até à atualidade.

Estes espaços podem ter “diversos formatos e variam em escala, desde pequenos recreios arrancados aos exíguos espaços de bairros densamente povoados a parques de grandes dimensões como o Parque Eduardo VII” (Soares, 2021, p. 45). Assim, esta categoria de jardim histórico pode ser constituída por praças, largos, miradouros, jardins ou parques. A própria definição do que é considerado um jardim público é muito difusa, em que este pode ser, simultaneamente, uma praça, um miradouro, um parque termal ou até um jardim botânico (em que estes, devido às suas características específicas e génese são considerados uma categoria de jardim histórico por si só).

O espaço público desde tempos remotos é conhecido pelo Homem como um lugar de reunião. É referido por Spencer e Cross, que “o primeiro parque público da Roma Antiga abriu em 55 a.C, consistido por um *porticus (colonnade)* que envolvia a *nemus* (arvoredo sagrado) com alamedas de plátanos e um templo com um recinto dedicado à Deusa Venus” (Spencer e Cross, 2017, p. 88). No entanto, esta definição revela a descrição de um santuário (como explicado em maior detalhe no capítulo anterior), que consiste no templo (ou a capela, igreja, ermida); no recinto do templo (arraial) e no arvoredo sagrado (mata).

Esta relação entre o espaço público e o recreio nasce nos santuários como demonstra a definição anterior, em que o recreio e o espaço sagrado se interligam. Isto denota a importância que os santuários possuíam enquanto primeiros espaços públicos e enquanto lugares de celebração em comunidade. Os espaços exteriores associados aos santuários e, de forma semelhante, aos mosteiros e conventos, que possuíam um campo exterior à cerca dedicado às festas populares onde se reuniam fiéis em celebração, foram sendo difundidos para os rossios e praças enquanto espaços de recreio (Soares, 2021, p. 29).

Apesar da origem dos jardins e parques públicos estar enraizada nos santuários, a génese de um santuário é bastante distinta de um jardim ou parque público. O santuário surge enquanto um lugar sagrado, de proximidade ao transcendental por parte de comunidades que o visitam em peregrinação; o jardim ou parque público, por sua vez, surge enquanto lugar de recreio e bem-estar para toda a população que usufrui do espaço, não em visitas sazonais em massa, mas sim, como uma ocorrência contínua.

A evolução do espaço público, até à criação do primeiro jardim de utilização pública, é dada no interior da urbe, em que estes espaços se desenvolvem nos espaços vagos da malha urbana. A ocupação dos espaços vagos remonta à Idade Média, em que as cidades muralhadas detinham pouco espaço “livre”, o que significa que o espaço existente no seu interior era designado ao necessário, como habitação, serviços e defesa, sendo o espaço público apenas as áreas de circulação, o terreiro do mercado e os arraiais de festa. Foi com a expansão das cidades e com a destruição das muralhas que começaram a surgir alargamentos das ruas para os espaços vagos (largos) e praças, que possuem uma composição geralmente mais ordenada. É aqui, nas praças, onde se começam a desenhar os primeiros espaços de-

signadamente públicos e de utilização recreativa. A "*Piazza da Santissima Annunziata* em Florença com um mudança significativa onde se introduz uma área grande, de articulação com outras ruas, adornada com elementos como fontes e estátuas e arcadas, mas sem vegetação", ordenada em 1427, surge como a primeira praça para usufruto público (Soares, 2021, p. 19). Sendo esta implementada no período renascentista, em que a geometrização da natureza, já imposta nos jardins privados e nas *villae* italianas enquanto imposição do Homem sobre a Natureza, foi transposta para o ordenamento da cidade, através das praças e eixos que se criam nas suas ligações. Esta tipologia geométrica da cidade e do espaço público manteve-se até finais do séc. XVIII, com a influência de André Le Nôtre e dos grandes jardins privados que desenhou, e que foram modelos influenciadores de toda a Europa (Soares, 2021).

No século XVIII, em Inglaterra, começa a surgir um novo paradigma em como a Natureza e a relação do Homem com esta é vista. "A Escola Paisagista Inglesa é um marco histórico, porque assinala o momento em que, pela primeira vez no mundo ocidental, os jardins eruditos substituem um traçado geométrico por um traçado orgânico". Esta substituição é influenciada pela pintura idealizada, materializada por pintores como Claude Lorrain (1600-1682) ou Nicolas Poussin (1594-1665); pela comunicação com o Oriente, em que o respeito pela natureza é intrínseco a essas cultura e pelo retorno ao conceito de *Genius Loci* (Azambuja, 2010, p. 63). Assim, o jardim passa a absorver em si as características da paisagem, como a irregularidade do terreno, a vegetação ou a fauna que surge naturalmente. São criados espaços de clareira e de vegetação mais densa, com jogos de luz (claro/escuro), pontos de vista e inclusão de elementos construídos e elementos escultóricos no meio da vegetação aparentemente "natural" (Soares, 2021, p. 20). Esta tipologia de jardins ou parques privados, que surgem nas grandes propriedades inglesas, são rapidamente adaptados ao espaço público e implementados na cidade.

As "praças ajardinadas" surgem três séculos após a criação da primeira praça pública, e têm influência dos "*squares*" ingleses, de caráter inicialmente privado, que eram formados nos centros dos vários bairros da cidade. Esta tipologia de espaço verde privado, utilizado apenas pelos habitantes do bairro, foi traduzido para o espaço público, com a criação de praças ajardinadas, gradeadas e que eram fechadas durante a noite, para evitar vandalismos. Esta inovação no espaço público foi trazida até Paris, por Napoleão III, que com o contributo de Haussmann e do seu plano para a cidade implementou 24 praças ajardinadas. Todas com gradeamentos em ferro e mobiliário urbano uniformizado, como "os quiosques, as portarias, os bebedouros, as casas de jardinagem. Assiste-se à standardização do mobiliário urbano com modelos de bancos públicos, candeeiros, grelhas/grades" (Soares, 2021, p. 22).

Em Portugal, durante a Reforma Pombalina, após o terramoto de 1755, surge o primeiro "jardim desenhado para o público, o Passeio Público, espaço gradeado e de acesso restrito, mas representando o primeiro espaço projetado e arborizado" em 1764. Este segue as regras iluministas da época, com um

desenho fortemente formalizado, geométrico, adornado com fontes, bancos e vegetação (Soares, 2021, p. 21). O Passeio Público foi o primeiro parque da Europa desenhado e construído intencionalmente para usufruto público, no entanto, a entrada neste espaço era paga, o que fazia com que só pudesse ser usufruído pelas classes mais altas da sociedade (Rodrigues, 2017).

A criação de jardins e parques na cidade surge, primeiramente em Inglaterra, com os modelos existentes nas grandes propriedades a serem moldadas à cidade enquanto espaços públicos. O primeiro parque público surge em Liverpool, com a abertura do Parque de Birkenhead, que serviu como modelo de parques como o Regent's Park e o Central Park, desenhado por Frederick Law Olmsted em Nova Iorque (Castel-Branco, Soares e Cunha, 2021). A rápida instalação de jardins e parques públicos e a criação do primeiro corredor verde em Boston foram impulsionados devido às medidas higienistas que eram implementadas em grandes cidades aquando da Revolução Industrial. Foi um período de êxodo rural da população, que fez com que o número de habitantes nas grandes cidades aumentasse exponencialmente, trazendo graves problemas de insalubridade e saneamento para as cidades.

A instalação de jardins na cidade, aliados aos arruamentos, praças e largos arborizados, aumentou a qualidade de vida e o bem-estar daqueles que tinham perdido ou que continuavam a perder "qualquer contacto com a vida no campo e com a natureza", o que trouxe um despertar de consciência da população para a importância do espaço verde urbano enquanto um local de recreio, contemplação e passeio (Rodrigues, 2017, p. 31). Estes começam então a surgir englobados na malha urbana, com recurso a espaços vagos, mas também espaços que perderam a sua função e que poderiam ser utilizados na conceção de jardins ou parques públicos, como são o caso das cercas conventuais (Soares, 2021). Estas perdem as suas funções aquando da extinção das ordens religiosas em 1834, o que leva a que muitas destas se tornem espaços verdes inutilizados no interior das urbes, em que "espaço verde" é tido como o interior da cerca conventual, dotado de jardins, áreas de cultivo e matas. Consequentemente, existem vários jardins que são implementados em antigas cercas conventuais, como é exemplo o Jardim da Estrela em Lisboa (inaugurado em 1853) ou o Jardim da Carreira em Vila Real (construído em 1872). O mesmo se sucede com quintas de recreio, que através de expropriações e compras por parte de vários municípios são convertidas em espaço público, muitas vezes garantindo que o traçado original se mantenha, como é o caso do Parque Monteiro-Mor, em Lisboa, ou o Jardim do Morgado, em Arruda dos Vinhos, que será apresentado como exemplo desta categoria de jardim histórico.

Já na segunda metade do século XIX, início do século XX, com a expansão de cidades como Lisboa e Porto, houve a necessidade do seu ordenamento e melhoramento, através da continua introdução de espécies de plantas, tanto nos arruamentos, largos, praças e novos bairros a serem construídos, e também nos sucessivos jardins e parques que vão continuando a surgir (Rodrigues, 2017; Soares, 2021).

Em 1942, deu-se a fundação do curso livre de Arquitetura Paisagista em Portugal, por Francisco Caldeira Cabral (1908-1992), após este ter completado os estudos nesta mesma área em Berlim (Camara, 2021). Este formou a primeira geração de arquitetos paisagistas em Portugal, que vieram a integrar os quadros da Câmara Municipal de Lisboa em 1947. Eram estes: "Azevedo Coutinho (1948), Ribeiro Telles (1950), Edgar Fontes (1953) e mais tarde entram Álvaro Dentinho (1957) e Sousa da Câmara (1961)" (Soares, 2021, p. 22). O início da formação de profissionais da arte dos jardins e a sua atividade na sociedade portuguesa marca o início da alteração do espaço público de forma significativa para os jardins e parques públicos em Portugal, através das soluções modernistas encontradas para os novos espaços desenhados para as cidades, de encontro ao que se realizava a nível internacional (Camara, 2021).

Após esta breve análise da evolução do espaço público, desde os arraias dos santuários aos grandes parques desenhados para a utilização pública, denota-se uma variedade de espaços com origens muito distintas, mas que têm em comum a componente social, sendo este o fator diferenciador desta categoria de jardim histórico: o recreio público. Assim, um jardim ou parque público, que pode ter as mais variadas formas, surge como um lugar de lazer e autorrecreação, dotado de vegetação, equipamentos, mobiliário urbano e serviços, que aumentam o bem-estar e conforto da população que visita o espaço.

Os jardins e parques públicos, por serem espaços tão ambíguos podem ter as mais variadas formas, no entanto, é possível distinguir vários espaços no interior dos mesmos, apesar das suas várias componentes estarem intimamente ligados e os seus limites serem, por vezes, muito difusos. Desta forma, os jardins e parques públicos possuem espaços estruturantes, que podem ser categorizados em: espaços de estadia e permanência; caminhos e percursos estabelecidos e equipamentos de apoio.

3.5.2. Componente espacial (elementos estruturantes)

3.5.2.1. Espaços de recreio passivo

Os espaços de estadia e permanência são geralmente espaços mais amplos no interior dos jardins que providenciam de forma inconsciente as condições necessárias ao visitante de permanecer em determinado local do jardim. Questões de psicologia ambiental foram também sendo cada vez mais estudadas e aplicadas diretamente ao jardim público, que tem em consideração as necessidades humanas no que se refere ao seu contacto com a natureza num ambiente urbano.

Os espaços de permanência, que são desenhados especialmente para o conforto do visitante no local, de modo a "convidá-lo" a permanecer no mesmo. Este convite é feito a partir do ambiente criado, com recurso à modelação do terreno, espécies incorporadas, elementos de água ou a proteção con-



Figura 33- Relvado e mobiliário urbano como espaço de permanência, Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. Fonte: Associação Portuguesa dos Jardins Históricos [em linha]. Disponível em: <https://www.jardinhistoricos.pt/ad/687>

tra o vento. Desta forma as características ambientais, como a luz, temperatura do ar e o vento são manipuladas de modo a criarem lugares mais amenos. Estes espaços são geralmente mais amplos, que permitem a entrada de luz, que é filtrada pela vegetação de porte arbóreo e que cria sombra, fazendo destes espaços agradáveis locais nos dias de maior calor. Os espaços de permanência podem ser superfícies relvadas, largos criados entre os caminhos estabelecidos, clareiras entre espaços de vegetação mais densa ou anfiteatros, por exemplo (figura 33).

No espaço de permanência tem-se também em atenção a própria proporção do espaço aberto, evitando que este provoque qualquer tipo de sensação de agorafobia. Este sentimento de proteção é criado através do entendimento da escala humana, tanto do que é percecionado pela pessoa através do olhar como também pela sensação de segurança, com a criação de, por exemplo, orlas arbustivas em redor destes espaços mais amplos. Um exemplo deste tipo de intervenção na criação de paisagens urbanas é o Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian em Lisboa, com a criação de espaços amplos, como o anfiteatro ou em redor do lago com um relvado que termina em orlas arbustivas, que criam um ambiente simultaneamente aberto e intimista, e conseqüentemente, de conforto (Camara, 2021). São também espaços dotados de mobiliário urbano, como bancos, que podem ser acompanhados de mesas, bebedouros, fontes e tanques e serviços junto a estes, como cafés, restaurantes ou bibliotecas.

3.5.2.2. Caminhos e percursos estabelecidos

Este elemento estruturante delimita a utilização do jardim ou parque público ao passeio. São estruturas em rede que ligam os vários pontos de interesse no interior do jardim e, por vezes, ligam também pontos diferentes da cidade em que estão inseridos.

Podem ser desenhados formalmente e aplicados no espaço, com a sua diferenciação a ser feita a nível do pavimento escolhido ou através de bordaduras de espécies, geralmente herbáceas ou arbustivas (figura 34). Os caminhos também podem surgir a partir da própria utilização das pessoas do espaço, em que estes caminhos são designados por "desire paths". Estes aparecem no espaço de forma espontânea, com a passagem contínua de pessoas no mesmo local, criando erosão do solo e conseqüentemente, um caminho.

Quando desenhados formalmente, e como foi referido, podem ser delimitados por bordaduras de

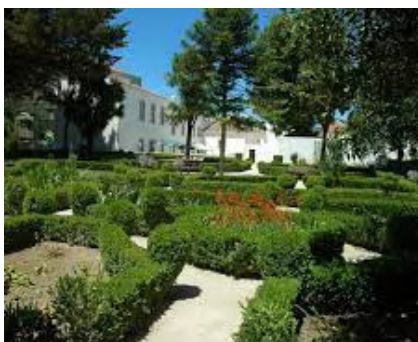


Figura 34- Caminhos estabelecidos entre bordaduras de buxo, Jardim do Morgado, Arruda dos Vinhos. Fonte: Guia da Cidade [em linha]. Disponível em: <https://www.guiadacidade.pt/en/destino/poigf/21196>

espécies herbáceas ou arbustivas, que marcam estas ligações no interior do jardim ou parque público. No entanto, podem também possuir um carácter mais marcado visualmente através da implementação de alamedas. As alamedas, por si só, podem-se constituir como um elemento estruturante do jardim ou parque público pela sua importância visual, no entanto, estas surgem na sua maioria enquanto um elemento associado aos caminhos (quando enquadrados num jardim ou parque público, pois podem surgir como elementos singulares na cidade). São elementos pontuais do jardim, que podem marcar áreas de maior grandiosidade, como

por exemplo a entrada ou o caminho de maior proeminência do espaço (pode ser um eixo estruturante ou não). É exemplo disto o Parque Manuel Braga, em Coimbra, ou o Parque Termal das Termas da Curia, na Anadia.

3.5.2.3. Equipamentos de apoio

Os equipamentos de apoio ao jardim ou parque público podem ser muito diversificados, desde pequenos quiosques a imponentes edifícios associados a termas. Estes servem, tal como o nome indica, para dar apoio a qualquer atividade de lazer ou bem-estar que se desenvolva no jardim público.

Estes podem ser colocados no local em vários âmbitos, ou seja, podem suprir necessidades em relação ao desporto, através de campos de jogos; em relação a serviços, como restaurantes, cafés, casas de banho públicas ou em relação a atividades de bem-estar mais específicas, como é o caso das termas inseridas em parques (parques termais, que serão discutidos de seguida).



Figura 35 - Quiosque em ferro, Jardim da Estrela, Lisboa. Fonte: Lisboa Cool [em linha]. Disponível em: <https://lisboacool.com/visitar/jardim-estrela-convite-brilhante-para-relaxar>

Nos jardins em ambientes urbanos, como o Jardim da Estrela, Lisboa, denota-se uma preocupação com o bem-estar da população, não apenas no desenho do jardim através da criação de áreas de descanso como também nos serviços direcionados à comunidade em torno do jardim. É exemplo disto o quiosque em ferro existente no centro do jardim (figura 35), que se constitui como um dos elementos influenciados dos jardins construídos em França (com o mobiliário urbano uniformizado), mas também a primeira escolar implementada num edifício junto a um dos limites do mesmo. Este “jardim d’infância” não só ajudou a comunidade

em redor do jardim através da educação das crianças num ambiente naturalizado no interior da cidade, mas também ajudou na preservação social do mesmo. Com isto quer-se dizer que esta relação simbiótica entre o jardim e a comunidade, fez com que existisse uma melhoria da qualidade de vida da comunidade e esta, por sua vez, fez com que o jardim persistisse no tempo através da sua utilização contínua ao longo dos seus 160 anos de história (Rodrigues, 2017). Esta aptidão de congregação da população no jardim é um fator decisivo para o seu sucesso a longo prazo e para que se preserve ao longo do tempo. Um jardim ou parque público sem utilização da comunidade e que por algum motivo perde a intenção inicial da sua construção, acaba por perder também o seu propósito.



Figura 36 - Fonte termal, Termas dos Cucos, Torres Vedras. Fonte: Autora.

Os parques termais são parques públicos com características mais específicas, não no que concerne à sua utilização pública ou aos elementos estruturantes descritos anteriormente (espaços de estadia e caminhos e percursos estabelecidos) mas sim no tipo de serviços prestados à comunidade nestes espaços (figura 36). Como refere Pedro Cantista, "a utilização das águas termais no território português é pois muito anterior à fundação da nacionalidade. Povoados construídos nas imediações de fontes ou de nascentes termais tomaram a designação de "caldas", "caldelas", "termas" ou simplesmente "banhos", de acordo com o período histórico em que tal designação se estabeleceu". Estas nascentes termais foram desenvolvidas especialmente no período romano, em que houve a associação do lazer à saúde, que se manteve até aos dias de hoje (Cantista, 2010). A utilização destes espaços termais sofreu uma quebra devido à oposição da Igreja Católica aquando da "criação da nação portuguesa", mas que foi sendo revertida com a contínua utilização das águas. Já no século XV, a Rainha D. Leonor cria a primeira estância termal nas Caldas da Rainha, o que inicia um novo período da história do termalismo em Portugal: a criação de estância balneares.

Esta evolução demonstra que, tal como os santuários, existe uma evolução temporal muito grande que é mantida através da utilização contínua do lugar, e do aumento de visitantes ao mesmo. No caso das termas esta evolução surge desde a utilização celta e romana das propriedades terapêuticas das águas, a criação de fontes nos locais de emergência das mesmas, até à criação de estâncias termais e dos parques a si associados enquanto lugares de bem-estar, saúde e lazer (Cantista, 2010).

Esta breve explicação demonstra que os serviços existentes aos jardins e parques públicos estão diretamente associados às atividades de recreio e lazer que nelas se operam, pelo que estes também se constituem como um dos elementos de caracterização do espaço público.

CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os jardins históricos, enquanto transmissores de conhecimento e cultura, devem ser preservados por meio do seu conhecimento, da sua visita e de instrumentos legais. Em Portugal permanecem sem proteção legal específica apesar de serem considerados um património singular, que é arte e natureza em simultâneo. Estes encontram-se protegidos através da Carta de Florença de 1982, mais tarde reforçada pela Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural. Estes instrumentos de proteção permitem a continuidade do património dos jardins históricos, não sendo, no entanto, suficientes para que o jardim histórico prevaleça no tempo.

Neste sentido de proteção, torna-se importante a existência de entidades como a AJH, que têm como foco esta mesma missão, que pode ser atingida por vários meios, sendo um deles a criação de uma estrutura em rede, que permite o conhecimento do nosso património histórico-paisagístico, onde este se encontra no território e que estado de conservação apresenta. Esta rede permite também a criação do produto turístico de jardins históricos, até então praticamente inexistente em Portugal. O turismo, que deve ser sustentável a nível social, económico e ambiental, fomenta no jardim histórico uma dinâmica que ajuda à sua preservação. Esta gestão sustentável do jardim deve ter principalmente em conta a preservação da sua fábrica, nunca expondo o jardim a elevada pressão turística.

O conhecimento dos jardins históricos, torna-se um dos elementos mais relevantes na sua proteção, em que um jardim conhecido e visitado é um jardim preservado. Assim, redes turísticas como a RJHP criada pela AJH, em colaboração com o Turismo de Portugal e Município de Lisboa, primeiramente no âmbito do Programa Valorizar e posteriormente no âmbito da Lisboa Capital Verde Europeia 2020, têm um impacto valioso na proteção dos jardins históricos. Primeiramente, existe a inventariação dos vários jardins históricos, dando conhecimento às entidades da localização e estado de conservação dos mesmos e, em segundo lugar, dá visibilidade a estes jardins, em que os proprietários ou entidades gerentes podem beneficiar de uma plataforma para expor o seu património e "chamar" visitantes de modo a potenciar os seus jardins enquanto produtos turísticos. Este tipo de redes de jardins históricos, já há muito implementadas em países como o Reino Unido, demonstram a sua eficácia na preservação dos jardins históricos, e consequentemente, na preservação do conhecimento e cultura do seu território.

A forma como a rede foi estruturada, em várias Rotas Turísticas de Jardins Históricos, e com a categorização dos jardins históricos segundo cinco categorias (Cercas Conventuais, Santuários, Quintas de Recreio, Jardins Botânicos e Jardins e Parques Públicos), permite que o turista tenha a possibilidade de planejar a sua visita por área territorial (por exemplo, visitar os jardins da Rota do Litoral Centro) ou

segundo viagens temáticas (por exemplo, visitação de Santuários ou Quintas de Recreio). Esta diferenciação no produto turístico apresentado ao visitante, representa um fator essencial no panorama do turismo mundial. Anteriormente regido pelo turismo de massas é atualmente um turismo segmentado segundo as ambições do turista, que procura cada vez mais a experiência turística cultural, conjugada com uma experiência visual marcante (*imagescape*), em que o turismo de jardins tem um lugar de destaque.

Na visita de jardins, além das condições de visita serem importantes para o conforto do turista, que melhoram toda a experiência turística, a autenticidade do jardim tem um papel fundamental. Esta, em conjugação com a disponibilização de informação técnica (que permite o planeamento prévio da visita), de serviços no espaço e de várias modalidades de visitação (guiada, não guiada ou *ex situ*), tornam a visita turística uma experiência positiva e marcante na vida do turista. No sentido das várias modalidades de visitação, torna-se também relevante o papel do guia-intérprete. Este tem um papel fundamental na visita dos jardins, em que se constitui como o elemento de ligação entre o visitante e o ambiente em que se insere, através da significação cultural. De modo a dar significação cultural ao jardim é necessário ter formação adequada nesse sentido, em que deve conhecer os elementos técnicos de jardim, como os seus horários e percursos, a história associada ao mesmo e os seus elementos físicos (culturais e naturais), que se diferenciam tendo em conta as categorias de jardins históricos.

Com base na necessidade de sistematizar e diferenciar as características inerentes a cada uma das cinco categorias de jardins históricos, foram estruturados cinco manuais de visita, que acolhem os seus elementos estruturantes. As cercas conventuais possuem cinco elementos estruturantes: Campo do Mosteiro; Muro da cerca; Mosteiro e igreja; Claustro; Áreas de cultivo e mata. Os santuários são constituídos por: Igreja, capela ou ermida; Arraial e quartel dos peregrinos. As quintas de recreio são construídas por: Pátio de Recebimento ou Terreiro; Casa senhorial; Horto de recreio ou jardim formal; Horta ou Pomar e mata. Os jardins Botânicos são constituídos por: Áreas de sistematização de coleções botânicas e estruturas de apoio ao estudo botânico. Por último, os Jardins e Parques Públicos, que são constituídos por: Áreas de estadia ou permanência; Caminhos e percursos estabelecidos e equipamentos de apoio.

Com esta dissertação é pretendido que a informação aqui sistematizada seja utilizada para uma visita mais informada e clara das várias categorias de jardins históricos incluídos nas Rotas dos Jardins Históricos de Portugal, criada pela AJH. Os cinco manuais de visita criados a partir de uma estrutura de leitura e comunicação comum a todas as categorias, acolhem simultaneamente as singularidades de cada uma delas. É assim esperado que estes manuais, desenhados a pensar no guia-intérprete, alvo primário desta dissertação, sejam utilizados de modo a que este tenha a informação-base adequada de cada categoria e dos seus elementos, e aplique esse conhecimento ao jardim histórico que pretende dar a conhecer ao visitante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Thamyris Carvalho - *A experiência das visitas guiadas e autoguiadas: Um ensaio interpretativo pelo Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros*. Dissertação de mestrado em Turismo apresentada ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília. Brasília: s.n., 2014.

ARAÚJO, Ilídio Alves De - *Arte Paisagista e Arte dos Jardins em Portugal*. Centro de Estudos de Urbanismo, Lisboa: Direção Geral dos Serviços de Urbanização, 1962.

ARAÚJO, Ilídio Alves De - *Quintas de Recreio (Breve introdução ao estudo, com especial consideração das que em Portugal foram ordenadas durante o século XVIII)*. Revista Bracara Augusta. XXVII:63 (1973) pp. 3–14.

ASSEICEIRO, José F. M. - *Ordens Militares e Religiosas de Portugal. A Ordem dos Cónegos Regrantes*, 1994. Disponível em WWW:<URL:https://arquivos.rtp.pt/conteudos/a-ordem-de-cristo/>.

ASSEICEIRO, José F. M. - *Ordens Militares e Religiosas de Portugal. A ação das Ordens*, 1994. Disponível em WWW:<URL:https://arquivos.rtp.pt/conteudos/a-ordem-de-cristo/>.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS JARDINS HISTÓRICOS - *Estatutos da AJH - Associação Portuguesa dos Jardins Históricos*, 2003.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS JARDINS HISTÓRICOS - *Manifesto pela Salvaguarda dos Jardins Históricos de Portugal*, 2017.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS JARDINS HISTÓRICOS - *Associação* [Em linha]. [2019]. [Consult. 15 jan. 2022]. Disponível em WWW:<URL:https://www.jardinhistoricos.pt/page/association>.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS JARDINS HISTÓRICOS - *Inventário dos Jardins Históricos de Portugal*, 2020.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS JARDINS HISTÓRICOS - *Jardins Históricos de Portugal - Memória e Futuro*. ISBN 978-972-8543-59-4.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS JARDINS HISTÓRICOS (1) - *Regulamento de Atribuição do Selo de Qualidade aos Jardins Históricos de Portugal*, 2020.

AZAMBUJA, Sónia Talhé - *A linguagem simbólica da natureza: a flora e a fauna na pintura seicentista portuguesa*. Lisboa: Nova Vega, 2009. ISBN 978-972-699-921-8.

AZAMBUJA, Sónia Talhé - *Plantas, animais e paisagem: Da Iconografia à Iconologia na Pintura dos Séculos XV e XVI em Portugal*. Lisboa: Scribe, 2021. ISBN 978-989-8410-90-0.

BENFIELD, Richard - *Garden Tourism*. [S.l.]: CABI, 2013. ISBN 978-1-78064-195-9.

BENTON, Seeley - *Stowe: a description of the house and gardens of the most noble and puissant prince, George Grenville Nugent Temple, Marquis of Buckingham, Earl Temple, Viscount and Baron Co-*

ham. Londres: Buckingham: Printed and sold by B. Seeley : Sold also by G.G.J. and J. Robinson, Paternoster Row, London : And T. Hodgkinson, at the New Inn at Stowe, 1788. Disponível em WWW:<URL:https://archive.org/details/stowedescription00seel/page/2/mode/2up?q=tour>.

BONESIO, Luísa - *Elogio da conservação – manter e tutelar*. In *Filosofia da paisagem: uma antologia*. Coleção Aesthetica. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2011.

BRITO, Luís Miguel - *O Guia-Intérprete: Mediador Intercultural*. Revista Turismo e Desenvolvimento. nº 10 (2008) pp. 67–84.

BRUNDTLAND, G. - *Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future*. Assembleia Geral das Nações Unidas, 1987.

CABRAL, Francisco Caldeira - "Jardim". In AA. VV. - *Verbo: Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. 1.ª ed. Lisboa: Editorial Verbo, 1963, Vol. 11, pp. 408-413.

CABRAL, Francisco Caldeira - *Elementos Tradicionais do Jardim Português*. In *Fundamentos da Arquitetura Paisagista*. 1ª ed. Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza, 1993, p. 87.

Turismo de Portugal - *Estratégia Turismo 2027 - Liderar o Turismo do Futuro*. 2017.

CAMARA, Teresa Bettencourt Da - *Espaço público de Lisboa. Plano, projeto e obra da primeira geração de arquitetos paisagistas (1950-1970)*. 1a ed. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2021. ISBN 978-989-53143-6-2.

CANTISTA, António Pedro Pinto - *O termalismo em Portugal*. In *Anales de Hidrologia Médica*, nº3 (2010), pp. 79–107.

CARAPINHA, Aurora - *Da Essência do Jardim Português*. Tese de Doutoramento em Arquitetura Paisagista e Arte dos Jardins apresentada à Universidade de Évora. Évora: s.n., 1995.

CARITA, Helder - *Das Águas-Furtadas à Estrebarias: Zonas de serviços na casa senhorial entre os séculos XV e XVIII*. In *Anais do II Colóquio Internacional Casa Senhorial: anatomia de interiores*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. ago. 2015. ISBN 978-85-7004-347-4, pp. 12-33.

CARITA, Helder - *Paço, Solar, Sobrado, Palácio e Palacete: Nomenclaturas da casa senhorial da idade média ao século XIX*. In SANTOS, Amanda Basílio; AIRES, Anderson Pires; SANTOS, Carlos Alberto Ávila - *IV Colóquio Internacional A Casa Senhorial: anatomia dos interiores*. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, Brasil, 2017. ISBN 978-85-93548-04-8, pp. 243-259.

CARITA, Helder - *Casa de Pátio de recebimento: Uma tipologia de casa nobre dos séculos XVI e XVII*. In *Actas do 5o Congresso Internacional Casa Nobre - Um património pra o futuro*. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2020. ISBN 978-972-9136-87-0, pp. 785-799.

CASTEL-BRANCO, Cristina - *Jardins com História. Poesia Atrás de Muros*. Lisboa: Inapa, 2002. ISBN 978-972-797-032-2.

CASTEL-BRANCO, Cristina [dir.] - *A Água nos jardins portugueses*. Lisboa: SCRIBE - Produções Culturais Lda., 2010. ISBN 978-989-8410-08-5.

CASTEL-BRANCO, Cristina - *A Índia nos jardins portugueses*. Lisboa: Verbo, 2017. ISBN 978-972-22-3173-2.

CASTEL-BRANCO, Cristina; SOARES, Ana Luísa; CUNHA, Ana Raquel - *Evolução histórica dos jardins e espaços públicos de Lisboa*. In SOARES, Ana Luísa (coord. ed.) - *O arvoredado, os jardins e parques públicos de Lisboa (1755 - 1965) - três séculos de património histórico, paisagístico e cultural*. 1ª edição. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2021, pp. 19-26.

CATHOLIC CHURCH - *Código de direito canónico*: promulgado por S.S. o Papa João Paulo II : versão portuguesa. Lisboa, Braga: Conferência Episcopal Portuguesa, Editorial Apostolado da Oração, 1995. ISBN 978-972-39-0098-9.

COMITÉ DO PATRIMÓNIO MUNDIAL - *Orientações Técnicas para a Aplicação da Convenção Mundial do Património Mundial*. Centro do Património Mundial da UNESCO, 2012.

CUNHA, Mário - *Organização do Espaço rural: As Cercas conventuais, a horta e as quintas de recreio*. [s.n.], 2017.

DICIONÁRIO PRIBERAM - Peregrino [Em linha], atual. 2021. 2008. [Consult. 10 jun. 2021]. Disponível em WWW:<URL:https://dicionario.priberam.org/peregrino>.

FONTES, João Luís - *Da vida retirada: permanências e transformações nas formas de vida religiosa medievais*. In Conferência Jardins Históricos de Portugal - *Das cercas conventuais às quintas de recreio: Os primórdios da arte dos jardins em Portugal ou a invenção do jardim português*, 2020.

FRANCO, José Eduardo - *Das Ordens às Congregações Religiosas: Metamorfoses da vida consagrada católica (uma perspectiva histórica)*. Boletim do Núcleo Cultural da Horta. nº 16 (2007), pp. 255-269.

FRANCO, José Eduardo; MOURÃO, José Augusto; ALVES, Susana Mourato (dir.) - *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições afins em Portugal*. 1ª edição. Lisboa: Gradiva Publicações, S.A, 2010. ISBN 978-989-616-396-3.

FREIRE, Vera Luísa Lemos - *A Estufa Principal do Jardim Botânico Tropical*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura Paisagista apresentada ao Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa. Lisboa: s.n., 2019.

GLÓRIA, Ana Celeste - *A casa nobre no século XVIII, formas artísticas e arquitetónicas no Douro Superior*. In CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ - *Actas do 4o Congresso Internacional Casa Nobre - Um património para o futuro*. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, nov. 2017. ISBN 978-972-9136-83-2, pp. 842-859.

GOMES, Saul António - *Três ensaios de história monástica medieval portuguesa*. Revista de História da Sociedade e da Cultura. ISSN 1645-2259, 2183-8615. nº 8 (2008), pp. 45–95.

GRUPO DO RISCO - *Exposição Grupo do Risco. Expedições a espaços naturais (2007-2019)*, 2020. Disponível em WWW:<URL: <https://www.museus.ulisboa.pt/pt-pt/grupo-do-risco>>.

HERNÁNDEZ-BERMEJO, Esteban - *Jardines Botánicos: Un valor en alza*. Asociación Iberomacro-nésica de Jardines Botánicos. Sección española, 2004.

ICOMOS AUSTRÁLIA - *Carta de Burra*, 1999. Disponível em WWW:<URL: <https://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-de-burra.pdf>>.

ICOMOS IFLA - *Carta de Florença*, 1982. Disponível em WWW:<URL: <http://hdl.handle.net/10437/3726>>.

ICOMOS; UNESCO; ICCROM - *Documento de Nara sobre a Autenticidade do Património Cultural*, 1994. Disponível em WWW:<URL: <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/35%20Documento%20de%20Nara%20sobre%20autenticidade%201994.pdf>>.

LINO, Rita Maria Pimentel - *A influência de André Le Nôtre em Portugal. Caso de Estudo - Jardins da Quinta do Marquês de Pombal, Oeiras*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura Paisagista apresentada ao Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa. Lisboa: s.n., 2014.

MACHADO, José Pedro (Dir.) - *Grande dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1991. ISBN 972-42-0374-3.

MARADO, Catarina Almeida - *A cidade, os conventos e as suas hortas*. In QUEIROZ, Jorge (dir.) - *A cidade e os muros rurais. Tavira e as sociedades agrárias*. Tavira: Câmara Municipal de Tavira, 2010. ISBN 978-972-8705-38-1, pp. 106–117.

MARADO, Catarina Almeida - *Arquitetura mendicante e cidade medieval: a formação e os impactos dos sistemas urbanísticos conventuais em Portugal (séc. XIII-XV)*. 1. edição. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018. ISBN 978-989-26-1518-9.

MARTINS, Ana Maria Tavares Ferreira - *Espaço monástico: da Cidade de Deus à Cidade do Homem*. In CONDE, ANTÓNIA FIALHO; MAGALHÃES, OLGA; GOUVEIA, ANTÓNIO CAMÕES (Eds.) - *O Claustro e o Século: Espaços, Fronteiras e Identidades*. Publicações do Cidehus, 2020. ISBN 979-10-365-5792-7. pp. 85–108.

MATTOSO, José - *O monaquismo ibérico e Cluny*. Em RAU, VIRGÍNIA (Ed.) - *Do Tempo e da História (II)*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura. Centro de Estudos Históricos, 1968. pp. 79–95.

COMISSÃO EUROPEIA - *Memorandum on the European Green Capital title*. [Em linha], atual. 2011. [Consult. 8 jan. 2021]. Disponível em WWW:<URL: <https://ec.europa.eu/environment/europeangreencapital/wp-content/uploads/2011/06/Tallin-Memorandum.pdf>>.

MENSAH, Justice - *Sustainable development: Meaning, history, principles, pillars, and implications for human action: Literature review*. Cogent Social Sciences. ISSN 2331-1886. Vol. 5, nº 1 (2019). Doi: 10.1080/23311886.2019.1653531.

MERENDEIRO, Maria Cristina Ferreira Perestrelo E - *O guia intérprete: Perspectivas e papel na dinamização turística do património cultural na Alta de Coimbra*. Dissertação de Mestrado em Lazer, Património e Desenvolvimento apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra: s.n., 2017.

MILHEIRO, Eva; MELO, Carla - *O Grand Tour e o advento do turismo moderno*. Aprender, nº 30 (dezembro de 2005). ISSN 0871-1267, pp. 114–118.

MORGADO, Duarte Nuno Ferreira Madaleno - *Cister: espiritualidade, estética e teologia na arquitectura cisterciense*. Dissertação em Teologia apresentado à Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa: s.n., 2012.

PEREIRA, Paulo (dir.) - *História da arte portuguesa*. 1ª edição. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995. ISBN 978-972-42-1143-5.

PETRUZZELLO, Melissa - *Herbarium* [Em linha], atual. 2018. [Consult. 5 jan. 2022]. Disponível em WWW:<URL:https://www.britannica.com/science/herbarium-botany>..

PORTELA, Miguel - *Uma Arquitetura para a Oração: Os Claustros dos Conventos dos Carmelitas Descalços em Portugal (Séculos XVI-XVII)*. In TEIXEIRA, JOAQUIM (Ed.) - *A reforma Teresiana em Portugal: Congresso Internacional*, 2015. ISBN 978-972-640-156-8, pp. 183–199.

REIS, Paulo Bruno F. V. Martins Dos - *A influência da Ordem de Cluny na Formação do Reino de Portugal: O Legado Político, Social e Cultural*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: s.n., 2015

RIBEIRO, Carla Marques - *Jardins Históricos Portugueses: Conceção e Enquadramento Jurídico para a sua Gestão e Valorização*. Genius Loci - Lugares e Significados, Place and Meanings, vol. 3 (2016). pp. 117–127.

RIBEIRO, Orlando - *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Coleção Universitas. Coimbra: Coimbra Editora, 1945.

ROBINSON, Mike - *O turismo cultural europeu e os jardins históricos*. In SOARES, Ana Luísa (coord. ed.) - *O arvoredo, os jardins e parques públicos de Lisboa (1755 - 1965) - três séculos de património histórico, paisagístico e cultural*. 1ª Edição. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2021, pp. 35-38.

ROCHA, Manuel Joaquim Moreira Da - *Construção de Capelas pela Irmandade dos Senhor dos Passos - Uma Via Crucis no Espaço Urbano*. Revista Poligrafia, nº1 (1992), pp.65–85.

RODRIGUES, Ana Duarte - *Exemplos de decorum: De rerum natura nos jardins barrocos portugue-*

ses. Revista de História da Arte. ISSN 1646-1762. nº 3 (2007), pp. 152–181.

RODRIGUES, Ana Duarte - *Elites, estratégias e especificidades da encomenda de escultura de jardim em Portugal (1670-1800)*. *Análise Social*. ISSN 2182-2999. Vol. XLVIII, nº 207 (2013), pp. 369–394.

RODRIGUES, Ana Duarte - *Gardens and tourism - For and beyond economic profit*. Évora: Centro de História da Arte e Investigação Artística da Universidade de Évora e Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia, 2015. ISBN 978-989-99083-5-2.

RODRIGUES, Ana Duarte - *Horticultura para todos. Estudos*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal: Junta de Freguesia de Alvalade, 2017. ISBN 978-972-565-605-1.

ROSENDAHL, Zeny - *Os caminhos da construção teórica: ratificando e exemplificando as relações entre espaço e religião*. In CORRÊA, ROBERTO LOBATO; ROSENDAHL, ZENY; UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Eds.) - *Geografia cultural: uma antologia*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. ISBN 978-85-7511-252-6. pp. 103–118.

SANTO, Dalila Espírito (Dir.) - *Jardins botânicos portugueses: o antes e o depois de 2020*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2020. ISBN 978-972-8669-87-4.

SANTOS, Maria Da Graça Mouga Poças - *Os santuários como lugares de construção do sagrado e de memória hierofânica: esboço de uma tipologia*. In CORRÊA, ROBERTO LOBATO; ROSENDAHL, ZENY; UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Eds.) - *Geografia cultural: uma antologia*. Rio de Janeiro: EdUERJ. ISBN 978-85-7511-252-6. Vol. II, 2012, pp. 119-132.

SERRÃO, Adriana Verríssimo (Ed.) - *Filosofia da paisagem: uma antologia*. Coleção Aesthetica. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2011. ISBN 978-972-8531-96-6.

SILVA, Susana; CARVALHO, Paulo - *O turismo de jardins em Portugal: Realidade ou utopia? Uma análise aos tours de jardins no país*. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, nº 21/22 (2014), pp.447–458.

SILVA, Susana; CARVALHO, Paulo - *Lazer e turismo nos jardins históricos portugueses: A percepção dos proprietários/responsáveis*. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, nº 27/28 (2017), pp. 629-639.

SILVA, Susana Maria Pereira - *A dimensão patrimonial e o potencial turístico dos jardins históricos: o caso de Portugal*. *Biblio 3W: Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. ISSN 1138-9796. XVIII, nº 1053 (dezembro de 2013).

SOARES, Ana Luísa (coor. ed.) - *O arvoredo, os jardins e parques públicos de Lisboa (1755 - 1965) - três séculos de património histórico, paisagístico e cultural*. 1a Edição. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2021.

SPENCER, Roger; CROSS, Rob - *The origins of botanic gardens and their relation to plant science, with special reference to horticultural botany and cultivated plant taxonomy*. *Muelleria*. ISSN 2204-2032. Vol. 35 (2017), pp. 43–93.

TOMÉ, Mariana Martins - *Estudo da presença da Ordem de Cister em Portugal e a sua relevância para a Arquitetura Paisagista. Caso de estudo: Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa. Lisboa: s.n., 2016.

TURISMO DE PORTUGAL - *Programa Valorizar*, atual. 2018. [Consult. 19 jul. 2021]. Disponível em WWW:<URL:<http://business.turismodeportugal.pt/pt/Investir/Financiamento/programa-valorizar/Paginas/default.aspx>>.

TURISMO DE PORTUGAL - *Missão e visão* [Em linha], atual. 2020. [Consult. 18 jul. 2021]. Disponível em WWW:<URL:http://www.turismodeportugal.pt/pt/quem_somos/Organizacao/Missao_Visao/Paginas/default.aspx>.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA - *Espaços do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra* [Em linha], atual. 2022. [Consult. 4 jan. 2022]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.uc.pt/jardimbotanico/visitar/espacos>>.

UNTWO - *Sustainable Development* [Em linha] [Consult. 25 jul. 2021]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.unwto.org/sustainable-development>>.

VASCONCELOS, João De Carvalho E - "Jardim Botânico". In AA. VV. - *Verbo: Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. 1.ª edição. Lisboa: Editorial Verbo, 1963, Vol. 11. ISBN 978-972-22-1850-4v. 1, pp. 414–415.

VILLAMARIZ, Catarina Madureira - *A Arquitetura das Ordens Mendicantes dos Séculos XIII e XIV: Singularidades do Panorama Nacional*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2018. ISBN 978-972-623-344-2.

XAVIER, António Manuel - *Das Cercas dos Conventos dos Capuchos da Província da Piedade*. Évora: Casa do Sul Editora e Centro de História da Arte da Universidade de Évora, 2004. ISBN 972-8661-19-3.

A

ANEXOS

Anexo I - Tabela de Jardins Históricos incluídos em Inventário e Rota Turística do Litoral Centro

Concelho	Título	Propriedade	Acesso Público	Utilização	Proteção
Águeda	Parque Municipal de Alta Vila	Pública: Câmara Municipal de Águeda	Entrada gratuita / Acesso livre	Espaço público	IM - Interesse Municipal
Anadia	Parque Termal das Termas da Curia	Privada: Termas da Cúria Spa Resort	Entrada paga / Acesso por marcação	Turística / Medicinal	Em estudo
Aveiro	Parque Municipal de Aveiro, Jardim Infante D. Pedro	Pública: Câmara Municipal de Aveiro	Entrada gratuita / Acesso livre	Espaço público	Inexistente
Aveiro	Quinta da Nossa Senhora das Dores	Privada	Não visitável	Residencial	Inexistente
Estarreja	Quinta da Vista Alegre	Privada	Entrada paga / Acesso por marcação	Produtiva	MN - Monumento Nacional (capela)
Mealhada	Mata Nacional do Buçaco	Privada: Fundação Mata do Bussaco	Entrada gratuita / Acesso livre	Espaço público	MN - Monumento Nacional (cerca do convento/mata)
Mealhada	Convento de Santa Cruz do Bussaco	Privada: Fundação Mata do Bussaco	Entrada paga / Acesso livre	Turística	MN - Monumento Nacional / ASA - Área de Sensibilidade Arqueológica / RAU - Restrições Arquitetónicas e Urbanas
Coimbra	Jardim Botânico da Universidade de Coimbra	Pública: Universidade de Coimbra	Entrada gratuita / Acesso livre	Espaço público	IIP - Imóvel de Interesse Público
Coimbra	Jardim da Manga	Pública: Câmara Municipal de Coimbra	Entrada gratuita / Acesso livre	Espaço público	MN - Monumento Nacional
Coimbra	Quinta das Lágrimas	Privada: Hotel Quinta das Lágrimas	Entrada paga / Acesso por marcação	Turística	IIP - Imóvel de Interesse Público
Coimbra	Parque Dr. Manuel Braga	Pública: Câmara Municipal de Coimbra	Entrada gratuita / Acesso livre	Espaço público	Inexistente
Coimbra	Parque de Santa Cruz ou Jardim da Sereia	Pública: Câmara Municipal de Coimbra	Entrada gratuita / Acesso livre	Espaço público	IIP - Imóvel de Interesse Público
Coimbra	Penedo da Saudade	Pública: Câmara Municipal de Coimbra	Entrada gratuita / Acesso livre	Espaço público	Inexistente
Coimbra	Mata Nacional do Choupal	Pública: Câmara Municipal de Coimbra	Entrada gratuita / Acesso livre	Espaço público	Zona de Conservação da Natureza / Zona Verde de Proteção

Coimbra	Jardins da Avenida Sá da Bandeira	Pública: Câmara Municipal de Coimbra	Entrada gratuita / Acesso livre	Espaço Público	Inexistente
Condeixa-a-Nova	Conimbriga	Pública: Direção Geral do Património e da Cultura	Entrada paga / Acesso livre	Turística	MN - Monumento Nacional
Lousã	Santuário de Nossa Senhora da Piedade	Pública	Entrada livre	Religiosa	Incluído na Zona Especial de Proteção do Castelo
Batalha	Mosteiro da Batalha	Pública: Direção Geral do Património e da Cultura	Entrada paga / Acesso livre	Religiosa	MN - Monumento Nacional
Leiria	Termas de Monte Real	Privada: Monte Real - Hotel Termas Spa	Entrada paga / Acesso por marcação	Turística e Medicinal	Inexistente
Alcobaça	Cerca do Mosteiro de Alcobaça	Pública: Direção Geral do Património e da Cultura	Entrada paga / Acesso livre	Religiosa	MN - Monumento Nacional
Arruda dos Vinhos	Jardim do Palácio do Morgado	Pública: Centro Cultural do Morgado	Entrada gratuita / Acesso livre	Espaço público	Inexistente
Caldas da Rainha	Parque D. Carlos I ou Parque das Termas	Pública: Câmara Municipal das Caldas da Rainha	Entrada gratuita / Acesso livre	Espaço público	Parcialmente Incluído na Zona de Proteção do Museu de José Malhoa
Óbidos	Quinta das Janelas	Privada	Não visitável	Residencial	Inexistente
Torres Vedras	Cerca do Convento de Santo António de Varatojo	Privada: Ordem dos Frades Menores	Entrada gratuita / Acesso por marcação	Religiosa	MN - Monumento Nacional
Torres Vedras	Parque das Termas dos Cucos	Privada	Entrada gratuita / Acesso livre	Turística	MIP - Monumento de Interesse Público
Torres Vedras	Parque do Asilo Militar de Runa	Pública: Instituto de Ação Social das Forças Armadas	Acesso por marcação	Habitacional e Recreativa	IIP - Imóvel de Interesse Público / Incluído na Zona de Proteção do Edifício do Asilo de Inválidos Militares
Torres Vedras	Quinta do Hespagnol ou Solar dos Perestrellos	Privada	Entrada gratuita / Acesso por marcação	Recreativa	MIP - Monumento de Interesse Público
Torres Vedras	Parque Termal das Termas do Vimeiro	Privada: Associação das Termas de Portugal (ATP)	Entrada paga / Acesso por marcação	Turística e Medicinal	Em estudo

Tabela 2 - Tabela de Jardins Históricos incluídos em Inventário e Rota Turística do Litoral Centro, 2021. Fonte: AJH.

Nota: Para cada Jardim Histórico foram também preenchidos outros parâmetros não apresentados na presente tabela: Código da Rota; Código da Região; Código do Concelho; Morada; Email da entidade gerente/proprietário; Telefone; Site; Latitude; Longitude e Tempo de Visita (min).

Categoria

Rota do Litoral Centro

Cercas
Conventuais

Cerca do Mosteiro de Santo António do Varatojo

Torres Vedras, Lisboa

Alameda Pe. Dr. José Pedro Ferreira, 2560-237 Torres Vedras

Data de construção: séc. XV/XVI

Utilização: Religiosa

Área: 4,22 hectares

Estatuto de proteção: MN - Monumento Nacional,

Propriedade: Privada

Decreto de 16-06-1910, DG, I Série, n.º 136, de

Acesso ao público: Acesso por marcação

23-06-1910 (mosteiro)

Capela de São Francisco
Mata

Capela da Nossa Senhora do Sobreiro
Cultivo de sequeiro

Cultivo de regadio

Fonte do Bispo

Campo do mosteiro

Igreja-mor

Claustro

Edifícios monásticos



1470
Iniciada a construção do mosteiro com pedra lançada por Rei D. Afonso V

1474
Os primeiros 14 frades franciscanos começam a habitar o mosteiro

1521-1557
D. João III manda acrescentar o dormitório e D. Catarina manda reformar a Capela-mor

1680
De casa de noviçado passa a Seminário Apostólico que leva ao acrescento do andar do noviçado

1531
Sismo derruba o convento, o que leva ao seu restauro e reconstrução.



1740
Construção da Capela da Nossa Senhora das Dores

1777
Construção da Capela da Nossa Senhora do Sobreiro na consequência do milagre da sua aparição na área de mata

1845
Venda em hasta pública a um particular

1834
Extinção das Ordens Religiosas e conseqüente abandono do mosteiro pelos frades



1861
Compra pelos franciscanos (Pe. Frei Joaquim de Espírito Santo)

1910
Expulsão dos frades e confiscação dos seus bens. Classificação como Monumento Nacional

1928
Mosteiro "devolvido" aos frades, onde instalam o Noviçado da Ordem dos Frades Menores

A Cerca do Mosteiro de Santo António do Varatojo pertence à Ordem dos Frades Menores (frades franciscanos) fundada por São Francisco de Assis, aprovada em 1209 pelo Papa Inocêncio III. É uma comunidade religiosa masculina que tem por base os votos de castidade, pobreza e obediência perante Deus. A saudação franciscana "Paz e Bem" evoca a missão dos franciscanos: promover a paz e o diálogo em prol do bem por todo o mundo.





1.



2.



3.



4.



5.



6.

Elementos estruturantes

Os elementos estruturantes de uma cerca conventual são aqueles que caracterizam esta categoria de jardim histórico. Isto significa que, de uma forma geral, estes elementos podem ser encontrados na generalidade das cercas conventuais. No entanto, deve-se sempre ter em consideração o objeto de estudo e as suas características singulares. Assim sendo, são elementos estruturantes de uma cerca conventual:

Legenda

1. Campo do mosteiro
2. Edifícios monásticos
3. Claustro
4. Igreja
5. Área de cultivo
6. Mata

Campo do mosteiro

O campo do mosteiro é o local de receção e encontro da população para as festividades relacionadas com os santos celebrados. Aqui os mais desfavorecidos recebiam esmolas dadas por D. Afonso V através da janela dos seus aposentos.

Edifícios monásticos

O mosteiro foi mandado erguer pelo rei D. Afonso V. Desde 1470 recebeu várias reformas, apresentando elementos de estilo gótico, como a porta em ogiva quatrocentista de acesso à igreja-mor, maneirista e barroco. O edifício monástico é acedido por uma escadaria revestida a azulejo dá acesso ao átrio de teto mudéjar, que permite a entrada no mosteiro e igreja.

Claustro

O claustro gótico quatrocentista, possui quatro canteiros em alegrete, um poço ao centro e um canal em todo o seu redor, acompanhado por arcadas. Aqui existe uma glicínia secular, que é um elemento singular. É no claustro onde os frades se reúnem é em redor deste que se localizam as salas mais importantes, como a Sala do Capítulo (onde se lia um capítulo da regra por dia), o refeitório e o acesso aos dormitórios.

Igreja

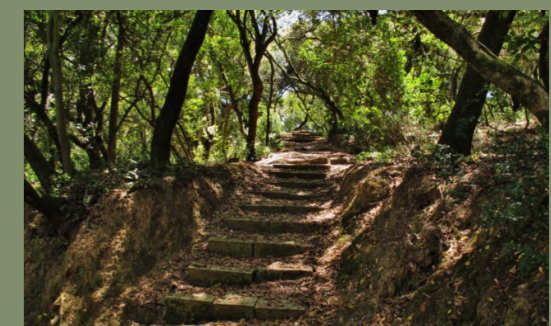
A igreja é o único espaço da cerca conventual que poderia ser acedido pela população exterior à comunidade franciscana. Esta possui duas entradas distintas, uma através do arco em ogiva anterior ao terramoto de 1531, localizado no átrio, e uma entrada lateral através do claustro do mosteiro. A igreja possui ainda uma tribuna que tinha acesso direto aos aposentos de D. Afonso V, que fazia aqui os seus retiros.

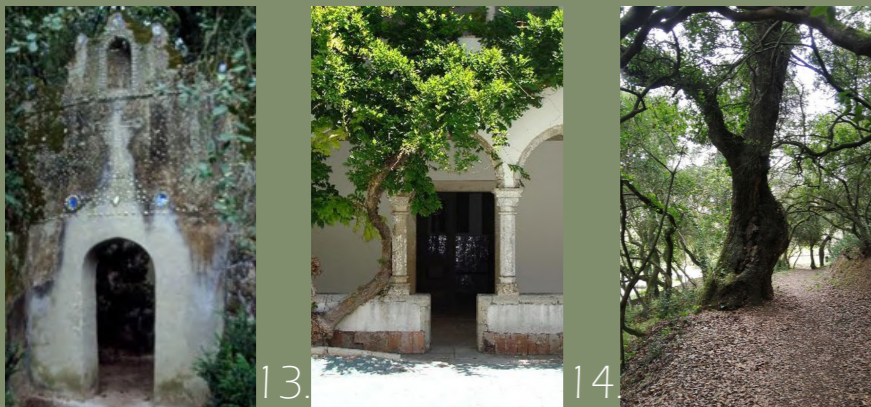
Área de cultivo

A cerca do mosteiro possui várias áreas de cultivo divididas entre si por patamares que seguem o declive natural da encosta onde se situa, com exposição a sul. Existem áreas de horta, localizadas nas proximidades do mosteiro, áreas de pomar, com plantações de citrinos e nogueiras. Existe ainda uma área dedicada ao cultivo de plantas ornamentais com flor, utilizadas no ornamento da igreja. Nos pomares surge a Fonte do Bispo, elemento singular da cerca.

Mata

A mata, que ocupa uma área de 1 ha, possui variadas espécies de carvalhos (*Quercus coccifera* e *Quercus faginea*), medronheiros (*Arbutus unedo*), loureiros (*Laurus nobilis*) e sobreiros (*Quercus suber*). Possui um caráter simbólico forte por ser a representação de Deus junto dos Homens, e é no seu interior que se situam dois elementos singulares: A Capela de Nossa Senhora do Sobreiro e a Capela de S. Francisco.





Elementos complementares

Os elementos complementares constituem-se enquanto singularidades do caso de estudo. Surgem incluídos nos elementos estruturantes e podem ser de carácter natural, como a glicínia existente no claustro ou o sobreiro centenário na mata. Podem ser também representações culturais, como as capelas existentes no interior da mata ou a Fonte do Bispo.

Legenda

Campo do mosteiro

1. Escadaria
2. Fonte pública

Igreja

3. Portal gótico

Edifícios monásticos

4. Tecto mudéjar
5. Pórtico manuelino

Claustro

6. Poço e reservatório

Área de cultivo

7. Fonte do Bispo
8. Produção de noqueiras
9. Produção de citrinos
10. Cultivo de flores

Mata

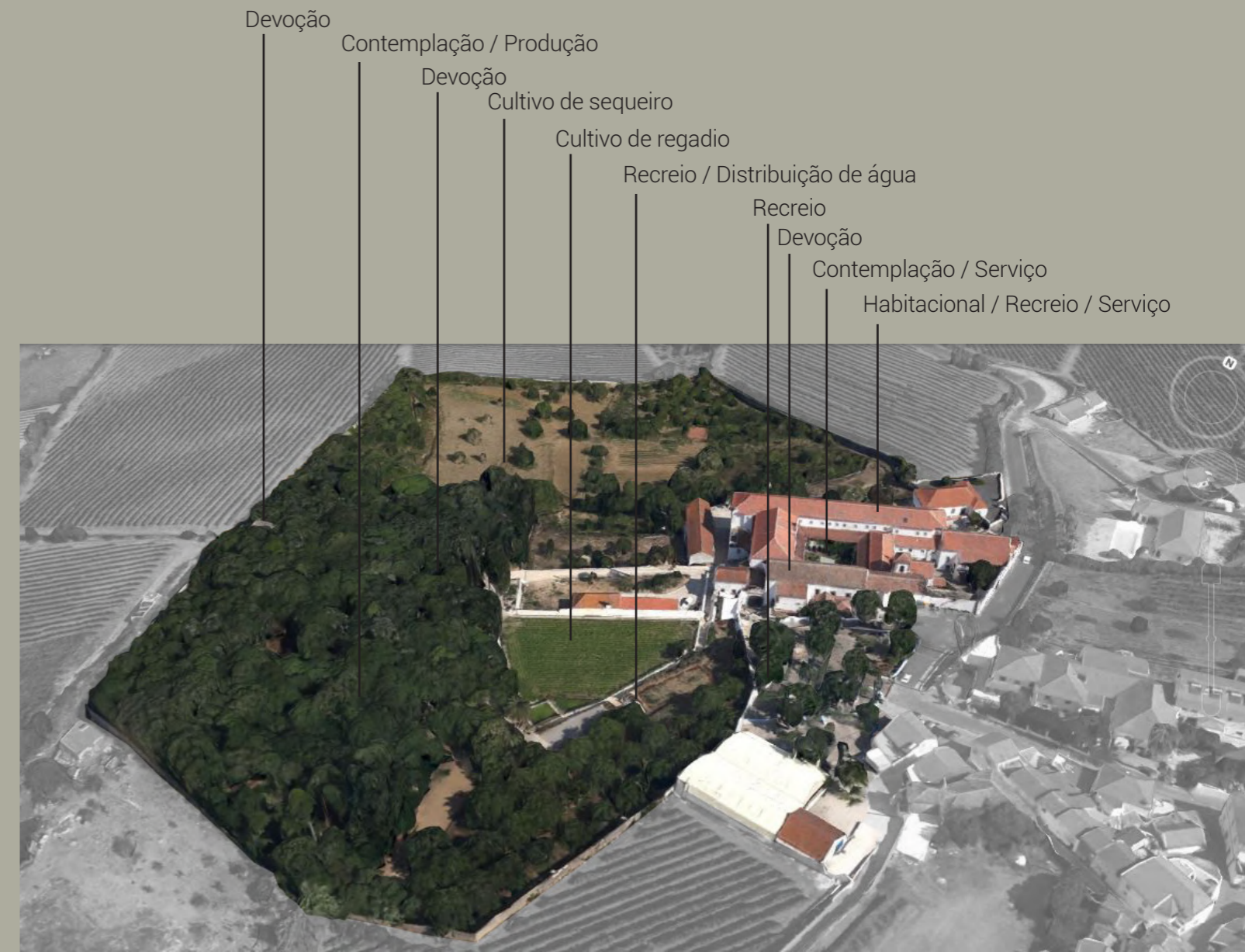
11. Capela da Nossa Senhora do Sobreiro
12. Capela de S. Francisco
13. *Ecce Homo* (antigo forno de cal)

Espécies notáveis

14. Glicínia secular (*Wisteria sinensis*)
15. Sobreiro secular (*Quercus suber*)

Usos e funções

Os frades franciscanos, que praticam uma vida de reclusão no interior da cerca, na qual têm tanto o trabalho religioso como o trabalho das suas terras, também comunicam com o exterior através do seu trabalho missionário. Dado a componente do trabalho da terra, característico dos franciscanos, aliado à vida em reclusão em busca da ascensão ao céu, são encontrados na cerca conventual elementos que espelham simultaneamente a devoção e a necessidade de produção de alimento, tanto para consumo dos frades como para venda de produtos. São encontradas também áreas de contemplação, como a mata, ou áreas de recreio da alma, como o claustro ou o jardim junto ao mosteiro.



Santuário da Nossa Senhora da Encarnação Leiria, Leiria

Rua de Nossa Senhora da Encarnação, 2410-143 Leiria

Séc. VI / Séc. VII
Existência de uma ermida dedicada ao Arcanjo São Gabriel no Monte do Anjo

Séc. XIV
É encontrada uma imagem de Nossa Senhora da Encarnação junto à antiga ermida

1585
Ocorrência de vários milagres no recinto da ermida levam à mudança de orago para a Nossa Senhora da Encarnação

Data de construção: 1588

Área: 6,88 hectares

Propriedade: Pública

Acesso ao público: Entrada livre

Utilização: Religiosa

Estatuto de proteção: IIP - Imóvel de Interesse Público, Decreto n.º 28/82, DR, 1.ª série, n.º 47 de 26 fevereiro 1982

1588
Instituição da Confraria da Nossa Senhora da Encarnação

1588
Ocorrência de um milagre junto à ermida leva à construção de uma nova capela



1588
Início da construção da atual capela com contribuição da população e dos Duques de Vila Real

1628
Conclusão da capela com inscrição numa porta em que se pode ler "Esta casa é do Cabido"

1807-1810
A capela é desprovida do seu recheio devido às invasões francesas

1761 - 1769
Bispo de Coimbra D. Frei Miguel de Bulhões e Sousa manda construir o escadório de acesso à capela



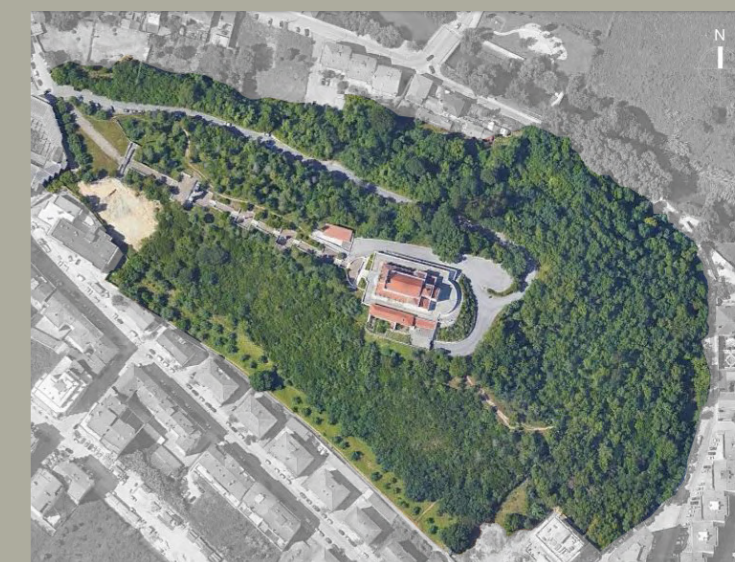
1829
Colocação de novos sinos na capela

1890
Colocação da imagem de Nossa Senhora da Encarnação e do Arcanjo São Gabriel sobre a entrada da capela

Mata / Parque
Arraial
Escadório
Igreja
Casa do Cabido
Mata / Parque



Desde o acontecimento do primeiro milagre ocorrido na Capela da Nossa Senhora da Encarnação a 11 de julho de 1588 que foram realizadas variadas procissões e romarias, como manifestação da devoção pela santa. Dado a ocorrência de vários outros milagres a aqueles que tinham maleitas, o número de peregrinos continuou a aumentar, o que levou à necessidade da construção de um santuário maior que pudesse albergar tanta quantidade de fiéis. Ainda hoje se realiza uma romaria ao santuário a 15 de agosto.





1.

Elementos estruturantes

Os elementos estruturantes de um santuário são aqueles que caracterizam esta categoria de jardim histórico. Isto significa que, de uma forma geral, estes elementos podem ser encontrados frequentemente nos santuários. No entanto, deve-se sempre ter em consideração o objeto de estudo e as suas características singulares.



2.



3.



4.

Legenda

1. Igreja
2. Escadório
3. Arraial
4. Mata

Igreja

A capela, situada no ponto mais alto do Monte do Anjo, foi construída em 1588. Possui planta em cruz e foi alvo de alterações arquitetónicas e decorativas, tanto no seu interior como no exterior. Na fachada virada ao escadório possui um frontão triangular, com 3 sineiras e um alpendre em arcos que se prolonga para as fachadas laterais.



Escadório

O escadório é como uma extensão da igreja para a paisagem, através da qual existe uma ascensão espiritual, desde o espaço profano (arraial) até ao lugar sagrado (igreja). Foi mandado construir por D. Frei Miguel de Bulhões e Sousa, quando este era Bispo de Coimbra (1761 - 1769). Com 162 degraus, possui características barrocas, tanto na sua magnificiência através do arco de entrada e composição com um grande eixo, como também pela sua interação com a envolvente, através de pontos de vista.



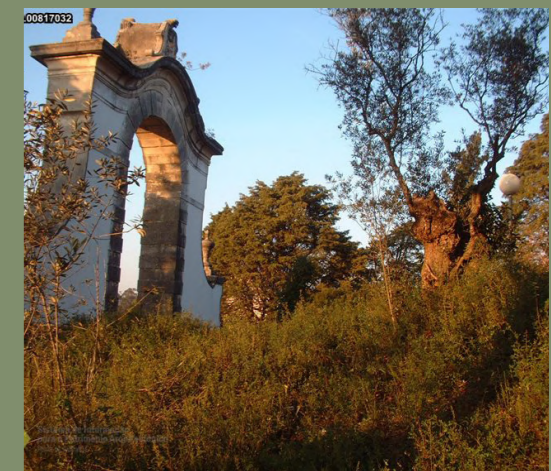
Arraial

O arraial é o lugar onde se realizam as feiras e as romarias associadas à festividade religiosa de determinado santuário. No Santuário da Nossa Senhora da Encarnação o arraial situa-se à entrada do terreno do santuário, antes do início do escadório. Anteriormente possuía uma área superior, uma praça de touros e uma alameda de oliveiras, no entanto, ocorreu uma grande pressão urbanística sobre o santuário devido à sua localização no centro urbano de Leiria, o que levou a que fossem destruídos alguns elementos, sendo a alameda de oliveiras o único elemento que se mantém até hoje.



Mata

A mata que envolve todo o santuário, as suas dependências e o escadório apresenta-se como um elemento constante ao longo da história do mesmo, com referências que remontam ao século VI. A mata enquanto natureza constitui-se como a representação terrestre da obra divina ou enquanto o paraíso junto dos Homens. Esta é essencialmente constituída por um pinhal, vegetação de porte arbustivo e herbáceo que se desenvolvem de forma natural.





1.



2.



3.

Elementos complementares

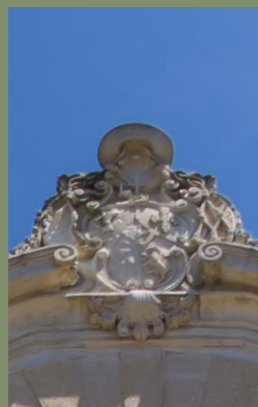
Os elementos complementares não surgem de uma forma geral em “todos” os santuários e por isso constituem-se enquanto singularidades do caso de estudo. Estes estão incluídos ou associados aos elementos estruturantes. Podem ser elementos naturais, como espécies notáveis, ou elementos culturais, como inscrições



4.



5.



6.

Legenda

Igreja

- Galilé em arcos
- Frontão com escultura quinhentista do Arcanjo S. Gabriel
- Casa do Cabido

Escadório

- Inscrição do Antigo Testamento
- Inscrição do Antigo Testamento
- Brasão de Armas de D. Frei Miguel de Bulhões e Sousa
- Padrão alusivo à Virgem
- Padrão com inscrição do Antigo Testamento
- Padrão com inscrição do Antigo Testamento
- Inscrição do Antigo Testamento

Arraial

- Alameda de oliveiras (*Olea europaea*)

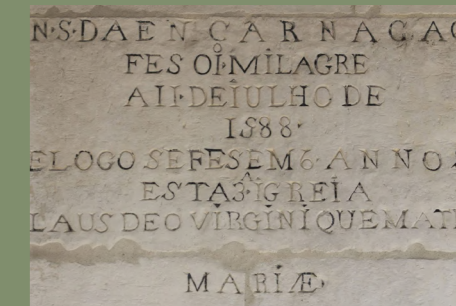
Mata

- Parque de merendas

Usos e funções

Os santuários, de origem pagã, eram locais onde se realizavam encontros sociais com o intuito de estabelecer qualquer relação com o transcendental. Esta relação com o espaço sagrado desenvolveu-se em peregrinações em massa a determinados locais de culto, sendo este o elemento diferenciador de um santuário: o peregrino. Este é o elemento crucial e estruturante da génese e particularidade dos santuários, pois são estes que permitem a sua legitimação e manutenção ao longo dos séculos.

A origem pagã das celebrações nos santuários revela-se ainda hoje através das festas populares e arraiais.



Recreio / Contemplação

Recreio / Devoção

Devoção

Devoção

Habitação

Recreio



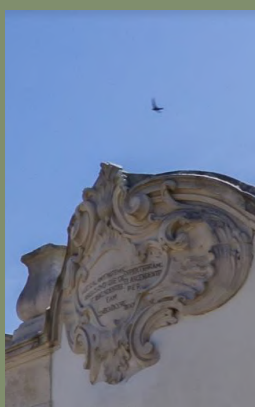
7.



8.



9.



10.



11.



12.

Quinta da Nossa Senhora das Dores Aradas, Aveiro

Rua do Capitão Lebre 219, 3810-3844 Aradas



1450
Referência em foral de Álvaro Borges, senhor de Verdemi-lho, onde se localiza a quinta

1770
Doação das terras de Verde-milho aos Crúzios da Serra do Pilar

Data de construção: 1774

Utilização: Residencial

Área: 5,91 hectares

Estatuto de proteção: Inexistente

Propriedade: Privada

Acesso ao público: Acesso mediante marcação

prévia

1828
Quinta pertencente a D. Ma-ria Benedita de Sousa Que-vedo Pizarro

1774
Inscrição no portão da quin-ta: visita do Bispo do Grão-Pará e Bispo de Coimbra

1866
Quinta pertencente a João Carlos do Amaral Osório (1º Visconde de Almeidinha)

1890
Quinta herdada por D. Laura Catalá do Amaral Osório



1905
1º programa existente com descrição da Romaria de Nossa Senhora das Dores

1890
Quinta adquirida por Basílio Tavares Lebre



1930 (aproximadamente)
António Tavares Lebre adquire a quinta através de herança

1956
Último programa existente da Romaria da Nossa Senho-ra das Dores



Pomar
Jardim formal
Casa senhorial
Portão setecentista
Capela
Alameda de Tílias
Área de cultivo
Cubelo (Passos da Vida de Cristo)
Mata
Fontanário



A Quinta da Nossa Senhora das Dores, datada de 1774 foi propriedade de duas famílias: os Sousa Pizarro (Viscondes de Almeidinha) e Tavares Lebre. Sempre possuiu um carácter religioso aliado à produção e recreio. Era realizada a Romaria de Nossa Senhora das Dores, no primeiro domingo após dia 8 de setembro, que durava três dias, com missa na capela da quinta, participação deromeiros, bai-les, jogos tradicionais, jantares sob o tú-nel de buxo centenário e fogo de artifício.





1.



2.



3.



4.



5.

Elementos estruturantes

Os elementos estruturantes de uma quinta de recreio são aqueles que caracterizam esta categoria de jardim histórico. Isto significa que, de uma forma geral, estes elementos podem ser encontrados na maioria das quintas de recreio. No entanto deve-se sempre ter em consideração o objeto de estudo e as suas características singulares.

Legenda

1. Pátio de recebimento ou terreiro
2. Casa senhorial
3. Jardim formal ou Horto de recreio
4. Pomar, horta ou áreas de cultivo
5. Mata

Terreiro

Na Quinta da Nossa Senhora das Dores, após a entrada pelo portão setecentista, encontra-se um terreiro delimitado pela casa senhorial, pela capela e anexos da mesma e pelo muro que rodeia toda a quinta. Neste espaço encontram-se dois elementos singulares: a capela da Nossa Senhora das Dores e a Alameda de Tílias (*Tilia tomentosa*).

Casa senhorial

O solar, construído no final do século XVIII, localiza-se à esquerda da entrada, perpendicularmente ao muro. Na fachada virada para o terreiro existe uma fonte em cascata de pedra de Ançã, que marca o início de um eixo paralelo à rua, pontuado por tílias até ao muro a noroeste. Esta possui ainda uma escadaria que leva a uma varanda no andar nobre, que tem vista para o jardim formal, área de cultivo e mata.

Jardim formal

O jardim formal localizado junto à fachada este do solar, possui vários canteiros de buxo em desenho geométrico com vários espécimes de camélias e várias árvores de fruto. Junto ao muro surge um alinhamento de limoeiros acompanhados de namoradeiras em janelas gradeadas para o exterior. Junto às cavalições no limite do jardim existe uma alameda de buxo centenário em forma de túnel, que se constitui enquanto elemento singular da quinta.

Pomar ou horta

A Quinta da Nossa Senhora das Dores possui 4,93 hectares de área de cultivo, divididas por talhões de terreno com hortas, pomares e culturas estavais. Os talhões são divididos por eixos transversais e longitudinais que atravessam toda a quinta, e que são marcados por alinhamentos de árvores de fruto, como amendoeiras, ameixoeiras ou pereiras. Nas interseções desses eixos surgem seis elementos singulares: os cubelos associados aos Passos da Vida de Cristo.

Mata

No limite sul da quinta, existe uma mata que desce até a uma ribeira já fora dos limites da mesma. Esta, anteriormente constituída por carvalhos e loureiros atualmente é maioritariamente constituída por carvalhos e eucaliptos. No seu interior da existe um fontanário com tanque e latada que se encontra atualmente em ruínas.





1.



2.



3.



4.



5.



6.



7.



8.



9.



10.

Elementos complementares

Os elementos complementares, estão incluídos nos elementos estruturantes, e podem ser constituídos por: elementos naturais, como espécies notáveis que se constituem enquanto singularidades no espaço ou elementos de água; elementos culturais, como eixos estruturantes, pontos de vista, elementos escultóricos ou demonstrações de fé.

Legenda

Terreiro

1. Portão setecentista
2. Capela de Nossa Senhora das Dores
3. Alameda das Tílias (*Tília tomentosa*)

Casa Senhorial

4. Fonte em cascata

Jardim formal

5. Túnel de buxo (*Buxus sempervirens*)
6. Alinhamento de citrinos e namoradeiras
7. Coleção de camélias

Área de cultivo

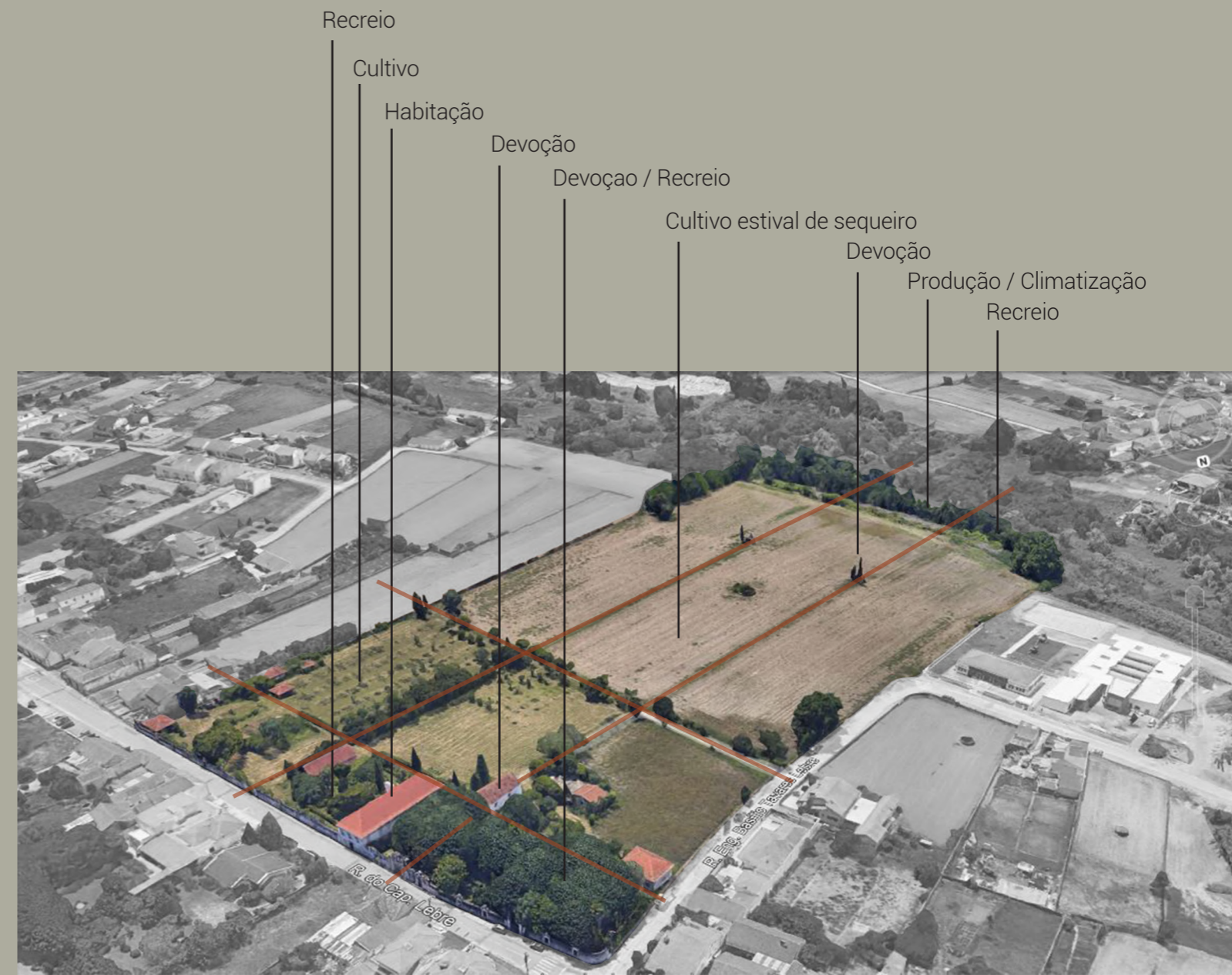
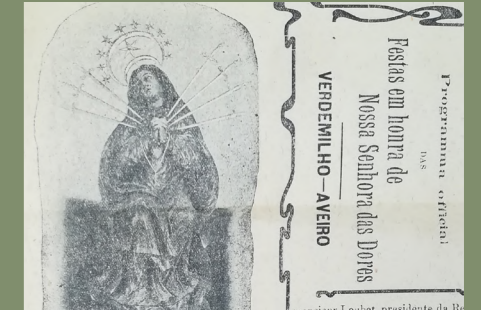
8. Cubelos pontuados por ciprestes
9. Alamedas de árvores de fruto

Mata

10. Fontanário

Usos e funções

As quintas de recreio são espaços predominantemente de características rurais, onde a produção e o recreio estão intimamente ligados. São locais de vilegiatura, aos quais os seus proprietários retornam temporariamente de forma a se deleitarem. Possuem em si espaços designados ao recreio, como o horto de recreio ou a capela, e espaços designados à produção, como o pomar, a horta e a mata. Na Quinta da Nossa Senhora das Dores surge, de forma singular, uma componente religiosa que se expressa a nível social e espacial com a presença da capela e das Estações dos Passos da Vida de Cristo.



Jardim Botânico de Coimbra

Coimbra, Coimbra

Calçada Martim de Freitas, 3000-456 Coimbra

Data de construção: 1472

Utilização: Recreativa

Área: 13,5 hectares

Estatuto de proteção: IIP - Imóvel de Interesse

Propriedade: Pública

Público, Decreto n.º 2/96, DR, 1.ª série-B, n.º 56

Acesso ao público: Acesso livre/ Entrada gratuita

de 6 março 1996 e Património Mundial (UNESCO), 2013

1731
Anúncio da construção de um "Horto Botânico" junto à universidade de Coimbra por D. João V

1772
Início da Reforma Pombalina, que inclui autorização da construção do Jardim Botânico de Coimbra

1773
Domenico Vandelli, Dalla-Bella e Júlio Mattiazzi apresentam projeto que é recusado pelo Marquês de Pombal

1791
Félix Avelar Brotero sucede a Domenico Vandelli na direção do Jardim Botânico

1774
Início da construção do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra

1794
Conclusão do 1º terraço do Jardim Botânico (Quadrado central)

1807-1814
As obras no jardim são suspensas devido às invasões francesas

1867
Conclusão das restantes obras nos terraços em redor do Quadrado central

1859-1865
Data de início e conclusão da Estufa Tropical, uma das primeiras estruturas da arquitetura do ferro em Portugal

1868
Primeiro Index Seminum (catálogo de sementes) é publicado por ordem de Edmond Goëze

1918
Grande aumento de espécies trazidas das ex-colónias portuguesas por Luís Carrisso

1944-1949
Adição da fonte ao tanque no quadrado central, bancos em cantaria e construção da Estufa Fria

Portão Principal

Recanto Tropical

Escolas Sistemáticas

Escolas Médicas

Alameda das Tílias

Escolas Sistemáticas

Quadrado Central

Estufa Tropical

Estufa Fria

Gabinete de História Natural

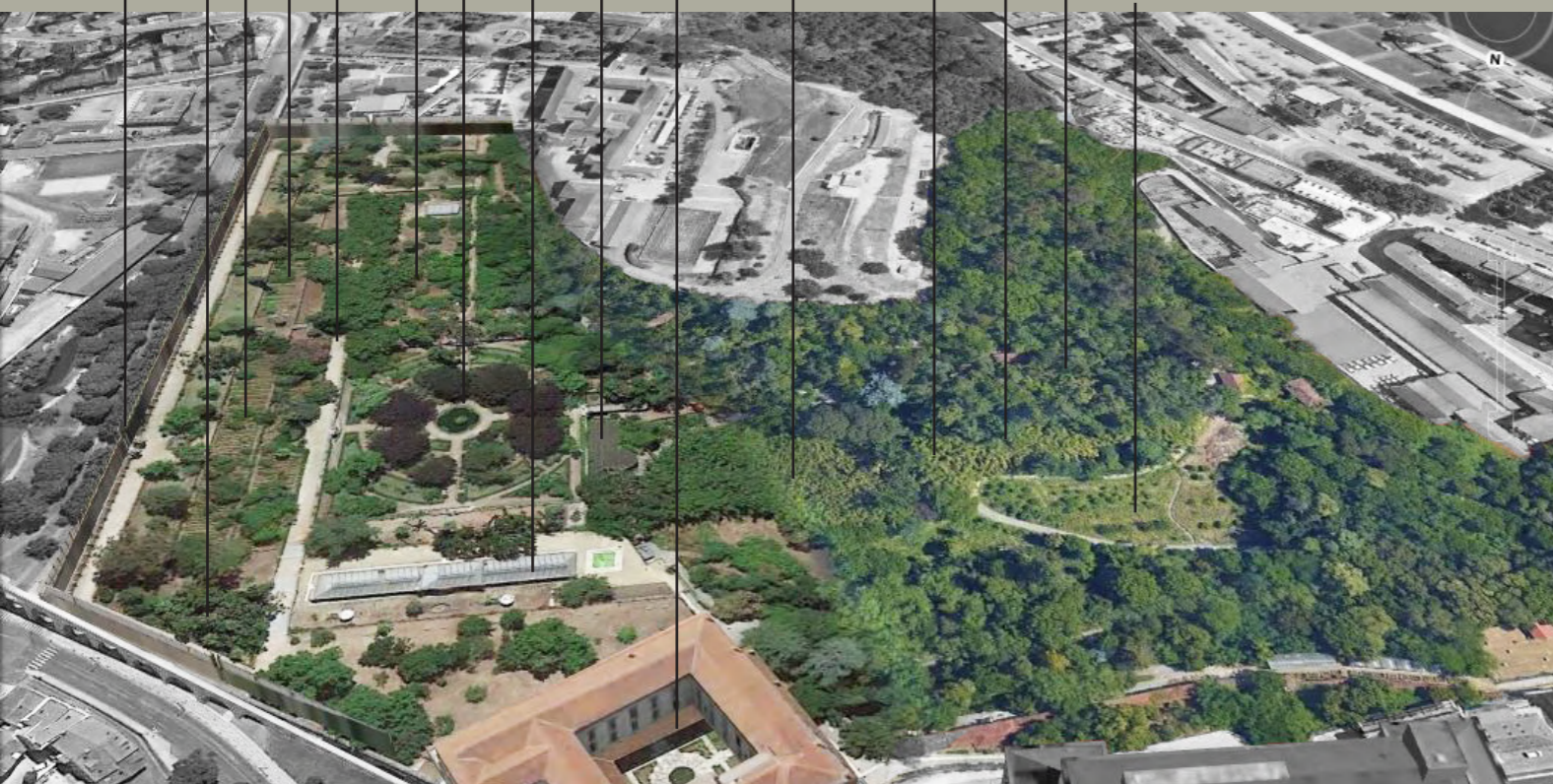
Coleção de monocotiledónias

Capela de São Bento

Bambuzal

Mata

Pomar



O Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, fundado em 1772 como um elemento indispensável ao ensino das "faculdades naturais" (Matemática, Filosofia Natural e Medicina), fez parte da reforma pombalina da universidade. Teve vários diretores que se empenharam no melhoramento do jardim, com adição de várias coleções botânicas, estruturas de apoio ao ensino e investigação, e mais tarde, estruturas para receber visitantes no jardim.





1.



2.



3.



4.



5.

Elementos estruturantes

Os elementos estruturantes de um jardim botânico são aqueles que caracterizam esta categoria de jardim histórico. Isto significa que, de uma forma geral, estes elementos podem ser encontrados na maioria dos jardins botânicos. No entanto deve-se sempre ter em consideração o objeto de estudo e as suas características singulares.

Legenda

1. Quadrado Central
2. Sistematização Botânica
3. Mata
4. Estufas
5. Gabinete de História Natural

Quadrado central

O Quadrado Central é a área primitiva de todo o Jardim Botânico. Possui um desenho concêntrico em torno da fonte, e possui uma coleção botânica vasta de espécies arbóreas, arbustivas e herbáceas de várias partes do mundo. É um jardim formal de estilo neoclássico, quadripartido, com eixos que levam a quadro portões que ligam as várias partes do jardim.

Sistematização Botânica

A sistematização botânica é feita segundo vários patamares que seguem a vertente natural da encosta. Estes terraços estão divididos segundo coleções e necessidades, em que existem duas áreas destinadas ao ensino botânico e médico: Escolas sistemáticas e a Escola Médica, que por sua vez são divididas segundo as suas famílias em canteiros; uma área destinada à coleção de gimnospermas (Terraço das Coníferas) e outra destinada às plantas tropicais.

Mata

A mata do jardim botânico ocupa cerca de 9 hectares (dois terços da sua área total) e possui espécies muito diversas que foram plantadas de modo a estarem em competição natural e direta. Surgem várias áreas dedicadas a coleções específicas, como o bambuzal, a coleção de monocotiledónias ou o pomar. Surge ainda uma capela que era parte integrante da antiga cerca do Colégio de São Bento (séc. XVI).

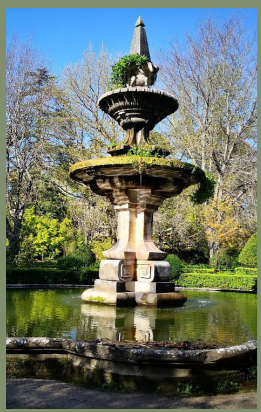
Estufas

No Jardim Botânico de Coimbra existem várias estufas com vários propósitos, em que três delas surgem como espaços que albergam coleções botânicas de modo a preservá-las, enquanto as restantes são destinadas à investigação, ensino e produção (viveiros). As três estufas destinadas a coleções são: a Estufa Tropical (espécies tropicais, fetos, orquídeas e plantas carnívoras) a Estufa Vitória e a Estufa Fria (plantas de sombra).

Museu de História Natural

O Gabinete de História Natural possuía vários departamentos, tanto ligados ao ensino como à investigação, que compreendiam os departamentos de Zoologia, Botânica, Mineralogia e Geologia e Antropologia. Aqui foi também fundado o Museu de História Natural em 1773, o mais antigo museu universitário de Portugal, que possui ainda hoje o herbário do jardim.





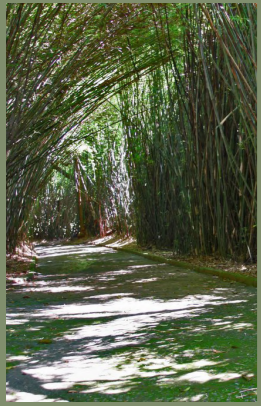
1.



2.



3.



4.



5.



6.



7.



8.



9.



10.



11.



12.



13.



14.



15.

Elementos complementares

Os elementos complementares, estão incluídos nos elementos estruturantes, e podem ser constituídos por: elementos naturais, como espécies notáveis ou elementos de água; elementos culturais, como eixos estruturantes, pontos de vista ou elementos escultóricos.

Legenda

Quadrado Central

- 1. Fonte central
- 2. Jardinetas

Mata

- 3. Capela
- 4. Bambuzal
- 5. Pomar
- 6. Coleção de monocotiledónias

Sistematização Botânica

- 7. Escolas Sistemáticas
- 8. Escolas Médicas
- 9. Recanto Tropical
- 10. Alameda das Tílias (*Tília cordata*)

- 11. Coleção de gimnospérmicas (Terraço das coníferas)
- 12. Lago com baixo relevo de Luís Carrisso (diretor JBC)

Estufas

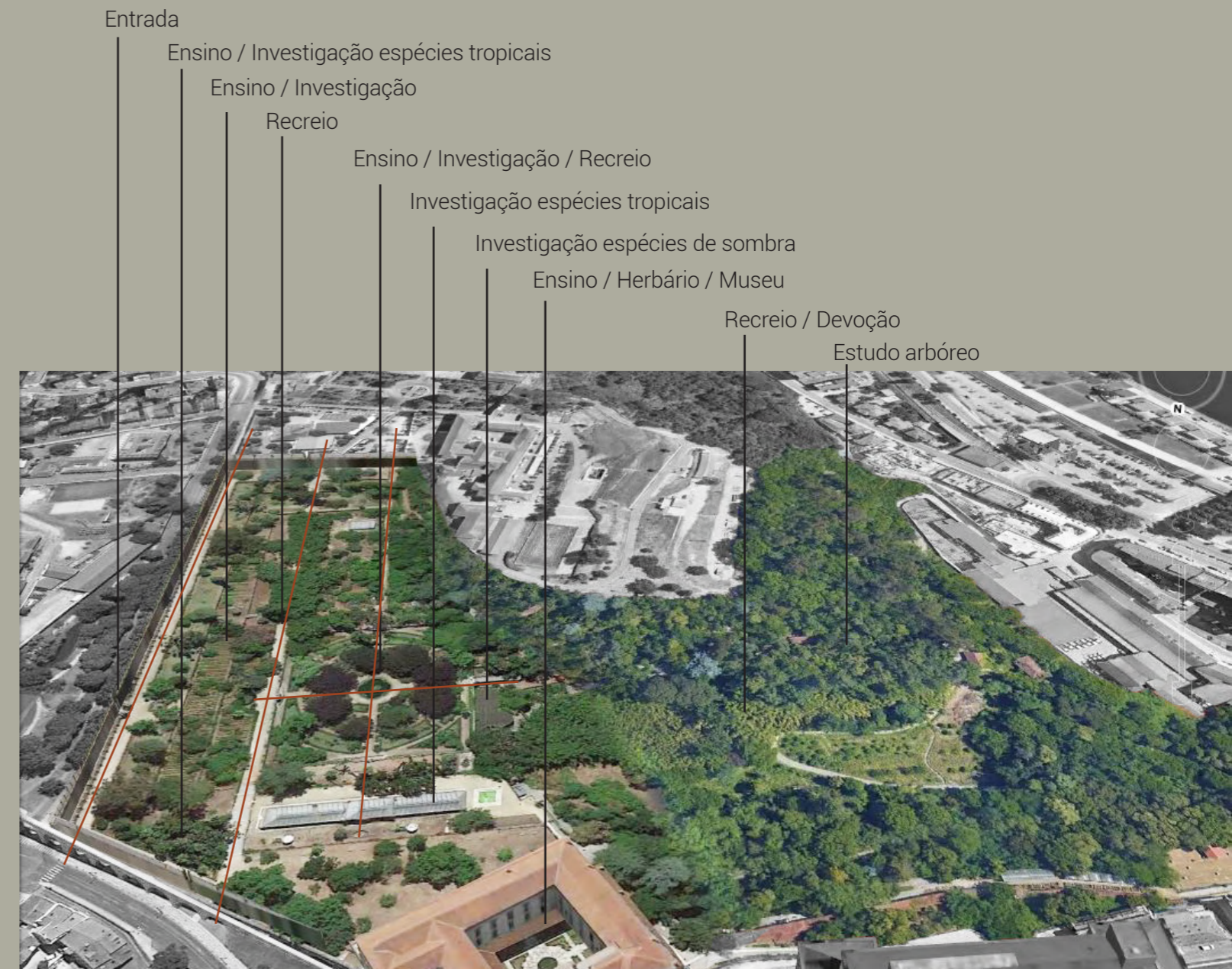
- 13. Coleção de plantas de sombra
- 14. Coleção de plantas tropicais

Museu de História Natural

- 15. Museu de História Natural (museu universitário mais antigo de Portugal)

Usos e funções

Os jardins botânicos, inicialmente construídos com o intuito de conhecer as plantas e as suas propriedades medicinais, foram incluindo espécies exóticas de outras partes do mundo trazidas através de Viagens Exploratórias ou trocas de sementes com outros jardins botânicos. O crescente interesse pelas plantas levou a que não só os investigadores, professores e alunos se interessassem pelo assunto como a população em geral, fazendo com que os jardins botânicos comesçassem a ser frequentados também de forma pública. Esta evolução das características sociais espelhou-se também no espaço com a introdução de elementos de recreio, aliados à ciência e ensino.



Categoria

Rota do Litoral Centro

Jardins
e
Parques Públicos

Palácio e jardim do Morgado Arruda dos Vinhos, Lisboa

Rua Cândido dos Reis, 2630-112 Arruda dos Vinhos

séc. XVIII
Construção da quinta e do pa-
lácio do Morgado por parte de
António de Gamboa e Lis

1778
Data inscrita junto ao brasão
de armas da família Gam-
boa e Lis

Data de construção: séc. XVIII

Utilização: Pública

Área: 0,23 hectares

Estatuto de proteção: IIP - Imóvel de Interesse

Propriedade: Pública

Público, Portaria n.º 1035/2005, DR, 2.ª série, n.º

Acesso ao público: Acesso livre/ Entrada gratuita

206, de 26 outubro 2005 (Chafariz Pombalino)

1781
Data de inscrição na capela
anexa à casa senhorial, que
possui porta principal para a via
pública

-
Quinta do Morgado herdada por
Bartolomeu de Gamboa e Lis (1.º
Barão de Arruda)



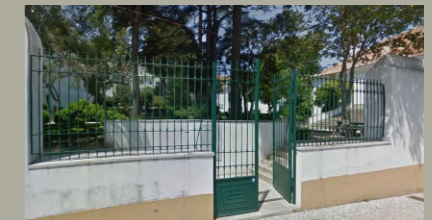
-
Quinta herdada por José Vaz
Monteiro, médico e fundador da
Ganadaria Vaz Monteiro

1870
Quinta herdada por Francisco de
Assis de Gamboa e Lis, último
descendente da família

2007
Início da dinamização do espa-
ço enquanto Centro Cultural do
Morgado

Início do séc. XX
A Quinta do Morgado é com-
prada pelo Município de Arruda
dos Vinhos

2014
Abertura de um acesso ao
jardim, na Rua Cândido dos
Reis



Posto de turismo
Jardim formal
Fonte
Café
Janelas com namoradeiras
Entrada do jardim
Terraço no andar nobre
Palácio do Morgado / Biblioteca Municipal
Capela



O palácio, de traça tardo barroca, rococó e neoclássica, foi mandado erguer no final do século XVIII, por António Teodoro de Gambôa e Lis, que obteve brasão de armas em 1778. A traça é atribuída a Mateus Vicente de Oliveira, devido às características do palácio e capela, como o tipo, cor e forma de azulejos e estuque e a inscrição do emblema "M" num dos tetos do Palácio. Este arquiteto esteve envolvido em obras como a Basílica da Estrela, Palácio-Convento de Mafra e Palácio de Queluz.





Elementos estruturantes

Os elementos estruturantes de um jardim público são aqueles que caracterizam esta categoria de jardim histórico. Isto significa que, de uma forma geral, estes elementos podem ser encontrados na generalidade dos jardins ou parques públicos. No entanto, deve-se sempre ter em consideração o objeto de estudo e as suas características singulares, que são traduzidos nos elementos complementares do espaço..



Legenda

1. Caminhos
2. Zonas de estadia
3. Serviços



Caminhos

O jardim do Morgado está localizado no terreno da antiga Quinta do Morgado, em que o desenho do jardim formal adjacente à antiga casa senhorial permanece no espaço. Desta forma, os percursos estabelecidos no local são aqueles que se formam entre o desenho de buxo existente. A área do jardim é dividida segundo dois terraços, divididos por um pequeno murete. No primeiro terraço existe uma fonte com embrechados localizada na fachada do posto de turismo (antiga dependência da casa senhorial). Existem várias espécies de grande porte que pontuam os eixos existentes, como o cedro-dos-himalaias (*Cedrus deodara*) ou o cedro-do-atlas (*Cedrus atlantica*).

Zonas de estadia

As zonas de permanência do Jardim do Morgado são constituídas por áreas mais amplas, dotadas de equipamentos que convidam o visitante a permanecer e a descansar. Estas áreas possuem bancos, como os existentes ao centro do segundo terraço do jardim formal, em redor do exemplar notável de Cipreste-da-Califórnia (*Hesperocyparis macrocarpa*); namoradeiras existentes no muro que delimita o jardim, juntamente com as janelas que permitem uma vista para o exterior; ou muretes com bancos em cantaria, como o que divide os dois terraços do jardim. Na área adjacente ao palácio, que é delimitada por edifícios da mesma época de construção existe um terreiro calçetado que é dotado de vários serviços.

Serviços

O jardim público, localizado na antiga Quinta do Morgado é atualmente parte integrante do Centro Cultural do Morgado, dinamizado a partir de 2007. Este engloba o solar setecentista e a capela da casa, com traça atribuída ao arquiteto Mateus Vicente de Oliveira (1706-1785), onde foi estabelecida a Biblioteca Municipal Irene Lisboa (no primeiro andar do solar, antigo andar nobre onde se situavam os quartos e os salões), o Centro de Interpretação das Linhas de Torres, o Posto de Turismo (na antiga dependência rural da quinta), a Galeria Municipal, o Auditório Municipal, a Oficina do Artesão e Serviço Educativo e Cultural.





1.



2.



3.



4.



5.



6.



7.



8.



9.



10.



11.



12.



13.

Elementos complementares

Os elementos complementares não surgem de uma forma geral em “todos” os jardins e parques públicos e por isso constituem-se enquanto singularidades do caso de estudo. Estes surgem incluídos ou associados aos elementos estruturantes. Podem ser elementos naturais, como espécies notáveis. Podem ser também elementos culturais, como coleções de arte ou serviços diferenciados.

Legenda

Caminhos

- 1. Fonte com embrechados
- 2. Desenho de buxo

Zonas de estadia

- 3. Escadaria e terraço
- 4. Bancos em redor do exemplar de cipreste
- 5. Namoradeiras
- 6. Murete com bancos

Serviços

- 7. Biblioteca Municipal Irene Lisboa
- 8. Posto de Turismo
- 9. Capela
- 10. Café e esplanada

Árvores notáveis

- 11. Cedro-do-Himalaia (*Cedrus deodara*)
- 12. Cedro-do-Atlas (*Cedrus atlantica*)
- 13. Cipreste-da-Califórnia (*Hesperocyparis macrocarpa*)

Usos e funções

O Jardim do Centro Cultural do Morgado, apesar de possuir características de um jardim formal setecentista enquanto espaço de recreio de uma quinta (tendo em conta a sua origem), foi adaptado no início do século XX ao recreio público. Desta forma, apresenta no espaço características específicas ao recreio do séc. XVIII e, simultaneamente, do séc. XX/XXI, que se manifesta no espaço com a interação entre o jardim de buxo formal com espécies ornamentais e os elementos de estadia, como bancos e mesas de picnic, e serviços abertos ao público, como o café e a biblioteca municipal.



Serviço

Passeio / Recreio Público

Fonte

Serviço

Estadia

Entrada do jardim

Estadia

Serviço

Devoção

